

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

CAUÊ RAMOS ANDRADE

**OS LIMITES E AS CONTRADIÇÕES DO NOVO DESENVOLVIMENTISMO:
CONTRIBUIÇÕES PARA A CRÍTICA A PARTIR DA TEORIA MARXISTA DA
DEPENDÊNCIA (TMD)**

**FRANCA
2018**

CAUÊ RAMOS ANDRADE

**OS LIMITES E AS CONTRADIÇÕES DO NOVO DESENVOLVIMENTISMO:
CONTRIBUIÇÕES PARA A CRÍTICA A PARTIR DA TEORIA MARXISTA DA
DEPENDÊNCIA (TMD)**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do Título de Mestre em Direito. Área de Concentração: Sistemas normativos e fundamentos da cidadania.

Orientador: Prof. Dr. Murilo Gaspardo.

FRANCA

2018

Andrade, Cauê Ramos.

Os limites e as contradições do novo desenvolvimentismo : contribuições para a crítica a partir da Teoria Marxista da Dependência (TMD) / Cauê Ramos Andrade. – Franca : [s.n.], 2018.

160 f.

Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Orientador: Murilo Gaspardo.

1. Estado. 2. Desenvolvimento econômico. 3. Desenvolvimento social. 4. Capitalismo. I. Título.

CDD – 341.201

CAUÊ RAMOS ANDRADE

**OS LIMITES E AS CONTRADIÇÕES DO NOVO DESENVOLVIMENTISMO:
CONTRIBUIÇÕES PARA A CRÍTICA A PARTIR DA TEORIA MARXISTA DA
DEPENDÊNCIA (TMD)**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para obtenção do Título de Mestre em Direito. Área de concentração: Sistemas Normativos e Fundamentos da Cidadania.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____

Prof. Dr. Murilo Gaspardo

1º Examinador: _____

2º Examinador: _____

Franca, _____ de _____ de 2018.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a meus pais, Agda e Anderson, que me ensinaram pelo exemplo a importância da sensibilidade quanto ao sofrimento do próximo, e cuja luta infinita contribuiu e contribui para isentar o meu percurso das muitas dificuldades por eles enfrentadas na juventude de suas vidas. Porque constituem Minh' alma, carrego vocês orgulhosamente comigo por cada passo dado, derrota sofrida ou vitória conquistada.

Agradeço às minhas avós, Leda e Luzia, e minha bisavó, Maria, pela sua enorme contribuição à minha formação enquanto ser humano. Vocês constituem, de vias e formas distintas, a grande admiração que possuo pela força do gênero feminino, e representam a profunda ligação que mantenho com os caminhos trilhados pelos meus antepassados, cuja experiência procuro honrar e sinto me marcar profundamente.

Agradeço à minha irmã, Gabriela, a quem tive a oportunidade de nomear, e, em recompensa, presenteia-me desde então com a experiência genuína da lealdade e do companheirismo. Passe o tempo, a distância e a transformação, permanecerá sempre a certeza de que você, dentre todos os demais, é a única pessoa com a capacidade de compreender plenamente quem eu sou, como eu sou, e porquê eu sou.

Agradeço aos meus irmãos, Estevan e Lucas, a quem tive o privilégio de ver crescer desde os primeiros passos, e conforme superam os ainda vigentes desafios da juventude, surpreendem-me cada vez mais com a beleza e a intensidade de suas personalidades – entremeadas, ousado dizer, com vestígios e semelhanças de mim. Guardo para vocês um espaço de destaque, ao alto e à direita, no meu coração. Espero não só contribuir para que se sintam sempre amados e seguros, mas também, através de minha presença, exemplo e discurso, para a formação de sua sensibilidade política e cidadã.

Agradeço a Stéfanie Spezamiglio, minha querida companheira. A originalidade e o fervor da tua luta abalaram as próprias bases do meu ser, e são responsáveis por iniciar o processo de reorganização das ânsias internas que permaneceram por muito tempo indirecionadas, transformando-me no melhor de mim. Certamente, este trabalho deve muito a ti, que além de nutrir-me continuamente com o seu amor durante toda a sua elaboração, orientou e construiu comigo a caminhada pelo marxismo, que me serve de linguagem para o protesto manifesto nestas páginas. A tua presença me dá forças para suportar o ônus da desalienação e insistir na tarefa - muitas vezes ingrata - de expressar a indignação e batalhar contra a tristeza e o medo patentes em nossa realidade capitalista, dependente e autoritária.

Agradeço aos meus queridos amigos Marcela Dias Barbosa, Luiz Adriano Moretti e Jéssica Raquel Sponchiatto, pela cumplicidade, pelo exemplo e por todo o apoio prestado nestes últimos anos. As razões pelas quais os lembro aqui são várias; a mais relevante, no entanto, é a forma como estar com cada um de vocês me transporta sempre para o melhor de nossos anos nesta universidade, que encerraram uma experiência maravilhosa, psicodélica e nada solitária de autoconhecimento. Sou muito orgulhoso de que tenhamos partido do mesmo lugar, que sigamos a mesma carreira e que tenhamos tanta identidade ideológica. São, sinceramente, as melhores pessoas que conheço; comemoro as suas vitórias e cada uma delas me motiva a tornar-me a melhor pessoa e o melhor educador que posso ser.

Agradeço, finalmente, a Murilo Gaspar do, um *eu-lírico* silencioso desta obra e um caro amigo. Você constituiu durante estes anos uma incrível força de motivação, e apesar de nossa linguagem divergente para tratar muitos dos temas aqui enfrentados, a sua incrível empatia e capacidade de diálogo ante a diferença fizeram do seu contraponto uma rica fonte de reflexão. Sou grato pela oportunidade de trilhar meu desenvolvimento intelectual ante a sua tutela, grato pela paciência e temperança com que respondeu às minhas ansiedades ou indecisões, e, antes de tudo, grato pela sua flexibilidade, que manifesta a tão rara compreensão entre nossos colegas de academia do processo de aprendizado como o incentivo para que outro busque ou aprofunde sua própria compreensão do mundo – não, portanto, uma oportunidade de imposição ideológica. Esta instituição – onde me formei e pela qual guardo tanto carinho - certamente ganha muito com a sua contribuição, e espero que possa dela disfrutar por muitos anos.

La democracia es un lujo del norte. Al sur, se le permite el espectáculo, que eso no se le niega a nadie. Y a nadie molesta mucho, al fin y a cabo, que la política sea democrática, siempre y cuando la economía no lo sea. Cuando cae el telón, una vez depositados los votos en las urnas, la realidad impone la ley del más fuerte, que es la ley del dinero. Así lo quiere el orden natural de las cosas. En el sur del mundo, enseña el sistema, la violencia y el hambre no pertenecen a la historia, sino a la naturaleza, y la justicia y la libertad han sido condenadas a odiarse entre sí.

- Eduardo Galeano, "El Libro de Los Abrazos".

ANDRADE, Cauê Ramos. **Os limites e as contradições do novo desenvolvimentismo: contribuições para a crítica a partir da Teoria Marxista da Dependência (TMD)**. 2018. 160 f. Dissertação (Mestre em Direito) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2018.

RESUMO

Investiga os limites e as contradições que podem ser apontados na interpretação Novo Desenvolvimentista sobre o caráter do desenvolvimento dependente e o papel que nele assume o Estado Capitalista partindo das teses e fundamentos propostos pela Teoria Marxista da Dependência (TMD). Para tanto, parte da compreensão de que o Novo Desenvolvimentismo é uma corrente de pensamento comprometida com o objetivo de oferecer um modelo explicativo dos entraves característicos à progressão histórica do capitalismo nas sociedades periféricas industrializadas e, ao mesmo tempo, em constituir-se numa ideologia reformista capaz de organizar o Estado e as classes internas em torno de um Projeto Nacional de Desenvolvimento que congregue o crescimento econômico com a equidade social. À sua vez, compreende a TMD como uma corrente de pensamento essencialmente crítica e antagônica à utopia do desenvolvimento na periferia, voltada para explicitar os imperativos que vinculam o capitalismo dependente às dimensões de barbárie do modo de produção, notadamente a superexploração da força de trabalho, e também a cumplicidade que assumem quanto a estes imperativos a forma-Estado e a prática política da classe dominante internas.

Palavras-chave: novo desenvolvimentismo. dependência. Estado. desenvolvimento.

ANDRADE, Cauê Ramos. **Limits and Contradictions on the New Developmentalism: contributions to critic from the Marxist Theory of Dependecy (TMD)**. 2018. 160 f. Dissertation (Master in Law) – School of Humanities and Social Science, São Paulo State University “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2018.

ABSTRACT

Inquires about the limits and contradictions that can be perceived in how New Developmentalism interprets the nature of dependent development and the role played by capitalist state in it, parting from the theses and foundations proposed by the Marxist Theory of Dependence (TMD). In the pursuit of this objective, the approach undertaken parts from the understanding that New Developmentalism is a current of thought committed to offer an explanatory model of the characteristic obstacles to the historical progression of capitalism in the industrialized peripheral societies and, at the same time, that it constitutes a reformist ideology committed to organize the state and the inner classes around a National Development Project that brings together economic growth with social equity. At the same time, TMD is understood as a current of thought essentially critical and antagonistic to the utopia of development in the periphery, concerned to explain the imperatives that link dependent capitalism to the dimensions of barbarism of the mode of production, notably the superexploitation of the labor force, and also the complicity assumed by these imperatives in the political form and political practice of internal ruling classes.

Keywords: new developmentalism. dependency. State. development.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO 1 A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA (TMD) E O PROBLEMA DO DESENVOLVIMENTO NA PERIFERIA DO CAPITALISMO.....	18
1.1 A Teoria Marxista da Dependência (TMD) e a Economia Política do Subdesenvolvimento	18
1.2 A Integração Monopólica dos Sistemas Produtivos, a Industrialização Brasileira e os Centros Médios de Acumulação.....	34
1.3 O Subimperialismo: a chegada do Capitalismo Dependente à Fase dos Monopólios e do Capital Financeiro.....	47
CAPÍTULO 2 O NOVO DESENVOLVIMENTISMO E A RETOMADA DA IDEOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO NO BRASIL.....	62
2.1 O Período Neoliberal no Brasil e as Razões do Novo Desenvolvimentismo	62
2.2 O Político, as Classes e a Ideologia do Desenvolvimento	79
2.3 A Crítica do Ortodoxia Convencional e a “Nova Estratégia de Desenvolvimento” ...	94
CAPÍTULO 3 A DEPENDÊNCIA E OS LIMITES DA IDEOLOGIA NOVO DESENVOLVIMENTISTA.....	110
3.1 Novo Desenvolvimentismo e Teoria Marxista da Dependência (TMD): visões antagônicas sobre o Estado e o Desenvolvimento na periferia do capitalismo	110
3.2 Elementos para a crítica da TMD à “Nova Estratégia de Desenvolvimento”	125
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	141
REFERÊNCIAS.....	151

INTRODUÇÃO

A investigação pretendida por este trabalho situa-se em meio a duas crises. A primeira consiste na crise da Teoria Geral do Estado (TGE). No discurso dominante, este campo estruturou-se sobre os pressupostos filosóficos do positivismo jurídico e sociológico de seus principais precursores, tendo por consequência a generalização de uma visão do fenômeno estatal que ora o identifica com os aspectos da experiência de centralização política típica da construção dos Estados Nacionais Europeus, ora o reduz ao próprio ordenamento jurídico, mascarando as profundas mutações no papel do Estado nas diferentes regiões e fases do capitalismo mundial e obscurecendo as suas irreduzíveis relações com os demais domínios da totalidade social (STUCHI, 2015, p. 30-36, 72-87). Por sua vez, a segunda consiste na crise política e ideológica do Estado Neoliberal no Brasil do início do século XXI, que se expressa no aquecimento da disputa sobre a sua agenda econômica e fornecerá a base para a retomada no campo teórico de projetos ou discursos alternativos edificados no século passado e atropelados pela onda neoliberal dos anos 1990. Dentre estes, destaca-se a retomada do discurso do desenvolvimento, reinterpretado pelo movimento político e intelectual autodenominado “Novo Desenvolvimentismo” (FILGUEIRAS, 2006; BRESSER-PEREIRA, 2006; MATTEI, 2013).

No que tange à primeira, a urgência da reformulação nos seus pressupostos teóricos resulta do avanço do processo de globalização e com ele do discurso da crise do Estado, que reflete a erosão do paradigma no qual o político mantém dominância na imposição de seus desígnios sobre os demais processos integrados à totalidade social, principalmente sobre as relações econômicas e os atores afinados a esta nova ordem. Concomitantemente a este processo, mostra-se premente a tomada de consciência do lugar do discurso referente aos espaços subordinados do capitalismo mundial, que se manifesta através das pressões para a quebra do monopólio europeu e norte-americano sobre a definição das categorias e outras formas de compreensão espiritual do mundo social. O risco a que recai o imobilismo das construções teóricas desta disciplina ante ao duplo contexto seria o de ter esvaziado o seu poder explicativo sobre o próprio objeto de pesquisa, uma vez que o anacronismo das suas principais categorias, criadas ao longo dos últimos dois séculos como reflexo do contexto particular ao seu momento histórico e da localização espaço-temporal de seu discurso, não permitem acomodar as mutações na constituição, função e limites do Estado na contemporaneidade.

O anacronismo e o aspecto colonialista da visão dominante têm sido ressaltados por importantes interlocutores do debate acadêmico nacional vinculados à escola de direito da Universidade de São Paulo (USP). Nesta interpretação, a crítica remonta os argumentos levantados pela corrente materialista histórica, embasando-se principalmente nas contribuições dadas pelo socialista e reformista alemão Herman Heller. A perspectiva privilegiada de Heller está na sua inserção nos famosos debates de Weimar, quando fez oposição direta tanto aos tradicionalistas, que se propunham a continuar operando os velhos esquemas enciclopédicos da TGE legados por Jellinek e Gierke, quanto às novas propostas que identificavam sob prismas diferentes a Teoria do Estado com a Teoria da Constituição, seja pela exacerbação de seu aspecto político, como fazem Schmitt e Smend, ou do seu aspecto jurídico-normativo, como faz Kelsen. Contra estas concepções, Heller propunha a conversão da TGE em uma “ciência da realidade”, cujo objeto seria a investigação da “[...] função do Estado dentro da realidade social concreta, rejeitando-se a ideia de que o Estado é invariável, constante ao longo do tempo.” (STUCHI, 2015, p. 93).

Apesar de jamais haver logrado organizar uma teoria com rigor sistemático, em muito por sua morte precoce em 1933, e de suas ponderações refletirem uma apologia do Estado Social em muito superada com a crise do fordismo, o argumento é que a proposta de Heller abre espaço para a defesa de uma reformulação da disciplina que considere a especificidade histórica dos Estados concretos, situando-os de maneira dialética ante ao seu posicionamento espaço-temporal e às suas múltiplas conexões com as dimensões da totalidade social – o que implica em considerá-lo também como uma totalidade de relações não somente jurídicas, mas também políticas, econômicas, sociológicas, éticas etc. (STUCHI, 2015, p. 151-153, 182-199; TOJAL, 1997, p. 136-138) ¹ ². Um dos eixos desta transformação está na sua forma de conceber a soberania. Para Heller, a ideia de soberania não está fundada em um pressuposto ideal e axiológico da ordem jurídica, consubstanciado na norma fundamental que manda obedecer ao soberano, mas na própria formação real da vontade estatal em meio às relações

¹ “Em razão das transformações do próprio Estado e das ciências sociais e jurídicas, poderíamos afirmar que a teoria do Estado Social de Heller está superada, com a perda da autoridade estatal e da soberania na regulação da economia, como afirmou Thomas Vesting, citado por Bercovici (2004a: 165), No entanto, isso não significa que seu trabalho, especialmente a sua concepção de organização não possa abrir novas perspectivas, não necessariamente para restaurar o Estado, mas para compreender as novas tarefas estatais num complexo social de múltiplas entidades com poder de auto-organização.” (STUCHI, 2015, p. 151).

² “[...] o Estado deve voltar a ser objeto dos estudos do direito público, mas não o Estado entendido como o próprio ordenamento jurídico, como o concebeu Kelsen, mas como realidade social, como unidade na pluralidade, como o postulou Heller. O Estado deve ser estudado por meio de uma teoria cujos fundamentos rompam com o conhecimento fragmentado em infinitas disciplinas e que não transforme um modelo de Estado particular num conceito geral e abstrato. É preciso jogar luz para a posição que ocupam na relação centro-periferia.” (STUCHI, 2015, p. 153).

de poder constituídas na sociedade. A questão da soberania, então, passa a ser planteada nos termos da dialética entre o político e o jurídico em processos de condensação e unificação territorial dos fatores reais de poder na sociedade nacional, que só então podem se corporificar enquanto decisões normativas integradas ao ordenamento (STUCHI, 2015, p. 131-135).

Este fundamento é levantado para sustentar que, partindo de uma perspectiva realista que considere a especificidade histórica no tempo e no espaço mundial, torna-se intuitivo perceber que “[...] os Estados europeus e os Estados na América Latina não são os mesmos e não podem ser estudados como um objeto uniforme, que possui as mesmas particularidades.” (STUCHI, 2015, p. 198, 211). A questão do Estado na periferia do capitalismo ganha outros contornos. Ela passa ser atravessada pelas relações de poder, que por sua vez são atravessadas pela integração subordinada da região ao mercado mundial. Isto impõe ao esforço científico neste campo a necessidade de se empoderar de ferramentas teóricas capazes de evidenciar não só as características assumidas pelo capitalismo periférico, mas também os efeitos produzidos pelos vínculos dialéticos que mantém com o mercado mundial na reprodução da forma política em seu interior. Tendo em vista estes vínculos, torna-se extremamente frágil a transposição direta a estas formações econômicas e sociais do paradigma tradicional da soberania atribuída ao Estado enquanto um poder “absoluto e perpétuo”. Afinal, na periferia a autonomia da organização política interna em ordenar segundo os seus desígnios o processo social esteve sempre atravessado e restringido pela influência de fatores externos (STUCHI, 2015, p. 207).

Dentre as interpretações teóricas capazes de defender a especificidade do capitalismo latinoamericano e lançar luz às características, funções e limitações assumidas pelo Estado Nacional nesta localização do capitalismo mundial, situa-se a Teoria Marxista da Dependência (TMD). O destaque desta corrente teórica deve-se não somente ao fato de que constitui uma mirada local sobre o processo social do subcontinente, avançada quase exclusivamente por pesquisadores nativos, mas também porque constituiu-se no principal arauto das contradições acumuladas no ciclo desenvolvimentista, utilizando-se da ideia de dependência para explicitar em diversas dimensões a impossibilidade de replicação da condição gozada pelos centros desenvolvidos na periferia do capitalismo mundial. Em suas propostas precursoras, a TMD buscará analisar as transformações sofridas pelo capitalismo latinoamericano nas décadas de 60 a 80, justamente quando o nacional-desenvolvimentismo começa a demonstrar sinais de exaustão. Trata-se de um cenário extremamente conturbado de transformações políticas e sociais no cenário nacional e internacional, no qual estruturam-se

as determinantes que regeriam a acumulação mundial no último quarto do século XX (OSÓRIO, 2009, p. 71-91; PRADO, 2015, p. 76-93; SANTOS, 2000, p. 17-37).

Entre estes determinantes destacam-se a agência ideológica das potências hegemônicas no contexto bipolar da guerra-fria, a eclosão das ditaduras militares no subcontinente, a consolidação do industrialismo periférico com a manutenção da desigualdade social e o aprofundamento de seus laços com o capital internacional, que já aparecia orientado por estratégias globais expansivas em um prelúdio do processo de mundialização capitalista (PRADO, 2015, p. 76-83). Diferentemente do que antecipavam as “teorias da modernização” latinoamericanas, o conjunto destes fatores pareciam indicar para as nações periféricas a permanência da sua inserção subordinada no capitalismo mundial mesmo após a sua industrialização, deslocando a idealização de um capitalismo “organizado” e isento de contradições. Empoderando-se deste fato e na contramão do discurso dominante, as conclusões da TMD enveredarão para a constatação de leis tendenciais no capitalismo periférico com profundas consequências na sua dinâmica política e econômica. Na sua visão, a construção histórica das sociedades latinoamericanas seria responsável por reforçar a dimensão de barbárie do modo de produção, aprofundando a exploração de classe em resposta à necessidade estrutural de compensar a debilidade de suas forças produtivas no ambiente de mercado (MARINI, 2000, p. 135-151; OSÓRIO, 2009, p. 109-119).

Neste sentido, a dependência reproduzir-se-ia de forma ampliada *pari pasu* com a diferenciação da sociedade e a elevação dos padrões técnicos da produção, firmando relações entre o interno e o externo que asseveram ausência crônica de controle sobre o próprio processo econômico. A visão dialética da totalidade social também impõe o reflexo da dependência na própria composição das classes dominantes internas, gerando vínculos de solidariedade entre a sua base de poder e os fatores que impõe a extroversão dos centros de decisão econômica. Por conta disso, seria inviável a ideia de um Estado comandado pela burguesia industrial como promotor do desenvolvimento nacional em benefício de todas as classes (MARINI, 2014 p. 158-161; OSÓRIO, 2009, p. 98-99; 2014, p. 205-209). O caráter excludente e desigual do desenvolvimento periférico imporia uma barreira intransponível à perspectiva de compatibilizar a progressão das forças produtivas com a elevação duradoura do padrão de vida da população a níveis eticamente aceitáveis, impondo que justiça e desenvolvimento só pudessem ser alcançados à margem do modo de produção, através de um projeto revolucionário de sociabilidade capaz de suprimir nas sociedades dependentes tanto a

subordinação imperialista quanto o caráter capitalista das relações de produção (MARINI, 2000, p. 159-165; OSÓRIO, 2014, p. 206-207).

A visão da TMD acerca do capitalismo e do Estado expressa uma nítida contraposição às premissas levantadas pelo Novo Desenvolvimentismo, que ao recorrer à utopia do desenvolvimento como meta de seu programa de ação enquadra-se nas fileiras das chamadas “teorias da modernização”. Estas teorias, cuja origem remonta ao conflito ideológico do pós-ssegunda guerra mundial, dedicam-se explicar os determinantes das diferenças apresentadas entre as regiões do capitalismo que já se expandia a uma escala planetária. O primeiro passo neste sentido foi dado por teóricos situados no norte geopolítico com a criação de visões etapistas do processo histórico, que situavam a ideia de desenvolvimento como um processo linear através do qual todas as nações poderiam alcançar eventualmente o estágio de modernidade gozado pelos países centrais, desde que repetissem os passos de sua experiência (PRADO, 2015, p. 44-56; SANTOS, 2011, p. 331-340). Entretanto, a forma como esta idéia internalizou-se na América Latina deveu-se à reconcepção destas teorias a partir de uma visão local e parcialmente crítica, que apesar de recepcionar a utopia do desenvolvimento enquanto um horizonte possível no modo de produção, ancorou seu diagnóstico das “causas do subdesenvolvimento” à ação inibidora dos países e economias centrais sobre as nações periféricas. Nesta visão, este encaixe imporia à periferia a permanência em um estágio “pré-capitalista”, deslocando-as para o desempenho de uma função de fornecedor de matérias primas e alimentos para o mercado mundial (DIAS, 2012, p. 49-60; PRADO, 2015, p. 56-75).

A importância particular das “teorias da modernização” está em que forneceram a base para a difusão do ideário reformista no plano latinoamericano. A ideia de reforma do capitalismo tem como centro de gravidade a suposição de que apesar de potencialmente virtuoso para a promoção do progresso através da libertação do homem em relação às limitações impostas sobre ele pelas suas condições materiais de existência, a lógica privada que orienta o capitalismo está fadada a gerar a instabilidade cíclica e as deformações nos termos em que se distribui o produto social que alimentam a desigualdade e a exclusão. Em suas variadas formas de discurso, para o reformismo a solução para este quadro estaria fundamentalmente na atuação do Estado como um mecanismo supletivo e auxiliar do mercado, garantindo através de mecanismos jurídico-políticos a contenção das crises e a adequação dos padrões de distribuição do produto social às necessidades gerais da população. O auge desta concepção se deu com a difusão das ideologias gerenciais no pós-guerra, impulsionadas pelo sucesso no plano da teoria econômica do keynesianismo, que introduziu

no discurso científico a temporização do capitalismo através das crises cíclicas e ratificou o intervencionismo estatal para contrarrestá-las e garantir o pleno emprego dos fatores de produção (FIORI, 2003, p. 48-54; MESZÁROS, 2005, p. 63-65).

Nestes termos, estas interpretações teóricas fornecerão ao reformismo latinoamericano não somente um quadro ideológico sobre o qual assentar a sua utopia de um “capitalismo organizado”, utilizando para isto a forma específica da ideia de desenvolvimento, mas também um receituário claro de quais tarefas seriam necessárias para alcançar este horizonte utópico. Este receituário estará originalmente vinculado ao nacionalismo e ao intervencionismo como formas de impulsionar o processo de industrialização por substituição de importações, iniciado já na década de 30 e que constituiria a matriz condutora do programa governamental das nações mais dinâmicas do subcontinente até o final dos anos 80 (FONSECA, 2004; MOLLO; FONSECA, 2013). O sucesso desta formatação aproveitou-se da simbiose assumida entre o prescricionário das teorias da modernização e os interesses imediatos das frações de classe ascendentes na conjuntura, notadamente a burguesia industrial, formando o movimento político e intelectual conhecido como nacional-desenvolvimentismo. Este termo será utilizado para identificar a uma só vez a dinâmica política, econômica e o discurso ideológico que alcançou grande difusão durante todo o ciclo industrializante, quando a busca do desenvolvimento passou a justificar os projetos políticos emanados da cúpula estatal, auxiliando a sua transmutação na consciência social desde as pretensões classistas dos grupos dominantes para a imagem de necessidades inadiáveis do progresso cuja solução beneficiaria toda a sociedade nacional (PRADO, 2015, p. 58-75).

É em meio a este contexto que se pode compreender o “Novo Desenvolvimentismo”. Trata-se de uma corrente de pensamento que têm como premissa o resgate da visão difundida pelas “teorias latinoamericanas do desenvolvimento”, atualizando-a para refletir não só a conjuntura atual, mas também os avanços logrados nas teorias econômica e política. Através desta reconcepção, busca caracterizar-se como uma terceira via ao lado da antiga abordagem desenvolvimentista e as concepções de matriz neoliberal que se tornaram dominantes nos anos 90, afirmando a sua originalidade exatamente na tentativa de compatibilização dos aspectos positivos de cada uma delas (BRESSER-PEREIRA, 2006, 2010, 2016). Como premissa fundamental, o “Novo Desenvolvimentismo” postula que a promoção do desenvolvimento na periferia não constitui uma utopia, mas um horizonte possível, cujo alcance depende apenas da mobilização social em nível nacional para superar as dissensões imediatas entre as classes e grupos e promover de forma unitária os interesses da

nação. O papel de orientação desta mobilização seria cumprido pelo próprio Novo Desenvolvimentismo, que reclama a tarefa de diagnosticar os entraves econômicos ao progresso e desenhar um plano de ação constituído na “Nova Estratégia de Desenvolvimento” (BRESSER-PEREIRA, 2006, 2010, 2016).

A centralidade dada ao Estado nesta visão da realidade periférica está dada pelo fato de que, assim como no desenvolvimentismo original, o Novo Desenvolvimentismo aposta na capacidade estatal de supervisionar os processos de produção material da vida no território, que no capitalismo são realizados via de regra de forma privada pelos agentes econômicos individuais. Esta condição projetada na forma política decorre da sua compreensão como o representante por excelência da comunidade nacional, do que implica a necessidade de legitimar e prestar contas das ações compreendidas no projeto político dominante ante a composição heterogênea deste corpo social. Além disso, por constituir-se em um centro de acumulação de poder, a instância estatal teria condições de agir de maneira centralizada, movimentando mecanismos jurídico-políticos para reordenar o processo econômico e impedir que a ação dispersa dos agentes individuais reproduza as tendências deletérias do capitalismo subdesenvolvido (GURRIERI, 1987; BRESSER-PEREIRA, 2004; 2006a). O Estado passa, então, a ser visto menos como uma entidade política atravessada por processos de dominação e distribuição do poder, e mais como um potencial centro de inteligência supletivo do mercado, situado acima e aparte do processo econômico.

Frente a este processo de retomada da utopia do desenvolvimento representado pela ascensão Novo Desenvolvimentista, cabe ao pensamento crítico questionar novamente sobre quais os seus limites e quais as suas contradições. Afinal, passado mais de meio século desde a publicação das contribuições desenvolvimentistas precursoras, permanecem descumpridas as suas promessas de equidade para com o destino da classe trabalhadora. Engajando-se nesta tarefa, o presente trabalho pretende responder a seguinte questão: seria possível ratificar, partindo de uma compreensão realista e materialista do Estado, a hipótese Novo Desenvolvimentista da possibilidade de ampliar de simultaneamente as funções econômicas e sociais da forma política para liderar um processo autossustentado de crescimento com equidade, sem romper com os laços internos e externos de dependência que atravessam a formação econômica e social? Para responder esta questão fundamental, a investigação se estruturará ao redor de outras três indagações instrumentais e específicas: a) como a Teoria Marxista da Dependência (TMD) enxerga a especificidade do capitalismo dependente brasileiro? b) como o Novo Desenvolvimentismo enxerga o Estado em meio à sua proposta de

uma “Nova Estratégia de Desenvolvimento”? c) quais limitações e contradições podem ser apontadas no discurso Novo Desenvolvimentista acerca do papel do Estado a partir das especificidades do capitalismo dependente brasileiro como apontadas pela TMD?

De forma coerente com o referencial teórico proposto, os supostos metodológicos da investigação enquadram-se no materialismo dialético de matriz marxiana. Desde esta perspectiva, a realidade como se apresenta aos homens de maneira direta e imediata opera em um nível da aparência, relacionada com a necessidade de operacionalizar a práxis cotidiana e ao mesmo tempo como produto dela. Com efeito, a matriz de pensamento que se constitui pela internalização desta forma fenomênica não corresponde ao real, mas a uma representação do real entrecortada pela corporificação e petrificação das condições históricas (KÓSIC, 2002, p. 19). Por isto mesmo, esta dimensão cognoscível no nível da aparência está envolta em um jogo de ocultação ideológica que obscurece a sua essência, a sua estrutura interna, em favor da reprodução das formas assumidas pelas relações sociais historicamente dominantes. Nesta superfície, os fenômenos tornam-se opacos e dissimulam as suas contradições internas. A questão fundamental do conhecimento, então, corresponde à explicitação da essência dos fenômenos, em contraposição à aparência imediata, o que implicará na necessidade de decompor a expressão direta dos fenômenos, buscando separar o que é secundário do que é essencial, “[...] já que só através dessa separação se pode mostrar a sua coerência interna, e com isso, o caráter específico da coisa.” (KÓSIC, 2002, p. 18).

É importante ressaltar que o pensamento hegemônico propõe uma postura acriticamente reflexiva, na qual põe “[...] em relação causal as representações fixadas e as condições igualmente fixadas”, acreditando fazer uma análise científica daquelas idéias “[...] ao procurar para elas um equivalente econômico e social.” (KÓSIC, 2002, p. 22). Sobre esta matriz, o método dialético adquire substância eminentemente crítica, uma vez que não aceita o mundo material reificado tal como ele se apresenta, como se fosse algo originário e independente. Ao decompor as manifestações imediatas dos fenômenos em busca de sua essência, ao mesmo tempo dilui as formas reificadas do mundo objetivo e ideal, privando-as de sua pretensa fixidez, naturalidade e pretensa originalidade, para demonstrá-las como “[...] fenômenos derivados e mediatos, como sedimentos e produtos da práxis social da humanidade.” (KÓSIC, 2002, p. 21). Ademais, ao situar-se na reflexão sobre a realidade humano-social, seu campo de atuação situa-se na práxis revolucionária, na medida em que esta, diferentemente da realidade natural, é inteiramente criada pelo próprio homem, do que resulta a sua possibilidade de revolucioná-la (KÓSIC, 2002, p. 23). O que no materialismo

histórico, portanto, têm-se por verdade não se identifica com uma verdade perene e imutável, metafísica e ideal, no que tange ao mundo social. O mundo social é o mundo historicamente situado, de cujo produto e produtor é concomitantemente o homem enquanto ser social. Por isto mesmo, a dialética enquanto desconstrução da realidade reificada só pode ser ao mesmo tempo o processo de reconstrução da realidade sob novos termos, isto é, da revolução da realidade histórica.

Em síntese, portanto, é possível afirmar que “[...] nosso motivo metódico principal consiste em descobrir as tendências – efetivas no nosso presente econômico, sempre considerando que queremos transformar dito presente.” (KORSCH, 1978, p. 109, tradução nossa). Esta consideração erige o problema de qual a realidade histórica sobre a qual a investigação se interpõe, e além disso qual a orientação da práxis revolucionária nela contida. Em relação ao primeiro ponto, sobre a realidade sobre a qual nos debruçamos, a epistemologia marxista nos dará a base para afirmar que “[...] o modo de produção da vida material que condiciona o processo de vida social, política e intelectual”, e que a “[...] totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência.” (MARX; ENGELS, 2008, p. 47). A história humana deve, então, ser interpretada a partir dos modos predominantes de produção da vida social, que adquirem certa regularidade histórica e que determinam o núcleo essencial e a lógica sobre a qual se constroem as formas sociais de consciência.

CAPÍTULO 1 A TEORIA MARXISTA DA DEPENDÊNCIA (TMD) E O PROBLEMA DO DESENVOLVIMENTO NA PERIFERIA DO CAPITALISMO

1.1 A Teoria Marxista da Dependência (TMD) e a Economia Política do Subdesenvolvimento

A Teoria da Dependência, em um âmbito geral, deve ser compreendida como uma tentativa de superar de forma construtiva o pensamento que se tornara hegemônico durante o ciclo desenvolvimentista latinoamericano, que teve seu auge entre os anos 1950 e 1960. Ao mesmo tempo, corresponde a uma contraposição ao conjunto dos pressupostos teóricos, metodológicos e ideológicos que organizaram aquela matriz de pensamento³. As vertentes associadas à Teoria da Dependência formaram-se em um contexto histórico muito particular, que possibilitou a reunião e o debate entre diversos autores de posição ideológica essencialmente de esquerda convergentes no interesse de problematizar, do ponto de vista intelectual, a conjuntura que se formava com a transição entre os anos 1960 e 1970. É neste período que o programa de substituição de importações nos países latinoamericanos que lograram estabelecer um movimento industrializante, sendo este a principal materialização em termos de política econômica das teses desenvolvimentistas, entra em declínio. No centro do debate, ganhou importância a ideia de dependência, que já havia sido utilizada no âmbito das Teorias do Desenvolvimento, mas que será reinterpretada para representar de forma estrutural e mais significativa, com variações conceituais entre as vertentes, os laços de subordinação da região com o exterior (BAMBIRRA, 1978, p. 26-28; OSORIO, 2009, p. 71-73).

É possível determinar algumas referências históricas características desta conjuntura que influenciaram de forma determinante a formulação do problema teórico dependentista. A primeira delas é a necessidade de compreender o peso das transformações na dinâmica do capitalismo mundial, que já não poderia ser enquadrado no esquema teórico estruturalista embasado na heterogeneidade estrutural e na especialização econômica dos países em meio ao encaixe centro-periferia, caracterizado pela oposição das economias primário-exportadoras e industrializadas. O avanço da industrialização latinoamericana trazia fatos novos e consolidava novas formas de relacionamento entre os polos, no qual não só se tornavam centrais atores como as corporações multinacionais e transnacionais, como ganhavam peso determinante os movimentos de capital na forma de Investimentos Diretos e Indiretos (IDE e

³ O mesmo argumento é desenvolvido, em outras palavras, por Prado (2015, p. 82-83), que situa a controvérsia da dependência como um desdobramento e superação da controvérsia do subdesenvolvimento.

IDI). Através destes processos, o capital estrangeiro passava a entabular sua presença decisiva no interior das estruturas produtivas dependentes, como resultado do ímpeto de explorar oportunidades geradas pelos mercados domésticos em setores chave, através de configurações e associações múltiplas com a burguesia e as demais classes internas (MARINI, 1994, p. 135-154; PRADO, 2015, p. 77-79; BAMBIRRA, 1978, p. 16-20).

A segunda referência é a evidência do papel decisivo do antagonismo entre as classes nas relações de poder entabuladas na dinâmica do desenvolvimento capitalista. A dissociação da prática política das classes dominadas e da burguesia industrial ascendente neste momento histórico contestava o pensamento político pautado nas interpretações mecanicistas e dualistas das sociedades subdesenvolvidas, próprias do nacional-desenvolvimentismo. A perspectiva estática do conflito entre as classes sociais explicitou-se ora na supervalorização das contradições entre a burguesia industrial, as classes tradicionais e o imperialismo, ora na subvalorização das contradições entre aquelas e os interesses da classe trabalhadora. Como consequência, a sua interpretação política foi levada com relativa facilidade a sustentar a viabilidade do desenvolvimentismo enquanto projeto político, apostando na base material formada pelo “pacto de classes” liderado pela burguesia industrial e tratando o Estado como uma entidade a histórica e abstrata, capaz de orientar o processo de desenvolvimento a partir de ponderações técnicas das necessidades econômicas pela internalização da perspectiva de “planejamento econômico”. O epígono da fragilidade desta interpretação manifestou-se com a superveniência do ciclo das ditaduras militares na região, que sobrepôs à figura do pacto nacional-popular o autoritarismo político, o aumento da exclusão social e a solidariedade das classes dominantes entre si e com as elites cosmopolitas do capitalismo mundial (MARINI, 1994, p. 135-154, 2014, p. 145-152).

Por fim, a terceira e última referência que merece ser destacada é a explosão da Revolução Cubana em 1967 e a sua confirmação como movimento revolucionário socialista em 1969. Se no seu âmbito mais geral todo o contexto da guerra-fria marcou-se pela polarização ideológica que colocava em pauta o socialismo como projeto alternativo de modernidade, no contexto Latinoamericano o êxito da Revolução Cubana teve importância particular pelo seu potencial de efeito demonstração da “atualidade da revolução”. A partir do exemplo cubano, tornava-se verossímil a contestação do próprio projeto de desenvolvimento capitalista enquanto horizonte utópico para as sociedades locais. Este fato seria impulsionado pela incapacidade do nacional-desenvolvimentismo, enquanto formatação hegemônica da ideologia do desenvolvimento, em concretizar as suas promessas. Como consequência,

observou-se o fortalecimento do movimento socialista em todo o subcontinente, o que repercutirá no plano intelectual pela emergência de teorias orientadas pela utopia revolucionária e pela crítica radical da ideologia do desenvolvimento capitalista (PRADO, 2015, p. 37-44, 78-80).

Além disso, as Teorias da Dependência se estruturarão sobre uma série de influências teóricas. O legado desenvolvimentista, principalmente em sua vertente estruturalista cepalina, constituirá uma referência necessária aos dependentistas, que utilizarão como ponto de partida a vasta coleção de dados empíricos e o conjunto de categorias analíticas desenvolvidas no âmbito daquela corrente de pensamento. A compreensão era de que, apesar das suas carências, as teorias latinoamericanas do desenvolvimento constituíram uma competente e crítica iniciativa de rompimento com o pensamento eurocêntrico e hegemônico no círculo dos países centrais, abrindo um novo horizonte de reflexão e organizando um diagnóstico objetivo, embora parcial, da realidade regional. Por isto, a crítica pretendida pelas Teorias da Dependência constituiu-se como aquela que “[...] destrói os enganos, incorpora os avanços e supera a posição anterior.” (CARDOSO, 1970 apud BAMBIRRA, 1978, p. 30, tradução nossa). Neste movimento, serão recuperadas ou reelaboradas uma série de noções do estruturalismo, como a concepção do sistema centro-periferia, os fundamentos da análise histórico-estrutural dos fenômenos econômicos, a categoria da deterioração dos termos de intercâmbio e o princípio normativo de se romper com as amarras da teoria econômica convencional (DIAS, 2012, p. 64).

Entretanto, serão incorporados de forma significativa outros elementos e novas influências, em um movimento que evidencia o ecletismo como uma das principais características das Teorias da Dependência (OSÓRIO, 2009, p. 77-78). Este leque de influências será constituído principalmente pelo resgate das “Teorias do Imperialismo”, formadas no contexto histórico da transição do século XIX ao século XX por autores como Hobson, Hilferding, Bukharin, Luxemburgo e, principalmente, Lenin. Além disso, o Marxismo comporá, em conjunto com o estruturalismo cepalino, a base de sustentação do debate entre os diversos autores (MARINI, 1994; BAMBIRRA, 1978, p. 15-16). Apesar da importância deste tripé referencial em todas as correntes, isto não exclui o fato de que a Teoria da Dependência na realidade constitui-se linhas de pensamento que guardam profundos desacordos teóricos, interpretativos e metodológicos, e alcançam, por consequência, conclusões originais e muitas vezes divergentes sobre as características e os limites da situação de dependência. Esta heterogeneidade se expressará na maneira como cada uma destas vertentes de

pensamento dará interpretações específicas sobre o peso do tripé referencial em suas abordagens, e agregará a eles ainda outras influências (DIAS, 2012, p. 60-61).

Neste contexto, a Teoria Marxista da Dependência (TMD) situa-se como uma das principais correntes dependentistas, e estrutura-se principalmente ao redor das teses produzidas por André Gunder Frank e Ruy Mauro Marini entre os anos 1960 e 1970, muito embora beneficie-se da contribuição de outros a eles contemporâneos, como Theotonio dos Santos, Vânia Bambirra, Orlando Caputo e Roberto Pizarro. No recorte atual, as teses da TMD têm sido revividas e atualizadas para interpretar a realidade da região por uma nova e competente geração de dependentistas no plano nacional e internacional, dentre os quais destacam-se Jaime Osório, Adrián Sotelo Valencia, Carlos Eduardo Martins, Marcelo Dias Carcanholo, Mathias Luce, Marisa Amaral, entre outros. Entre as contribuições da antiga e a nova geração, esta linha de interpretação adquire homogeneidade e originalidade a partir da convergência de suas ideias sobre a crítica radical do desenvolvimento capitalista dependente, defendendo a via revolucionária como única maneira de promover na região latinoamericana um padrão de desenvolvimento que não seja ao mesmo tempo superexplorador e desigual (DIAS, 2012; OSÓRIO, 2009, p. 89-93; MARTINS, VALENCIA, 2001, p. 127-128)⁴.

O ponto de partida da TMD pode ser traçado à tese do “*Desenvolvimento do Subdesenvolvimento*”, lançada inicialmente por Gunder Frank na forma do artigo homônimo publicado em 1966, o qual alcançou ampla divulgação e foi reproduzido em diversos livros e periódicos (KAY, 2005, p. 1180). Nele, o autor desenvolve uma crítica das concepções etapistas do desenvolvimento e das visões dualistas sobre as economias subdesenvolvidas, defendendo não só a plena condição capitalista da dinâmica econômica deflagrada naquelas sociedades, como também o fato de as estruturas econômicas usualmente apontadas como “pré-capitalistas” ou “feudais” serem o resultado do mesmo próprio processo histórico responsável por gerar as “[...] assim chamadas instituições capitalistas das áreas supostamente mais desenvolvidas.” (FRANK, 1969, p. 4-5). O modelo de Frank será construído a partir de uma visão sistêmica que busca enfeixar em um mesmo processo o enriquecimento das nações ou regiões mais desenvolvidas com a desagregação social e econômica de outras áreas. A concepção teórica deste movimento está pautada na reprodução nos diversos níveis

⁴ A sua trajetória conjunta remonta ao início da década de 1960, quando Frank exerceu atividade docente na recém-criada Universidade de Brasília, instituição na qual Santos e Marini então figuravam como estudantes de Pós-Graduação. Após a deflagração do golpe militar em outubro de 1964 e o consequente início das perseguições políticas, os três seriam obrigados a buscar asilo fora do país, e, tendo seguido inicialmente caminhos diferentes, acabariam por encontrar-se novamente durante o exílio no Chile, onde foram admitidos no Centro de Estudos Sócio-Econômicos (CESO) da Universidade do Chile na condição de pesquisadores associados (DIAS, 2012, p. 75-81).

(internacional, regional e local) de uma estrutura de subordinação que divide os espaços entre metrópoles e satélites (FRANK, 1969).

Neste sentido, cada um dos polos desta trama estará ligado por relações de domínio e de monopólio econômico que possibilitariam às metrópoles apropriar-se do “excedente econômico” gerado nas regiões satélites que as orbitam. Partindo desta reflexão, Frank desenvolverá a tese central de sua obra, através da afirmativa de que frente ao fluxo de transferência do excedente gerado nas regiões periféricas o desenvolvimento pleno só existe (e só poderá existir) nas metrópoles, enquanto a evolução das formas históricas nas áreas satelitizadas está fadada a reproduzir a ausência de desenvolvimento⁵. Partindo da observação histórica sobre o processo de desenvolvimento de algumas nações ou sub-regiões nacionais de destaque, como é o caso de São Paulo, Rosário e Mendoza no plano subnacional Latinoamericano, e do Japão como exemplo mais bem-sucedido no plano internacional, anotará que a relativa prosperidade alcançada por estes núcleos estaria associada ao gozo de períodos estendidos de isolamento, quando o poder e a coerção externos foram sobrestados por condições particulares. Entretanto, o seu desenvolvimento embasou-se pela progressiva polarização e satelitização de outras regiões ou sub-regiões, e, tão logo restabeleceram-se os laços com o mercado mundial, com pouquíssimas exceções, expressou a tendência de desagregar-se, sempre incapaz de reproduzir o mesmo padrão gozado no polo metropolitano⁶ (FRANK, 1969, p. 9).

Ao situar como caráter intrínseco do desenvolvimento capitalista a geração de desenvolvimento e riqueza, de um lado, e desigualdade e pobreza, de outro, o autor rompe com a ideia de que o atraso estaria relacionado com incapacidade de superar certas estruturas consideradas pré-capitalistas. Ao contrário, constituiria a própria evidência do caráter parasitário e contraditório do capitalismo, o qual se propagaria pelas diversas formas históricas por ele assumidas, já que as estruturas produtivas dos satélites avançariam somente

⁵ Nas palavras do autor, “[...] quando analisamos essa estrutura metrópole-satélite, constatamos que cada um dos satélites [...] serve de instrumento para a sucção do capital ou excedente econômico dos seus próprios satélites e para a canalização de parte deste excedente para a metrópole global da qual todos são satélites. Além disso, cada metrópole nacional ou local serve para impor e manter a estrutura monopolista e a relação exploradora deste sistema [...] enquanto sirva aos interesses da metrópole que toma vantagem desta estrutura global, nacional e local para promover o seu próprio desenvolvimento e enriquecimento de sua classe dominante.” (FRANK, 1969, p. 6, tradução nossa).

⁶ “Longe de se tornarem mais desenvolvidos, os setores industriais do Brasil e mais visivelmente da Argentina estão se tornando estruturalmente cada vez mais subdesenvolvidos e cada vez menos capazes de gerar uma industrialização continuada ou de sustentar o desenvolvimento da economia. Esse processo, do qual a Índia também sofre, se reflete em toda uma gama de problemas cambiais e inflacionários e outras dificuldades econômicas, políticas, e promete não ceder a nenhuma solução que não parta de uma transformação da estrutura.” (FRANK, 1976, p. 34).

em reflexo das necessidades dos monopólios estrangeiros. Assim, a história do *desenvolvimento do subdesenvolvimento* latinoamericano poderia ser periodizada segundo o tipo de influência monopolista preponderante nas fases de maturação do mercado mundial em determinada fase⁷.

Em razão de seu pessimismo acerca da possibilidade do desenvolvimento nos marcos do capitalismo dependente, Frank será categorizado como um crítico radical das posições reformistas e desenvolvimentistas, tão celebradas pelo pensamento hegemônico. Na sua visão, as reformas ou incentivos pontuais tenderiam à nenhuma ou pouca chance de êxito, pois esbarrariam cronicamente na falta do excedente econômico necessário para realizar tais mudanças (DIAS, 2012, p. 84). A única alternativa real de desenvolvimento estaria subordinada à perspectiva de uma reconcepção radical das bases do processo social, o que só poderia ser alcançado pela via revolucionária. A pergunta motriz de suas interpretações sobre a realidade latinoamericana, portanto, refletirá este pessimismo em relação à possibilidade de solução aos principais problemas da região permanecendo nos quadros do sistema de produção vigente, e empreendendo contra ele a defesa da via revolucionária. Esta pergunta é sintetizada na expressão que dará título ao ensaio homônimo do autor publicado em 1968: “*Subdesenvolvimento Capitalista ou Revolução Socialista?*” (FRANK, 1969).

Ocorre que apesar de seu pioneirismo na crítica radical do desenvolvimentismo, ao basear-se na reprodução da estrutura básica da relação metrópole-satélite abstraindo no processo as sociedades concretas e enfocando-se quase exclusivamente na esfera da circulação comercial, o modelo do “desenvolvimento do subdesenvolvimento” assumiu um caráter ahistórico, estático e simplista. Não reunia elementos teórico-metodológicos e conceituais suficientes para explicar com clareza as particularidades, contradições e a evolução histórica das formas dependentes⁸. Um sintoma deste fato é a continuidade com que tratava a passagem da situação colonial para a situação de dependência, ignorando a relevância da reorganização das relações de classe e de produção na nova cena para reproduzir no plano econômico a dominação que antes apoiava-se na subordinação política

⁷ “[...] monopólio comercial, até o século XVIII; monopólio industrial, do século XIX à época do ‘liberalismo’; monopólio de bens de capital e bens-intermediários na primeira metade do século vinte, e; monopólio tecnológico e das corporações transnacionais a partir de então.” (DIAS, 2012, p. 86).

⁸ Segundo Osório (2009, p. 88), “*En Frank se sintetizaron con mucha claridad los elementos que definían la teoría de la dependencia en ese momento. Sus formulaciones sobre la especificidad del capitalismo latinoamericano se encontraban con la carencia de herramientas teórico-metodológicas y de conceptos que pudieran dar cuenta de la situación. Por otra parte, la conclusión de que la única vía real de solución para los pueblos del continente es el socialismo era piedra de escándalo para los pensadores no marxistas y para los impulsores de la revolución por etapas.*”

direta (OSÓRIO, 2009, p. 85-87; MARINI, 2000, p. 109-110; SANTOS, 2000, p. 24, 2011, p. 359-361).

A tentativa de superação deste quadro de insuficiência teórica caberá fundamentalmente a Ruy Mauro Marini, cuja abordagem do problema será diferenciada de Frank sobretudo pelo progressivo aprofundamento do marco teórico marxista como principal concepção filosófica e sistema conceitual para investigar a legalidade própria do capitalismo dependente. Neste trânsito, o autor protagonizará diversas rupturas com a perspectiva metodológica da tradição marxista do pensamento latinoamericano então dominante, cujas postulações permaneceram predominantemente vinculadas às interpretações dualistas e etapistas da história inspiradas no modelo ideal de evolução do capitalismo elaborado por Marx a partir das experiências da França e Inglaterra durante o século XIX, sintetizadas nas teses da “Revolução Burguesa”. A centralidade desta contribuição está no fato de que as análises predecessoras se limitaram ou a tomar por pressuposta a vigência das leis do capitalismo em sua forma pura ou ignorar a vigência da economia política marxista, aliando suas conclusões políticas mais gerais com outras influências teóricas muitas vezes incompatíveis para tratar as determinações econômicas implicadas na situação de dependência - principalmente a historiografia econômica legada pela Cepal. Na visão de Marini, este fato teria sido determinante para impor limites precisos à sua tentativa de compreensão das raízes profundas do subdesenvolvimento (BIANCHI, 2009, p. 182-183, 194-195; MARINI, 2000, p. 105-107; OSÓRIO, 2009, p. 86-89)⁹.

Como alternativa, sua proposta será de que o desenvolvimento do capitalismo moderno deve ser compreendido como um mesmo processo singular e mundial, atravessado por contradições e orientado por uma lógica “desigual e combinada” a reger a relação existente entre as especificidades históricas que possibilitaram a relativa prosperidade da forma capitalista desfilada nos países “avançados” com os condicionantes que limitaram a existência desta mesma forma nos países dependentes (SANTOS, 2009, p. 332-339; MARINI, 2000, p. 107-113). Como partes contrapostas do mesmo processo singular, a riqueza dos países “desenvolvidos” e a miséria nos países “subdesenvolvidos” estariam conectadas por vínculos dialéticos irredutíveis, uma vez que “[...] a trajetória do centro

⁹ Nas palavras de Osório (2009, p. 89), “[...] el problema tenía su nudo en la economía, y es ahí donde había que encontrar los fundamentos del subdesarrollo. La explicación necesariamente debía realizarse en el plano de la economía política. Sólo una economía política de la dependencia podía acceder a la comprensión de la legalidad vigente en la producción y reproducción del capitalismo latinoamericano.”

capitalista não poderia ter sido feita se não fossem criadas as estruturas dependentes que caracterizam as economias periféricas.” (GUIMARÃES JUNIOR, LOPES, 2016, p. 402).

Nesta interpretação, o sistema mundial em seu conjunto enfeixa um fluxo de transferência do fruto da produção social para os centros mais dinâmicos, o que acentua enormemente os seus ciclos e movimentos e impõe uma diversidade muito grande de ritmos de crescimento regionais. A unificação do mercado mundial que lhe serve de pressuposto age impondo a homogeneização de padrões de conduta em escala ampliada, mas, ao mesmo tempo, abre caminho para a exploração das grandes diferenças regionais, permitindo que certas regiões apresentem um ritmo de desenvolvimento acentuado em detrimento de outras (SANTOS, 2011, p. 63-64). Assim, o crescimento, a modernização e as demais “panaceias civilizatórias” relacionadas ao avanço da lógica capitalista tornam-se funções da tendência geral e sistêmica de centralização da acumulação nas regiões já desenvolvidas. Diferentemente do que haveriam previsto as análises desenvolvimentistas, esta composição se manifesta tanto nas formas e estágios iniciais assumidos pelo relacionamento dos países na esfera do mercado mundial como nos seus estágios mais avançados, nos quais o desenvolvimento desigual das forças produtivas engendra novas articulações e formas de espoliação, consecutindo na reprodução ampliada da condição de dependência (SANTOS, 2011, p. 64-65)¹⁰.

Ocupando o polo subordinado desta relação, o capitalismo dependente surge como portador de singularidades internas e contradições próprias, que têm como eixo a internalização do condicionamento sofrido pelo seu relacionamento histórico com os movimentos internacionais do capital e com as nações imperialistas. A síntese da dialética entre o externo e o interno dá origem a uma espécie de capitalismo “*sui generis*”, no qual as leis dinâmicas da acumulação capitalista aparecem mediadas pelas relações de exploração e domínio enfeixadas pelo encaixe desigual do mercado mundial capitalista. Portanto, a reflexão que busque dentro do marco teórico marxista compreender as contradições e as tendências conjunturais de desenvolvimento do capitalismo dependente deve ser capaz de romper com a transferência pura e direta das categorias utilizadas por Marx para analisar o

¹⁰ “*En suma, dentro de este sistema capitalista mundial, el subdesarrollo de los países dependientes tiende a acentuarse históricamente, llevando a una reproducción ampliada (con crecimiento económico, por lo tanto) que no rompe la característica de ser una economía dependiente. Su reproducción asume esta forma porque son objeto de una constante superexplotación que les impide dar saltos dialécticos significativos sin caer inmediatamente en una etapa superior de superexplotación. [...] El carácter desigual y combinado del desarrollo capitalista contemporáneo no produce, como en el siglo pasado, la emergencia de nuevos centros capitalistas, sino mayores contradicciones entre los centros ya existentes, que acentúan sus profundas contradicciones con los países dependientes, cuya solución exige un salto dialéctico hacia un nuevo sistema económico-social que lleve al socialismo y no a un capitalismo más desarrollado.*” (SANTOS, 2006, p. 64-65).

surgimento do capitalismo no eixo central para isolar em novas categorias as regularidades históricas responsáveis por reger o desenvolvimento subordinado das regiões periféricas. O estudo do capitalismo dependente perpassa por um movimento analítico de descenso no nível de abstração que pondera a adaptação do modelo de capitalismo “puro” cristalizado nos escritos econômicos e políticos de Marx com o imperativo histórico do desenvolvimento “desigual e combinado”, gerado pelas contradições da expansão das nações imperialistas e do mercado mundial sobre as demais regiões (MARINI, 2000, p. 106-107; PAZELLO, 2015, p. 547-548).

Nesta perspectiva, a dependência deve ser entendida como “[...] uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência.” (MARINI, 2000, p. 109). Ao situar a problemática da dependência no âmbito das relações de produção, a TMD nega vigência ao referencial teórico Cepalino, que a situa na dimensão das “estruturas produtivas”. Para a Cepal, a ideia de estrutura é tomada em um sentido restrito quanto ao seu papel no referencial marxista, uma vez que se refere meramente à disposição das forças produtivas em um determinado arranjo de atividades econômicas (primário-exportadora, industrial, etc.). Como consequência desta compreensão parcial, o seu estruturalismo histórico incorpora uma interpretação da dependência na qual as estruturas econômicas aparecem fetichizadas e fraturadas em relação aos grupos sociais que as corporificam e as reproduzem. Este movimento não só contribuiu para a relativa ingenuidade com a qual via de regra situou-se em seu bojo o problema das classes sociais, minimizando os efeitos do antagonismo objetivo entre elas nas relações de produção, como abriu caminho para a reificação das estruturas dependentes, na medida em que suas teses serão incorporadas pelos projetos político-ideológicos das classes dominantes para difundir esta forma específica e pretensamente “supraclassista” de compreensão espiritual da realidade.

De forma diversa, no referencial marxista as relações de produção constituem o próprio princípio estruturante da totalidade social, a partir do qual o corpo social é dividido na sociedade de classes. É a forma como os grupos sociais se relacionam com os meios de produção da sua existência em determinado tempo e espaço que determina a vigência entre seus componentes de relações específicas de domínio e de exploração, as quais, por sua vez, dão sentido ao curso da história, na medida em que o encaixe antagônico, em um eixo, entre dominantes e dominados, e, em outro, exploradores e explorados, impõe contradições

indissolúveis ao processo social (OSÓRIO, 2014, p. 116-121)¹¹. No nível mais alto de abstração, a análise das relações de produção baixo o capitalismo é feita por Marx no Livro I d'O Capital, onde formula as bases de sua teoria do valor e as põe em movimento através das formas sociais produzidas pelo capitalismo. A partir delas, concebe a Lei Geral da Acumulação, que sintetiza a contradição fundamental nas relações de produção capitalistas, ao opor dois grupos sociais – possuidores e despossuídos dos meios de produção – ante a necessidade de valorização do valor em escala cada vez mais ampliada¹².

Operando em um nível inferior de abstração que pressupõe a expansão desigual e combinada do capitalismo sobre o espaço, a TMD realizará a mediação entre a teoria do modo de produção capitalista em Marx e a legalidade específica das sociedades dependentes. O enquadramento teórico deste movimento é realizado através da Lei Marxista do Valor para explicitar através dela as deformações na distribuição do fruto do trabalho social entre os polos do sistema mundial capitalista¹³. Assim, a acumulação no interior do processo de reprodução do capital das economias dependentes é interpretada como subordinada tanto à desconexão entre a produção no plano nacional e a realização dos frutos do trabalho no plano internacional, quanto pela necessidade de recompor a parte do valor produzido e exportado aos países imperialistas dada a vigência dos mecanismos de transferência de valor nas sucessivas formas históricas do capitalismo dependente, enfeixando especificidades nos laços que reúnem capitalistas e trabalhadores no interior das suas relações de produção. Enquanto este encaixe permite que os países centrais aliviem as contradições inerentes ao modo de produção capitalista em seu espaço, na periferia a consequência é o aprofundamento destas contradições, gestando no eixo da relação entre capital e trabalho a forma da

¹¹ Osório baseia-se na definição de Lenin para conceituar a ideia de classes sociais da seguinte maneira: “[...] chama-se classes a grandes grupos de pessoas que se diferenciam entre si pelo seu lugar num sistema de produção social historicamente determinado, pela sua relação (as mais das vezes fixada e formulada nas leis) com os meios de produção, pelo seu papel na organização social do trabalho e, conseqüentemente, pelo modo de obtenção e pelas dimensões da parte da riqueza social de que dispõe.” (LENIN, 1961, p. 228 apud OSÓRIO, 2014, p. 116).

¹² “Na realidade, portanto, a lei da acumulação capitalista, mistificada numa lei da natureza, expressa apenas que a natureza desta acumulação exclui toda diminuição no grau de exploração do trabalho ou toda elevação do preço do trabalho que possa ameaçar seriamente a reprodução constante da relação capitalista, sua reprodução em escala sempre ampliada. E não poderia ser diferente, num modo de produção em que o trabalhador serve às necessidades de valorização de valores existentes, em vez de a riqueza objetiva servir às necessidades do desenvolvimento do trabalhador. Assim como na religião o homem é dominado pelo produto de sua própria cabeça, na produção capitalista ele o é pelo produto de suas próprias mãos.” (MARX, 2013, p. 697).

¹³ A relevância deste trânsito teórico para a compreensão da forma assumida pela contradição de classes no eixo das sociedades dependentes é enfatizada por Bianchi em sua crítica da interpretação da dependência realizada por Cardoso e Faletto, os quais empreendem uma análise da situação latinoamericana sem ponderar as questões fundamentais da situação de dependência, como a produção de valor e mais-valor e a transferência de mais-valor. Segundo o autor, era “[...] justamente o tratamento teórico destas questões o que permitiria esclarecer os processos concretos que teriam lugar nas diferentes realidades nacionais e, principalmente, as formas que a contradição entre as classes assumiria em cada país.” (BIANCHI, 2010, p. 191).

“superexploração da força de trabalho” (MARINI, 2000, p. 123-131; OSÓRIO, 2013, p. 49-52; CARCANHOLO, 2013, p. 81-88).

De uma perspectiva histórica, a emergência da forma dependente do capitalismo estaria referida à inserção dos países centrais como pioneiros na sofisticação dos meios de produção, deslocando-se para a função de estabelecer para todo o conjunto ambos os padrões sociais de produtividade do trabalho e de consumo conforme avançam o seu capitalismo. Nestes termos, a integração dos países dependentes latinoamericanos no mercado mundial se deu de forma tardia, quando transformações no capitalismo mundial impuseram a necessidade do rompimento do monopólio colonial ibérico, abrindo caminho para os respectivos processos de independência política das antigas colônias e a sua organização em Estados Nacionais. A implicação deste descompasso entre o nível de desenvolvimento das forças produtivas em um ambiente integrado e competitivo de mercado será a submissão dos novos espaços nacionais à condição subordinada de fornecedores de matérias-primas e alimentos, em uma capitulação das atividades econômicas coloniais, muito embora a mudança em seu estatuto político (MARINI, 2014, p. 47-51). Ademais das consequências para a dinâmica econômica interna dos países dependentes, o encaixe primário-exportador vigente até o início do século XX fornecerá as condições que possibilitarão a afirmação do ciclo expansivo das nações imperialistas iniciado com a revolução industrial, garantindo que possam deslocar-se à condução das atividades produtivas mais dinâmicas enquanto contam com o comércio exterior para suprir as necessidades de gêneros primários a baixos preços.

Neste quadro identificado inicialmente pela Cepal como encaixe Centro-Periferia, a dependência se manifesta de duas formas principais: *a)* primeiro, na exogenia da dinâmica econômica e social, já que os sistemas econômicos das nações dependentes desenvolvem-se sem a necessidade de organizar internamente as bases para a sua própria expansão, e por isto acabam por estruturar-se ao redor da oferta e da demanda externa, tendo por setor dinâmico o mercado de exportação e importação - que compõe ao mesmo tempo o motor da economia e a base objetiva de poder social das suas elites dirigentes; *b)* depois, porque no âmbito das relações comerciais entre os polos o diferencial no grau de monopólio da produção e no nível de produtividade do trabalho permite às nações imperialistas burlar a lei da troca equivalente, estabelecendo os seus preços de mercado acima dos seus preços de produção e gerando com isto uma “troca desigual” na qual parte do valor depositado na mercadoria através do processo

de produção nas nações dependentes lhe é transferido gratuitamente na forma de lucros extraordinários (MARINI, 2000, p. 107-123; CARCANHOLO, 2013, p. 81-83)¹⁴.

Diferentemente da interpretação Cepalina, que permanecerá enfocada na correlação entre estruturas econômicas pautadas na produção e exportação de gêneros primários, de um lado, e na produção de gêneros industrializados, de outro, a abordagem da TMD ao problema da troca desigual dá ênfase ao papel da acumulação originária de que gozaram os países centrais na formatação de uma divisão internacional do trabalho na qual interagem sistemas nacionais com diferentes níveis médios de produtividade do trabalho. Este trânsito teórico tem papel relevante para compreender a permanência da transferência de valor no comércio internacional mesmo após a transição nas economias latinoamericanas para o industrialismo, ante a qual o argumento cepalino perde o seu vigor. Nesta toada, a implantação da indústria na periferia não resolve o problema da troca desigual e da transferência de valor em que ela implica, sempre e quando permaneçam as diferenças da produtividade média do trabalho entre os polos, sem que os países mais produtivos sejam obrigados a reduzir seus preços de mercado de forma proporcional ao rebaixamento do valor unitário das suas mercadorias (MARINI, 2000, p. 113-123; BIANCHI, 2010, p.192-197).

A vigência da “troca desigual” ou ainda de outros mecanismos de transferência de valor no relacionamento entre países dependentes e imperialistas implica em um movimento constante de extração de parte do mais-valor produzido no ciclo econômico dos primeiros para integrar o ciclo econômico dos últimos, incrementando-lhes a taxa de mais-valia e, por decorrência lógica, a taxa de lucro¹⁵. O caráter contraditório deste movimento está em que sob a ótica dos capitalistas baseados nos países dependentes, o efeito é rigorosamente o oposto: a diminuição da sua taxa de mais-valia e de lucro. O problema para estes torna-se, portanto, de compensar a perda de mais-valor para garantir a reprodução ampliada do seu capital, o que

¹⁴ Carcanholo (2013, p. 81-83) distingue na argumentação de Marini sobre a troca desigual nas relações internacionais de comércio três mecanismos distintos que implicam na transferência de valor, desenvolvidos teoricamente em níveis diferentes de abstração destas relações. O primeiro está situado no encontro de capitais que produzem a mesma mercadoria com diferentes níveis de produtividade e, portanto, com diferentes valores individuais, menores quanto maior for a produtividade do capital em questão. O segundo considera em um nível menor de abstração a concorrência entre distintas esferas de produção, onde Marx situou a formação dos preços de produção e da taxa média de lucro. Por fim, o terceiro considera a produção em grau elevado de monopólio, que permite aos capitais monopolistas a manutenção por determinado tempo os preços de mercado acima dos preços de produção de mercado, sustentando temporariamente volumes de produção abaixo da demanda. Nos três eixos, a posição vantajosa dos países imperialistas implica na apropriação e realização de parte do valor produzido nos países dependentes, enfeixando transferências de valor.

¹⁵ “[...] a transferência de valor é uma transferência de mais-valia, que se apresenta, do ponto de vista do capitalista que opera na nação desfavorecida, como uma baixa da taxa de mais-valia e em consequência a incrementar a taxa de mais-valia e a taxa de lucro nos países industriais implicou para ela efeitos rigorosamente opostos.” (MARINI, 2000, p. 123).

não pode ocorrer no plano das relações de mercado, já que as condições de concorrência não permitem a elevação proporcional dos preços de suas mercadorias de exportação. O ajuste deve ocorrer, portanto, na dimensão da própria produção, o que implica ampliar nela a exploração do trabalho, seja pelo aumento da sua intensidade, a expansão da jornada do trabalho ou ainda a redução do consumo do trabalhador, transformando-o em fundo de acumulação do capital (MARINI, 2000, p. 123-124; OSÓRIO, 2013, p. 49-52; CARCANHOLO, 2013, p. 80-93).

O movimento de compensação do valor expropriado das economias dependentes é o que justificaria a “superexploração da força de trabalho” como o principal fundamento das relações de produção sob a forma dependente do capitalismo¹⁶. A categoria da superexploração define uma forma específica de exploração da força de trabalho, na qual o seu valor é violado. Esta definição deve ser compreendida em dois eixos. Primeiro, assume-se que a força de trabalho, enquanto componente corpóreo do trabalhador, possui um valor, que corresponde à sua própria necessidade de consumo para reproduzir-se segundo certos padrões históricos e morais. Depois, assume-se que a exploração no capitalismo corresponde ao processo de apropriação do trabalho alheio produzido pelo operário e não pago pelo capitalista nas relações de produção, valor este que *excede* o próprio valor da força de trabalho. Assim, em condições normais, a exploração do trabalhador não necessariamente viola o valor de sua força de trabalho, uma vez que esta é capaz de gerar mais valor do que o necessário para reproduzir o desgaste de sua força de trabalho. A superexploração, então, não corresponde somente à maior exploração do trabalho, com o aumento da cota de mais valor apropriado pelo capitalista, mas ao processo particular no qual, através de diversos mecanismos, o capital avança sobre o próprio fundo de consumo necessário do trabalhador, expropriando-o das condições para reproduzir a si mesmo nos padrões históricos e morais vigentes (OSÓRIO, 2013, p. 58-61).

A superexploração manifesta-se via de regra por duas maneiras. Na forma mais explícita e grotesca, o capital paga no próprio processo de compra e venda um salário abaixo de seu valor, ou seja, uma quantia insuficiente para suprir-lhe as necessidades imprescindíveis de consumo. Na dimensão mais radical, estas necessidades estão referidas à própria existência biológica do trabalhador, mas a vigência da categoria não depende deste rebaixamento

¹⁶ Quem situa a superexploração da força de trabalho como fundamento da dependência é Marini (2005, p. 194), o que se evidencia no seguinte trecho: “Essas são algumas questões substantivas de meu ensaio [a primeira parte de Dialética da dependência], que conviria detalhar e esclarecer. Elas estão reafirmando a tese central que ali se sustenta, isto é, a de que o fundamento da dependência é a superexploração do trabalho.”

niilista. Para além de sua sobrevivência biológica, a reprodução de sua corporeidade abrange o conjunto de elementos culturais que compõe as condições de vida normal na sociedade em que está situado. É por isto que a categoria da superexploração incorpora a contradição permanente das sociedades subdesenvolvidas, nas quais as suas elites sociais são incluídas nos níveis e padrões de consumo modernos dos grandes centros cosmopolitas, enquanto o consumo da massa de explorados permanece atrelada a um nível da subsistência¹⁷.

A outra forma, mediada e menos flagrante, é o aumento do desgaste do trabalhador no próprio processo de trabalho, através do acréscimo excessivo da intensidade ou da extensão das jornadas de trabalho, que implica na diminuição de sua força de trabalho total, a qual deverá dispende durante os anos laborais de sua vida. Com efeito, não basta ao produtor apresentar-se dia após dia ao mercado de trabalho, mas deve fazê-lo por uma determinada quantidade de anos, representando o fato de que a sua vida laboral deve constituir apenas uma parte de sua vida total, em uma fronteira que é determinada a partir das condições de saúde e a esperança de vida alcançadas em determinados períodos históricos através de uma espécie de ‘guerra civil de longa duração, mais ou menos oculta, entre a classe capitalista e a classe trabalhadora’ (MARX , 1975, p. 361 apud OSÓRIO, 2013, p. 59). Neste caso, ainda que o agravo seja remunerado, como por exemplo através do pagamento de horas extras, esta remuneração pode não refletir o maior desgaste imposto sobre o tempo de vida útil do trabalhador. Oculta-se, assim, o fato de que o capital está recebendo o trabalho de várias jornadas e pagando o salário de apenas uma jornada, apropriando assim do fundo de vida dos trabalhadores (OSÓRIO, 2013, p. 59).

A reprodução ampliada do capital não depende, entretanto, apenas da incorporação de mais-valor durante o processo produtivo, transformando-o em um exército cada vez maior de mercadorias conforme avança o desenvolvimento das forças produtivas, mas também da realização deste mais-valor na esfera da circulação, afim de que assuma a forma de equivalente universal como capital-dinheiro e possa ser reinvestido no processo produtivo. Esta possibilidade pressupõe a existência de um mercado consumidor capaz de absorver a produção, do qual participa não somente o próprio capitalista, mas também a totalidade da

¹⁷ Como coloca Osório (2013, p. 58-59), “[...] a massa ou volume de produtos que conformam uma cesta de bens-salário não pode ser composta sem considerar as condições históricas e culturais, ou seja, não pode, por exemplo, incluir produtos somente pelo seu baixo preço ou por critérios relativos ao que deve ser uma boa alimentação. Por outro lado, deve considerar que o desenvolvimento produtivo de uma sociedade faz com que certos produtos suntuários se tornem posteriormente bens-salário, que se integram aos meios de vida necessários para a população trabalhadora. Uma televisão, uma geladeira ou um celular comum estariam neste conjunto a princípios do século XXI. Fazem parte da sociabilidade e da vida em comum que o capital vai estabelecendo em seu desenrolar.”

classe trabalhadora. É por isto que se na fase de produção impõe-se aos olhos do capitalista o seu antagonismo com o trabalhador, já que interessa-lhe reduzir ao máximo o custo dos salários para rebaixar o custo da sua produção, na fase de realização do capital este antagonismo se desfaz, na medida em que o consumo do trabalho torna-se indispensável para assegurar o escoamento das mercadorias (MARINI, 1981).

Transladando o foco de análise desde a produção, onde a superexploração opera enquanto categoria fundamental, para a fase de realização, é possível observar essencialmente duas outras contradições e regularidades que operam como “leis tendenciais do capitalismo dependente”. A primeira delas decorre da exogenia das suas relações econômicas, que impõe um papel reduzido ao mercado interno em termos comparativos com os países centrais na realização da produção nacional, enfeixando uma desconexão entre as fases do ciclo do capital. No eixo dos países centrais, o mercado interno ocupa geralmente um papel central na realização do valor das mercadorias produzidas. Isto implica na melhor inserção da classe trabalhadora em sua relação com o capital, na medida em que a precarização da sua posição social reflete na diminuição da demanda agregada ao próprio capital e, portanto, em um problema de realização da produção. Este fato, aliado aos superlucros obtidos pela ação imperialista sobre as nações exploradas, ajuda a explicar no ciclo expansivo do pós-guerra o processo de consolidação das demandas associadas à socialdemocracia naquele eixo, através das quais logrou-se subornar com parte do excedente gerado uma parcela do operariado, diminuindo o nível de conflitividade social e estagiando uma aparente “civilidade” do desenvolvimento capitalista central em relação à classe trabalhadora (LUCE, 2011, p. 99-101)¹⁸.

Em uma lógica inversa, no eixo do capitalismo dependente, além da menor capacidade de manobra do capital, já que a sua inserção desvantajosa no mercado mundial implica na substituição dos superlucros imperialistas pela espoliação do valor produzido internamente, a exogenia das relações econômicas implica na realização de parte relevante da sua produção através do mercado externo, onde está a demanda para os bens de exportação que funcionam

¹⁸ Nas teorias do imperialismo do início do século, de que são pioneiros Lenin e Rosa Luxemburgo, este problema aparece como a questão da “aristocracia operária”, a qual reflete o movimento de arrebanhamento ideológico do capital sobre a classe operária através de concessões econômicas para contar com o apoio destas em seu projeto de expansionismo econômico e político. Nas palavras de Lenin: “[...] os oportunistas (sociais-chauvinistas) trabalham juntamente com a burguesia imperialista precisamente na direção da criação de uma Europa imperialista aos ombros da Ásia e da África, [sendo] que os oportunistas representam objetivamente uma parte da pequena burguesia e de algumas camadas da classe operária, parte subornada à custa dos superlucros imperialistas e transformada em cães de guarda do capitalismo, em corruptores do movimento operário [...]. destes superlucros os capitalistas podem atirar um pedaço (e até não pequeno!) para subornar seus operários, criar algo como uma aliança [...] uma aliança dos operários de um dado país com seus capitalistas contra os restantes países.” (LÊNIN, 1985, p. 61-65 apud LUCE, 2011, p. 99-100).

como eixo dinâmico da economia. A diminuição da relevância do mercado interno e das determinantes que implicam na sua expansão ou contração, portanto, carregam para a fase de realização do capital o antagonismo inicial entre capital e trabalho constituído na fase de produção. Esta contradição contribui para o panorama de extrema vulnerabilidade da classe trabalhadora nos quadros do capitalismo dependente, já que minimiza os limites orgânicos da sua degradação, abrindo caminho para a reprodução da “superexploração da força de trabalho” como fundamento da reprodução do capital neste eixo (MARINI, 1981).

A segunda contradição a ser observada na fase de realização do capital diz respeito ao aspecto qualitativo assumido pelo mercado interno nas sociedades dependentes. A superexploração implica em uma constante diminuição do potencial de consumo da classe trabalhadora, que impacta sobretudo no mercado de bens de consumo necessário, já que é principalmente através destes que se dá a inserção deste agrupamento social enquanto consumidores. Ao mesmo tempo, a superexploração funciona como mecanismo de compensação das perdas de mais-valia sobre os capitalistas atuantes no mercado interno, contrarrestando os efeitos dos mecanismos externos de transferência de valor. Com base nela, torna-se possível progredir a acumulação apesar da descapitalização proveniente de sua inserção desvantajosa no sistema mundial capitalista, no qual as elites locais compartilham com a elite cosmopolita dos grandes centros os frutos do trabalho social. A conjunção destes dois fatores impõe um quadro de vertiginosa desigualdade na distribuição de renda, no qual convivem uma estreita parcela população concentradora da maior parte do excedente retido no espaço econômico nacional ao lado de uma legião de despossuídos e superexplorados. Enquanto os primeiros podem desfilarem padrões suntuários de consumo, condizentes com aqueles observados nos grandes centros do capitalismo mundial, os últimos são excluídos deste padrão de consumo e via de regra não possuem capacidade para consumir sequer o necessário para reproduzir-se dignamente (MARINI, 2000, p. 131-135, 2012, p. 22-35).

Tem-se, portanto, que a forma histórica do capitalismo afirmada na periferia do mundo, dado o desenvolvimento desigual e combinado das forças produtivas em escala mundial, carrega contradições próprias e iniludíveis desde o seu nascimento, que explicam tanto as suas mazelas quanto a prosperidade observada no polo privilegiado do sistema, aos quais permanece ligado por vínculos de subordinação e domínio. Estes vínculos, que no período colonial expressavam-se na submissão política direta, após a independência política passam a reproduzir-se sobre termos econômicos e das relações entre os grupos sociais que neles encontram sua base de poder. A sua vigência impede que a problemática do

subdesenvolvimento seja situada como a de deformações ou desvios quanto ao rumo “natural” do capitalismo, que podem ser adereçadas para reinserir as nações no “rumo da história” percorrida pelas nações centrais. Antes, o que se tem é um capitalismo “*sui generis*”, que transita no tempo histórico mediante a agência de suas próprias leis tendenciais, das quais a mais relevante é a superexploração da força de trabalho, que expressa a necessidade da acumulação interna em livrar-se das contradições impostas por sua inserção subordinada intensificando o seu caráter predatório sobre a classe trabalhadora e lhe rebaixando o consumo para além dos padrões históricos e culturalmente determinados para a sua reprodução digna.

1.2 A Integração Monopólica dos Sistemas Produtivos, a Industrialização Brasileira e os Centros Médios de Acumulação

A interpretação da TMD acerca da legalidade específica do capitalismo dependente não sustenta a impossibilidade do desenvolvimento das forças produtivas neste eixo - do que implicaria a sua estagnação econômica ou a sua permanência histórica no agrarismo - mas a necessária translocação das suas contradições essenciais na progressão de seu desenvolvimento histórico, as quais manifestam-se sobre novas formas na medida em que alteram-se as relações fundamentais mantidas entre as necessidades da acumulação no centro e os laços de dependência na periferia. Pressupondo a fidelidade a esta assertiva fundamental, as categorias abstratas das “Leis Tendenciais do Capitalismo Dependente” tornam-se ferramentas conceituais a serem aplicadas em níveis descendentes de abstração enquanto o foco do analista transita das relações fundamentais reificadas nesta forma histórica do modo de produção para a maneira como se manifestam em meio a contratendências nas diferentes conjunturas e nas sucessivas fases do sistema mundial sob a ótica da evolução e da dinâmica de seu polo subordinado.

No campo conjuntural, a base explicativa da TMD para a formatação do capitalismo latinoamericano no decorrer do século XX, em que estão contidos o ciclo Desenvolvimentista e a Industrialização por Substituição de Importações (ISI), refere-se ao processo global de integração dos sistemas produtivos no Capitalismo Monopolista e Financeirizado, o qual permite a emergência de centros intermediários de acumulação. A partir deste momento, perde força a caracterização bipolar do sistema mundial capitalista entre países industrializados e agrário-exportadores, uma vez que a sua organização passa a assumir uma feição escalonada e complexa, dispondo as variadas unidades políticas em posições centrais, semiperiféricas ou

periféricas, na medida em que prevaleça entre elas os processos de apropriação de valor dos estratos inferiores ou de transferência de valor para os estratos superiores. Em meio a esta dinâmica, os efeitos e as contradições do processo de maturação do capitalismo no espaço nacional serão responsáveis por formatar a dinâmica específica que leva à conciliação entre o desenvolvimento das forças produtivas - através da industrialização - de um lado, o autoritarismo político, a manutenção da superexploração e o aprofundamento da desigualdade social, de outro (OSÓRIO, 2012a, p. 39-40; LUCE, 2011; MARINI, 2014, p 109-118).

O ponto de partida para a compreensão deste ciclo de mudanças deve ser necessariamente a ponderação dos determinantes e das características do capitalismo monopolista e financeirizado que irradia do plano dos países pioneiros da revolução industrial a partir do final do século XIX e início do século XX. É esta transformação fundamental que determina a nova lógica do capitalismo mundial neste momento histórico e que permite observar os termos em que se dá a transição do interesse específico do centro sobre os países dependentes desde a plataforma comercial de suprimento de alimentos e insumos primários, característica do período pós-colonial, para o papel de plataforma de investimentos produtivos, ensejando um poderoso ciclo de exportação de capitais que acompanhará e possibilitará a instalação da estrutura industrial em alguns destes países principalmente a partir da década de 50. No plano da reflexão marxista, os pioneiros na observação destas transformações e na tentativa não somente de explicitar as suas trajetórias, mas também de projetar as suas consequências para as expectativas dos países subordinados no sistema mundial foram Lênin, Rosa Luxemburg, Bukharin e Hilferding. Estes teóricos concentraram suas conclusões na ideia de “Imperialismo”, que passará a identificar a unidade econômico-política da formação capitalista então emergente, cujas reflexões serão posteriormente resgatadas pela TMD enquanto base para as suas próprias observações desta dinâmica (MARINI, 2012, p. 63-66, 2014, p. 109-114).

Estes teóricos apontaram para os efeitos da vertiginosa concentração do capital que se seguiu à consolidação da revolução industrial nos países centrais, apoiando-se no movimento de expansão dos mecanismos financeiros e fiduciários, dos transportes e dos meios de comunicação, como chave de interpretação da política expansionista, colonialista e espoliadora dos mesmos, liderada pela formação de trustes entre os Estados e os poderosos grupos econômicos. No seu eminente ensaio de 1916, “Imperialismo: fase superior do capitalismo”, Lênin demonstra magistralmente este processo de concentração e monopolização através das cifras apresentadas pela divisão de mercado entre as

companhias na Alemanha e Estados Unidos, dois proeminentes polos industriais da virada do século enquanto no primeiro país, em 1907, menos de 1% das companhias concentravam 39,4% da força de trabalho empregada e 75% dos recursos disponíveis em energia elétrica, no último, em 1909, 1,1% das companhias concentravam 30,5% da força de trabalho empregada e cerca de 43,8% do valor produzido. Esta monopolização da produção fez-se acompanhar da diferenciação de portfólio das grandes corporações através dos processos de combinação vertical e horizontal da produção, dando origem aos primeiros grupos econômicos com presença de mercado decisiva nos mais variados ramos de produção (LENIN, 1974, p. 196-201; HILFERDING, 1981, p. 195-203).

As causas destas transformações estão referidas aos próprios obstáculos à acumulação que se impuseram no plano conjuntural. Os analistas contemporâneos enquadram estes determinantes à expansão da capacidade produtiva das empresas na esteira do salto tecnológico e organizacional decorrente do ciclo das revoluções industriais, e, ao mesmo tempo, ao acirramento da competitividade intercapitalista, tanto no plano interno das nações centrais quanto no plano internacional, dada a progressiva integração do mercado mundial. Este quadro ensejou um panorama de alta capacidade ociosa das empresas, declínio na taxa de lucro e escassez de oportunidades para o reinvestimento lucrativo dos excedentes gerados pela acumulação¹⁹. O truncamento da atividade econômica e a incapacidade de revertê-lo impôs reajustes radicais de desvalorização do capital, manifestos nas duas grandes crises do final do século XIX e início do século XX: as “Grandes Depressões” de 1890 e 1930. Estas crises desencadearam, de um lado, um profundo ciclo de falências entre as corporações, com a consequente desestruturação conjuntural das economias centrais - a qual jogará, como veremos, papel relevante no incentivo aos surtos industrializantes no mundo periférico - mas, de outro lado, forneceram condições para o estabelecimento de um novo ciclo expansivo, com a reorganização do capital através de fusões e aquisições entre as empresas, mediadas pelas cada vez mais proeminentes instituições financeiras (ARRIGUI, 1996, p. 167-179; HARVEY, 2004, p. 43-48, 2013, p. 303-319; DUMENÍL, LEVY, 2014, p. 20).

A participação do capital financeiro neste âmbito é determinante e merece maior reflexão, ao ponto de Lênin caracterizar o capitalismo do século XX não somente como

¹⁹ Segundo Arrighi, “[...] a grande expansão do comércio mundial de meados do século XIX, como todas as fases de expansão material dos ciclos sistêmicos de acumulação anteriores, tinha levado a uma intensificação sistêmica de pressões competitivas sobre as atividades de acumulação de capital. Em toda economia mundial centrada no Reino Unido um número crescente de empresas comerciais de um número crescente de lugares tinha-se atrapalhando mutuamente na busca de insumos e no posicionamento de seus distribuidores, assim destruindo os ‘monopólios’ anteriores umas das outras - isto é, seu controle mais ou menos exclusivo de determinados mercados.” (ARRIGHI, 1996, p.168).

aquele dos monopólios, mas da transição entre a “[...] dominação do capital em geral para a dominação do capital financeiro.” (LENIN, 1973, p. 226). Em consideração inicial, o capital financeiro nasce subsumido à atividade dos Bancos, que cumprem a função de intermediários do fluxo de meios de pagamento, tendo seu poder assentado na capacidade de redirecionar o excedente das mais variadas esferas produtivas via sistema de crédito²⁰. Entretanto, o potencial implícito a esta função muda exponencialmente com a progressão da acumulação, o processo de concentração e o surgimento da propriedade fiduciária. Através dos dois primeiros aspectos, quantias cada vez maiores de capital monetário são colocadas à disposição de um pequeno grupo de instituições financeiras concentradoras e monopolistas, e, através do último aspecto, abre-se ao potencial destas instituições a possibilidade da especulação com títulos de propriedade, ensejando uma integração entre os capitais monetário e corporativo. Esta integração é asseverada pela crescente dependência dos capitais individuais em relação aos Bancos, já que extraem deste acesso vantagens competitivas em relação aos concorrentes, impondo uma forma específica de relacionamento entre os polos na qual há nítida dominância do capital financeiro (HILFERDING, 1981, p. 223-226; HARVEY, 2013, p. 433-437).

A vanguarda do capitalismo mundial após estas duas grandes crises, assim, apresenta características organizacionais muito específicas. É composta por grandes grupos corporativos dominados pelo capital financeiro, atuantes em elevada escala de monopólio nas suas atividades, com diversificação produtiva em arranjos verticais e horizontais. Além disso, a expressão das relações de propriedade neste meio, que define o posicionamento social da classe capitalista, é dada pela cisão no plano da gestão entre a propriedade e a administração, o que dá origem, de um lado, a uma oligarquia de capitalistas financeiros cuja base de poder é diferenciada pela posse de ativos fiduciários possivelmente diversificados em muitas indústrias ou capitais individuais, e, de outro, ao surgimento de uma classe de administradores profissionais assalariados - as chamadas classes gerenciais – que atuam de forma subordinada

²⁰ Esta função, por si só, é central para a acumulação do capital, na medida em que permite não somente otimizar através da lógica financeira os focos do investimento produtivo, mas também cumpre outras funções, como transpor do ponto de vista do capitalista o hiato entre a compra e a venda no ciclo do capital, assegurando o equilíbrio quantitativo entre a produção e o consumo. Nas palavras de Harvey (2013, p. 428): “[...] uma alocação apropriada do crédito pode assegurar um equilíbrio quantitativo entre eles [produção e consumo]. A lacuna entre compra e venda – a base para a rejeição de Marx da Lei de Say – pode ser transposta, e a produção pode ser harmonizada com o consumo para assegurar uma acumulação equilibrada. Qualquer aumento no fluxo do crédito para a construção de moradias, por exemplo, é atualmente de pouco proveito sem um aumento paralelo no fluxo das finanças hipotecárias para facilitar a aquisição de moradia. O crédito pode ser usado para acelerar simultaneamente a produção e o consumo. Os fluxos de capital fixo e de capital circulante podem também ser coordenados no tempo via ajustes aparentemente simples dentro do sistema de crédito.”

aos detentores do capital²¹. As consequências deste panorama são múltiplas. Nas análises precursoras de Lênin e Hilferding, a concentração do Capital Financeiro e Industrial Monopolistas, libertando-se da competição entre os capitais individuais, implicará em uma reformulação das bases em que se dão as relações de classe com o Estado, convertendo este em um agente do capital financeiro, o que dará origem à formação dos trustes nacionais - os quais ingressam no ambiente do mercado mundial fomentando uma competição entre Estados-Nação por áreas de influência. Outra consequência fundamental deste trânsito é a emergência da exportação de capitais como forma da práxis econômica imperialista (LÊNIN, 1974, p. 240-246; HILFERDING, 1981, p. 311-337; HARVEY, 2013, p. 433-437).

Na transição para o capitalismo monopolista, como consequência do ritmo acelerado de acumulação, os grandes grupos econômicos passam a controlar um excedente de capital extremamente concentrado que já não encontra no plano interno das nações centrais oportunidades de investimento lucrativo. Como reação aos obstáculos da superacumulação, estes atores agregarão ao expansionismo comercial um interesse crescente sobre as oportunidades de investimento no exterior²². Estas oportunidades estarão dadas pelo fato de que muitos países retardatários haviam logrado implantar com o auxílio de seus Estados Nacionais uma estrutura básica para o desenvolvimento de economias industriais, muito embora os seus arranjos econômicos permanecessem com níveis de aplicação técnica muito abaixo do nível médio no centro e a escassez interna de recursos impusesse uma grande valorização sobre as disponibilidades financeiras. Do ponto de vista das grandes corporações internacionais, estas características de mercado representavam a possibilidade de adquirir taxas de retorno muito mais elevadas pela sua participação na modernização produtiva destes países. Ademais, as inovações tecnológicas relativas aos meios de transporte e comunicação

²¹ “[...] no início do século XX construiu-se uma nova configuração institucional, em que grandes famílias capitalistas controlavam grandes lotes de ações e apólices, potencialmente diversificadas em muitas indústrias e na qual um setor financeiro desempenhava papel importante no financiamento da acumulação e no exercício das prerrogativas ligadas à propriedade. [...] o poder das classes capitalistas mais altas e das instituições financeiras nesta ordem social não pode ser separado do progresso da administração – principalmente, mesmo que de forma não exclusiva, a administração financeira -, que, por sua vez, ganhou considerável importância. Assim, o início do século XX marcou a culminância das tendências sociais já em desenvolvimento durante o século XIX, cujas figuras emblemáticas foram o burguês rentista – uma “classe ociosa”, no dizer de Thorstein Veblen – e as novas classes gerenciais” (DUMENÍL; LEVY, 2014, p. 23).

²² Nas palavras de Lênin (1974, p. 241-242): “*As long as capitalism remains what it is, surplus capital will be utilized not for the purpose of raising the standard of living of the masses in a given country, for this would mean a decline in profits for the capitalists, but for the purpose of increasing profits by exporting capital abroad to the backward countries. In these backward countries profits are usually high, for capital is scarce, the price of land is relatively low, wages are low, raw materials are cheap. The export of capital is made possible by a number of backward countries having already been drawn into world capitalist intercourse; main railways have either been or are being built in those countries, elementary conditions for industrial development have been created, etc.*”

ofereciam condições para a ampliação das suas operações em nível realmente global. Então, a instalação de filiais ou a incorporação de empresas locais no mundo periférico também serviriam para consolidar espaços de influência e estruturar as redes de produção estratégicas para a conquista de novos mercados, beneficiando-se concomitantemente dos baixos preços da terra, da mão-de-obra e das matérias-primas para rebaixar seus custos de produção em relação aos concorrentes. (LÊNIN, 1974, p. 240-245; ARRIGHI, 1994, p. 163-179; HARVEY, 2004, p. 115-129; MARINI, 2014, p. 49-52).

A conexão do espaço nacional a este contexto, segundo a TMD, está referida à estrutura legada pelo ciclo industrializante que se afirma do início do século até meados da década de 1950, na esteira da desestruturação dos grandes centros do capitalismo mundial pela crise de 29 e pelas duas grandes guerras interimperialistas. O papel da diferenciação econômica e social imposta por este primeiro movimento rumo à formação de uma economia industrial será o de fornecer as condições necessárias para atrair o interesse do capital internacional em seu ciclo expansivo do pós-guerra. Por outro lado, a permissividade da dinâmica interna em relação às pressões internacionais para a infiltração do capital estrangeiro nas bases de seu processo econômico tem por causa o caráter e a crise dos próprios fundamentos econômicos e políticos que deram corpo aquele ciclo industrializante. A explicitação das suas contradições deixará clara a impossibilidade de progressão nos mesmos termos sem antes promover uma profunda transformação na composição de poder da sociedade nacional. A reordenação dos laços de dependência através da abertura ao processo de integração internacional dos sistemas produtivos, assim, aparece como uma solução no plano das relações entre as elites internas e externas aos estrangulamentos da fase inicial do processo de industrialização sem alterar a estrutura global da sociedade nacional, o que por sua vez gerará novos estrangulamentos e contradições (MARINI, 2014, p. 110-118, 145-153).

Nesta visão, a primeira fase da industrialização surge fundada em um contexto de complementariedade entre latifúndio e indústria, contrariando as teses então correntes do relacionamento antagônico entre a burguesia industrial, as classes tradicionais e o Imperialismo. A questão determinante para o surgimento das atividades industriais estaria em que as classes dominantes locais mantiveram o controle sobre a principal atividade produtiva após a independência. Diferentemente dos países onde estas atividades permaneceram sobre controle direto estrangeiro, esta composição permitiu a retenção no espaço nacional de uma parcela maior do excedente gerado no ciclo econômico. Se a maior parte deste excedente foi reinvestido no consumo das elites através do mercado de importação ou na reprodução das

atividades de exportação mais prósperas do ciclo anterior, uma parcela pôde ser direcionada para suprir a faixa do mercado interno que não tinha acesso ao mercado de importação e que, apesar de restrito, fornecia oportunidade de exploração econômica. Progressivamente, constituíram-se sob esta dinâmica núcleos fabris de relativa importância, formados pela conjugação entre a indústria leve que produz para o mercado interno e a indústria ligada diretamente ao setor de exportação – composta por moinhos, frigoríficos, etc (MARINI, 2014, p. 47-52).

Esta indústria infante tem papel relevante porque inicia o processo de diferenciação social que formará a base através da qual se tornou possível a incrível expansão do industrialismo durante o relativo isolamento imposto no período entre guerras. Antes da década de 1930, entretanto, atividades industriais e os grupos sociais a ela ligados permaneceram subordinados à dinâmica global da sociedade pautada pela economia agrária de exportação. A reprodução deste fato dá-se tanto pelo efeito inibidor da presença comercial das potências imperialistas, que tinham vinculadas a si a esfera alta do mercado interno, quanto pela dominância política das antigas classes tradicionais, que subordinavam aos seus interesses e sem contestação o aparelho do Estado. Com a superveniência da crise de 29 e dos conflitos interimperialistas, os termos deste relacionamento entre latifúndio e indústria mudam. A restrição sobre as importações faz com que coincidam os interesses entre a expansão industrial e as necessidades de consumo das classes tradicionais, que não podem mais recorrer ao comércio exterior para acessar gêneros manufaturados. Seu relacionamento com a burguesia industrial assume, então, feição de complementariedade, e o alargamento da base de poder desta última passa a ser apoiado pelas classes internamente hegemônicas. Como consequência, o financiamento da expansão das atividades industriais será garantido através da transferência de excedente desde as atividades agroexportadoras, efetuado ora pelo sistema bancário, ora pela intervenção da política econômica do Estado (MARINI, 2014, p. 47-60, 81-86).

É imperioso ressaltar que muito embora a industrialização deflagrada neste marco tenha logrado transferir o centro de gravidade da esfera alta de circulação para a produção interna, simulando uma aparência de unidade entre as esferas de circulação e consumo tal qual a configuração do capitalismo central, ela não se dá de forma orgânica. Se no eixo central a produção de bens de consumo impôs a necessidade do desdobramento da estrutura produtiva em um setor de bens de produção, na industrialização dependente este setor já se encontrava altamente desenvolvido no centro, tornando possível o prolongamento da produção de bens de consumo com base na importação de bens de produção. A atrofia do setor de bens de

produção implicará na ausência de um sistema industrial completo na periferia, forjando em seu lugar novos laços entre o interno e o externo responsáveis por reproduzir de forma ampliada os marcos da dependência (MARINI, 1994, p. 135-154; HADLER, 2013, p. 85-87).

O auge desta configuração dá-se pela formação do Pacto Político de 1937 e a implantação Estado Novo. Nele, a Burguesia Industrial assume a posição dominante no Bloco no Poder, refletindo a ascensão do industrialismo enquanto principal eixo da produção, e inicia uma série de reformas que expressam a nova condição social marcada pelo aprofundamento dos processos de urbanização e industrialização. Ao mesmo tempo, mantém um conjunto de políticas de mediação em benefício dos velhos grupos dominantes, que expressam justamente o caráter de contradição e complementariedade mantido entre as frações industrial, agrária e comercial da burguesia no bloco no poder. No plano da composição horizontal entre as classes, o proletariado urbano, que já se estruturava enquanto força política relevante, insere-se na dinâmica do poder através de um conjunto de relações particulares e corporativistas empenhadas pelo Estado, as quais resultam do apoio da Burguesia Industrial à força dos movimentos de massa para manobrar a resistência dos grupos tradicionais e impor de forma hegemônica seus interesses. Este apoio é mantido sob os limites estreitos da propaganda ideológica nacionalista e de poucas concessões do aparelho burocrático de Estado, com a organização de um aparato sindical subordinado ao governo e a concessão de benefícios sociais mínimos concentrados, por exemplo, na novel legislação trabalhista (MARINI, 2014, p.132-135).

A desaceleração da industrialização nos anos 50, entretanto, marca o ponto de ruptura a partir do qual emergem à superfície as contradições do processo de industrialização dependente. São essenciais para a compreensão deste contexto alguns fatores. Primeiro, assevera-se a crise do mercado de exportação com a queda dos preços internacionais do café, cuja consequência reflexa é a ruptura da complementariedade entre latifúndio e indústria na medida em que o primeiro já não podia conceder ao desenvolvimento industrial divisas suficientes para cobrir as necessidades de importação de matérias-primas e bens de produção. Depois, a conclusão da fase de substituição de bens de consumo não duráveis impunha um momento crítico ao processo de substituição de importações, cuja progressão dependia de uma nova fase de investimento para efetivar a transição rumo a produção de bens de consumo “duráveis”. Por fim, o próprio ritmo de expansão da capacidade produtiva entra em um empasse com a equiparação da oferta e da demanda para a esfera alta da circulação, impondo a necessidade de soluções para a ampliação do consumo de manufaturas. O último fator guarda profunda identidade com a contradição

imposta pela superexploração da força de trabalho na base das relações produtivas, que age impondo a impossibilidade da ampliação do mercado para os produtos industriais através do consumo de massas (MARINI, 2014, p. 136-143; HADLER, 2013, p. 86-87).

A solução a estes impasses será a abertura do espaço nacional para o ingresso do capital estrangeiro, que se tornava disponível no mercado mundial pela reorganização das potências centrais sob a lógica expansionista e imperialista no pós-guerra, agora com a liderança e a hegemonia norte-americana. Este processo, que inicia com a reforma cambial ainda no Governo Vargas pela edição da Instrução 113 da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), será aprofundado nos governos subsequentes, principalmente o de Juscelino Kubitschek, cujo “Plano de Metas” apoiava-se financeiramente na ampliação dos investimentos públicos e a incorporação de capitais estrangeiros, sendo estes direcionados às atividades de infraestrutura, à indústria leve e pesada. A internalização destes capitais inicia um movimento de associação dos trustes estrangeiros com empresas e grupos econômicos nacionais, cujo interesse está no acesso ao investimento direto estrangeiro para ampliar suas atividades e modernizar sua produção, acessando lucros extraordinários em relação à concorrência. À sua vez, o arranjo permitia às potências centrais não somente escoar de forma lucrativa os bens de capital que apesar de já obsoletos no centro constituíam um salto tecnológico em relação ao nível médio corrente no plano nacional, mas também beneficiar-se do protecionismo veiculado pelo Estado Desenvolvimentista ao internalizar sua estrutura produtiva. É sobre o patrocínio estrangeiro que ocorre a nova rodada de modernização, com a incorporação de novas tecnologias poupadoras de mão-de-obra e a introdução na indústria dos setores de bens de consumo duráveis, dos quais o mais emblemático e significativo no caso brasileiro é o setor automobilístico (HADLER, 2013, p. 87-88; MARINI, 2000, p. 144-145).

A incorporação do capital estrangeiro como fator determinante do processo de industrialização periférica impõe questões relevantes em relação às suas características e efeitos. A primeira delas está no relacionamento dos fluxos de capital com o movimento geral de integração dos sistemas produtivos em âmbito mundial. Nesta dimensão, impõe-se que o interesse do capital internacional em contribuir com a industrialização nos países dependentes não se expressa por reproduzir ali o mesmo processo e as mesmas estruturas esposadas pelo capitalismo central. Os grandes grupos econômicos que movimentam estes fluxos estão orientados por uma estratégia global de encadeamento produtivo, a partir da qual lhes interessa deslocar as etapas inferiores da produção industrial, geralmente com menor aplicação tecnológica, grande dependência do trabalho e/ou de matérias-primas, para o mundo

subdesenvolvido, enquanto mantém concentradas no centro as etapas avançadas ou estratégicas do desenvolvimento produtivo (MARINI, 2000, p. 144-145).

A partir deste movimento, é dado a estes grupos aproveitar as vantagens comparativas geradas pela escala de desigualdade do desenvolvimento capitalista em nível mundial. Em relação aos países periféricos, esta vantagem se manifesta no baixo custo do trabalho e organização do trabalho, a disponibilidade e abundância de matérias-primas, a desorganização jurídico-política e as políticas protecionistas do Estado, que se convertem tanto em benefícios ao capital investido no território quanto às mercadorias produzidas, que podem acessar os mercados consumidores domésticos livres das barreiras alfandegárias. À sua vez, no centro, interessa a alta qualificação da mão-de-obra, a infraestrutura para os processos de pesquisa e desenvolvimento, a estabilidade jurídico-política garantida pelo menor nível de conflitividade social e ainda o fato de que ali desenvolvem-se historicamente e ficam concentrados os núcleos estratégicos e financeiros do capitalismo mundial. Decorrente deste fato, a modernização que se dá nestes termos na periferia corresponde ao seu ingresso em uma nova divisão internacional do trabalho, e por isto assume um forte caráter seletivo que exclui em suas raízes a perspectiva do desenvolvimento endógeno, reproduzindo a estrutura subordinada e dependente em relação à tecnologia e às etapas superiores da produção, as quais permanecem submetidas ao regime de monopólio do capitalismo central (MARINI, 2000, p. 145-146).

O segundo aspecto relevante diz respeito à própria interação do salto tecnológico com o paradigma da superexploração. A chave desta dinâmica está justamente na cisão entre a esfera alta e baixa do consumo no capitalismo dependente. Em decorrência da superexploração, impõe-se um panorama social de concentração e distribuição regressiva da renda, que impacta no desenvolvimento da produção de bens de consumo manufaturados com o direcionamento de sua parcela dinâmica para atender a esfera alta da circulação, com valores de uso que se manifestam nitidamente suntuários em relação à capacidade econômica da classe trabalhadora. Consequentemente, a incorporação tecnológica nestas atividades não incide no barateamento da cesta de consumo do trabalho e não se traduz na geração de mais-valia relativa pela desvalorização real da sua força, impondo aos olhos do capitalista que a acumulação deva seguir pelo caminho do aumento da massa de mais-valia obtida via superexploração – ainda porque este expediente não lhe cria consequência alguma na esfera

da circulação, dado que o trabalho não ocupa papel significativo em sua realização (HADLER, 2013, p. 88-89; MARINI, 2000, p. 140-141)²³.

A sobreposição da incorporação tecnológica sobre uma base da superexploração do trabalho, então, elevará a produtividade do trabalho, mas, sem aliviar a pressão imposta sobre o trabalhador para ampliar a massa de mais-valia extraída, apenas aprofunda a concentração de renda e a redundância do trabalho vivo, contribuindo para a expansão do exército industrial de reserva e do subemprego. Estes fatores, por sua vez, ingressam na engrenagem como o aprofundamento da base objetiva que rebaixa o nível dos salários e permite a própria superexploração, ao intensificar a dependência dos despossuídos em relação aos possuidores dos meios de produção. Formula-se um panorama no qual a produção é lançada a patamares superiores enquanto acentua-se ao mesmo tempo a pauperização das massas, em um movimento que indica a crescente incompatibilidade entre a escala de produção e o mercado interno, frustrando a expectativa de um desenvolvimento ancorado no desdobramento deste. A cisão que existia entre a esfera alta e baixa da circulação, então, é internalizada e reproduzida no próprio aparelho produtivo, implicando um paradigma de industrialização desigual no qual diferenciam-se os segmentos naqueles dinâmicos, portadores de alta composição orgânica do capital, associados ao capital estrangeiro e cuja produção se dissocia do consumo popular, de um lado, e, de outro, a indústria “tradicional”, com baixo dinamismo e composição orgânica, composta por pequenos e médios capitais e vinculada a esfera baixa da circulação (HADLER, 2013, p. 88-89).

Por fim, a infiltração massiva de capitais estrangeiros nas estruturas produtivas implica na extroversão da dinâmica econômica tanto em relação às decisões de investimento, que passam pela ponderação e pelos interesses do sócio externo, quanto pela diminuição da massa de excedente que permanece no espaço nacional ao final do ciclo do capital, dada a necessidade de remunerar o capital estrangeiro na forma do pagamento de royalties, amortizações e a exportação de lucros. Se a dinâmica imposta pela troca desigual é

²³ Nas palavras de Marini (2000, p. 142): “Dedicada à produção de bens que não entram ou entram muito escassamente na composição do consumo popular, a produção industrial latino-americana é independente das condições de salário próprias dos trabalhadores. Isto em dois sentidos. Em primeiro lugar, porque ao não ser um elemento essencial do consumo individual do operário, o valor das manufaturas não determina o valor da força de trabalho. Não será, então, a desvalorização das manufaturas que influenciará na taxa de mais-valia. Isto dispensa o industrial de preocupar-se em aumentar a produtividade do trabalho para, fazendo baixar o valor da unidade de produto, depreciar a força de trabalho e o leva, inversamente, a buscar o aumento da mais-valia através de uma maior exploração - intensiva e extensiva - do trabalhador, assim como a rebaixa de salários, mas além de seu limite normal. Em segundo lugar porque a relação inversa que daí se deriva para a evolução da oferta de mercadorias e do poder de compra dos operários, isto é, o fato de que a primeira cresça às custas da redução do segundo, não cria ao capitalista o problema na esfera de circulação, uma vez que as manufaturas não são elementos essenciais no consumo individual do operário.”

reproduzida em novos termos, na medida em que permanece a diferença no nível tecnológico e na produtividade do trabalho entre os gêneros trocados por centro e periferia nos quadros da nova divisão internacional do trabalho, os fluxos financeiros decorrentes da remuneração do capital externo no fim do ciclo do capital como royalties, amortizações e exportação de lucros interagem como um mecanismo adicional de transferência de valor da periferia para o centro, reafirmando a necessidade de que a reprodução da acumulação naquele eixo recorra à soluções internas para recompor a mais-valia expropriada, através da superexploração da força de trabalho (MARINI, 2000, p. 143-151, 2012).

Estas contradições permitem estabelecer a fragilidade da solução dada pela abertura econômica de meados dos anos 1950, que logrou apenas retardar os efeitos da crise estrutural do padrão de reprodução enunciada no início da década. O ingresso de capitais funcionou como válvula de escape provisória ao estrangulamento cambial imposto pelo arranjo entre a crise do mercado de exportação e a necessidade da indústria em manter o fluxo de importação de matérias primas e bens de capital necessários para a expansão das suas atividades. A abertura de um novo campo de exploração, com o desenvolvimento dos setores de bens de consumo duráveis pelo capital estrangeiro, sobrestou os problemas de realização que já se manifestavam nos demais ramos da indústria de bens de consumo. Entretanto, o setor de bens de consumo duráveis cedo ou tarde demonstraria os mesmos sinais de exaustão, com a equiparação entre a produção e a capacidade de consumo interno. Ademais, a crise da economia de exportação continuou sem dar sinais de reversão, e os fluxos de investimento estrangeiro experimentaram uma sensível desaceleração, enquanto os estoques já internalizados no ciclo anterior atingiam a maturação e passavam a pressionar a balança de pagamentos para exportar os seus lucros. Os problemas estruturais da industrialização dependente, dados pela dependência financeira-tecnológica e pelos problemas de realização, mantiveram o seu vigo, e os mesmos obstáculos colocados no início da década seriam reeditados ao final dela, mergulhando o país em uma nova crise econômica e política (MARINI, 2014, p. 84-86, 114-118)²⁴.

A outra dimensão relevante da crise estava no plano do relacionamento entre as classes e da organização da hegemonia. Durante todo o ciclo expansivo da industrialização, a

²⁴ Nas palavras de Marini (2014, p. 116): “A crise estrutural da economia brasileira, uma vez terminados os efeitos paliativos da política de importação de divisas, explodiu, assim, em uma verdadeira crise industrial que arrastou o país à depressão. Em tal situação, era inevitável que as contradições sociais que se haviam manifestado nos anos 1953-54 voltassem a se apresentar com muito mais força, sobretudo aquelas que impulsionavam as massas operárias e a classe média das cidades para que lutassem por melhorar seu nível de vida.”

estabilidade política escorou-se no discurso nacionalista e nas concessões da burguesia industrial ao proletariado urbano. Sobrestadas as causas conjunturais do breve ciclo expansivo, o capital tornava-se incapaz de manter os termos do seu relacionamento com a classe trabalhadora, e a superexploração voltava a se impor como fator determinante da reprodução do excedente econômico. O fortalecimento e a organização dos movimentos operários, entretanto, endurecia os termos da luta política, impondo resistência a qualquer perspectiva de retrocesso nos termos da exploração. É assim que os movimentos do capital para deprimir os níveis salariais e a diminuir o poder aquisitivo das classes mais baixas através das pressões inflacionárias seriam contestados por greves e ações de protesto, promovendo a escalada dos níveis de conflitividade social. Este fato será introduzido no quadro mais amplo de polarização mundial da guerra-fria, que se tornara ainda mais proeminente no plano latinoamericano com a explosão da revolução cubana, em 1959. A partir daí a potência hegemônica assumirá uma política externa ativa sobre o subcontinente, difundindo em uma das suas frentes a ideologia anticomunista e a doutrina da segurança nacional para as corporações das forças armadas locais. A escalada de tensões horizontais e verticais entre as classes perdurará por todo o período de instabilidade entre o final da década de 1950 e a primeira metade da década de 60, com seu clímax no golpe militar de 1964, que impôs a restauração da unidade entre as classes dominantes sob a hegemonia autoritária, pavimentando os novos rumos do capitalismo dependente brasileiro (MARINI, 2014, p. 87-105).

A eclosão da ditadura militar, nesta linha de interpretação, cumpriu funções muito específicas. Não se tratava somente da resposta ao temor de radicalização dos movimentos populares, mas da necessidade de reordenar a unidade entre as classes dominantes, costurando os termos de uma nova fase expansiva. Estes termos reclamavam uma solução aos impasses econômicos eclodidos ao longo das décadas anteriores, sobretudo quanto à restauração das condições objetivas para avançar a superexploração da força do trabalho e o adereçamento dos problemas de realização com os quais digladiava a produção do grande capital. Além disso, a nova conjuntura política deveria refletir as mudanças ocorridas na própria composição das frações burguesas no bloco no poder, a qual diferenciou-se principalmente pela influência progressiva dos grupos econômicos estrangeiros, que mantinham presença expressiva nos setores dinâmicos da economia nacional em seu arranjo associado com a grande burguesia nacional. Esta coesão será dada pela aceleração do processo de concentração do capital interno ao redor do setor internacionalizado e pelo aprofundamento da posição de garante do Estado Nacional em relação à acumulação. O Estado expandirá seus aparatos econômico,

repressivo e ideológico, colocando-os à disposição do projeto político expansionista tecnocrático-militar, orientado pelo objetivo de construir uma esfera própria de hegemonia na região. Pelo fato de que esta política reproduzirá as tendências expansionistas já adotadas pelos países centrais, aliando-as com as limitações e os processos particulares das economias industriais e dependentes, a TMD cristalizará este arranjo em uma nova categoria - o Subimperialismo (HADLER, 2013, p. 91-95).

1.3 O Subimperialismo: a chegada do Capitalismo Dependente à Fase dos Monopólios e do Capital Financeiro

Para a TMD, o Subimperialismo corresponde ao arranjo específico dado pela unidade entre os interesses expansionistas do setor monopolista e internacionalizado da produção nacional, que surge como forma de deslocar as contradições inerentes ao processo de industrialização dependente, e uma nova forma do Estado, pautada no plano interno pela organização das condições necessárias ao padrão de acumulação e no plano externo pela afirmação de uma política de hegemonia regional que busca anexar as nações economicamente mais débeis à sua área de influência. Esta categoria remete a uma consequência do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo em sua fase imperialista, na qual o processo de exportação de capitais e a generalização das manufaturas desenvolve contradições a partir da sua internalização nas nações dependentes, acelerando o processo de concentração do capital no plano interno e fortalecendo os seus Estados Nacionais. A cominação deste processo é a chegada de alguns destes países na fase dos monopólios e do capital financeiro, do que decorre a condição de seus capitais nos setores dinâmicos da economia lançarem-se em conjunção com o Estado no mercado mundial, competindo para expandir as suas fronteiras econômicas e assegurar uma zona própria de influência sobre as nações mais débeis (LUCE, 2011; MARINI, 2012, 2014).

Esta fase expansionista diferencia-se do Imperialismo original, impondo, portanto, a necessidade de uma categoria própria, por dois fatores fundamentais. O primeiro refere-se às características específicas que assumem os processos de monopolização do capital naquele plano, estabelecendo laços orgânicos com a dependência financeira e tecnológica do centro e, ao mesmo tempo, com a superexploração da força de trabalho enquanto forma de ampliação da massa de mais-valia produzida. O segundo refere-se a que estas nações ingressam em um panorama no qual já está estruturada a divisão do mundo entre as potências imperialistas, com

as quais não podem competir em caráter de igualdade. Ambos os fatores geram consequências qualitativas e de escala quanto às suas pretensões. As características do imperialismo aparecem sopesadas por um traço de subordinação em relação às nações centrais, onde os novos subcentros da acumulação mundial assumem a condição um sócio minoritário, construindo esferas regionais de influência que não transcendem (e nem podem transcender) os marcos e os limites da Divisão Internacional do Trabalho a que estão submetidas. Além disso, a vigência dos laços de dependência em relação ao centro garante à potência imperialista a participação indireta na dinâmica política e econômica da nação subordinada, reafirmando a desigualdade sob a qual se desenvolvem estas relações, do que decorre a diminuição da autonomia empunhada pela nação Subimperialista na persecução de seus interesses.

Para adereçar a dialética entre a pressão por autonomia e os laços que determinam a sua subordinação em relação ao centro, cujo caráter contraditório implica necessariamente na formação de desgastes e tensões entre os polos, será incorporada à Teoria do Subimperialismo na TMD a categoria da Cooperação Antagônica. Esta categoria foi utilizada pela primeira vez por August Thalheimer para analisar as relações desencadeadas na conjuntura da Guerra Fria, quando as rivalidades interimperialistas entre o *hegemón* norte-americano e as demais regiões dominantes permaneceram reacomodadas em um paradigma de cooperação entre os seus Estados, tendo em vista o imperativo mais geral de reassegurar a própria reprodução do sistema capitalista. Segundo o autor:

Na nova conjuntura] os EUA são militar, econômica e politicamente proeminentes, mas não estão sozinhos. Apresenta-se um tipo de mútua penetração dos interesses imperialistas compartilhados pelas regiões dominantes. É, um só tempo, cooperação e competição, em que a cooperação predomina. Se pode, daí, utilizar como nova expressão cunhada o termo "cooperação antagônica". Cooperação contra a abolição do domínio colonial e toda exploração e contra o campo socialista; competição em torno da exploração de territórios coloniais. Ambas, cooperação e competição, assumem formas peculiares. (THALHEIMER, 1950, p. 10-11 apud LUCE, 2011, p. 62).

A contribuição da TMD em relação a esta elaboração diz respeito à afirmação de que a cooperação antagônica não está restringida somente às relações interimperialistas, mas emerge também nas relações do imperialismo com as nações dependentes, as quais assumem maior nível de conflitividade quanto seja o desenvolvimento das suas forças produtivas – sendo o auge apresentado na etapa do Subimperialismo. As ações da potência subimperialista reproduziriam o movimento cooperativo mais geral que está contido no próprio processo de integração internacional dos sistemas produtivos, sem contestar o fato de que este mesmo

processo reproduz a limitação do capitalismo nacional através da subordinação tecnológica e financeira. Isto porque a contestação deste processo significa questionar a própria base de poder dos grupos dominantes internos. Entretanto, protagoniza embates episódicos com as potências hegemônicas, com a intenção de barganhar por melhores relações dentro da sua subordinação. O grau de ocorrência e êxito destes embates em favor do subimperialismo, por sua vez, está referido à correlação de forças em cada conjuntura (SACHS, 1967, p. 4 apud LUCE, 2011, p. 90).

No plano interno, a questão gira em torno de como organizar condições favoráveis para a acumulação sob o novo padrão de reprodução internacionalizado. Em relação a esta tarefa, o Estado Nacional adquirirá novamente importância fundamental, em uma atuação que complementa e se entrelaça com as suas ações na política exterior. De forma análoga à dinâmica observada no Imperialismo original, no qual os Estados assumiram uma posição de apoio e garante às grandes corporações na disputa interimperialista pelo controle econômico de áreas de influência, o Estado subimperialista ampliará as suas atribuições e empenhará seus recursos ou instrumentos de política econômica para favorecer o padrão de reprodução. Esta tarefa será realizada através da promoção de obras de infraestrutura, da criação de condições políticas e jurídicas favoráveis ao investimento estrangeiro, do patrocínio à centralização interna do capital, do fortalecimento ao setor internacionalizado, do deslocamento das contradições da realização no ciclo do capital e da viabilização através de seu aparato repressivo a ordem interna e do substrato material necessário para a superexploração, com o controle sobre as demandas e dos movimentos da classe trabalhadora (MARINI, 2012, p. 64-65; LUCE, 2011, p. 90-91).

Diferentemente do que ocorreu no giro imperialista das nações centrais, em que o exercício da hegemonia sobre territórios externos teve como implicação relevante o abrandamento da relação entre capital e trabalho, com a participação de parte das classes trabalhadoras nos superlucros das corporações via concessões econômicas do Estado, o Subimperialismo, surgido do processo contraditório de industrialização dependente, carregará consigo o seu caráter perverso em relação às expectativas das massas. O mecanismo de acumulação permanece desvinculado à sorte da classe trabalhadora, especializando-se na produção de valores de uso direcionados ao consumo das camadas altas, e aproveita-se das condições precárias de remuneração para compor vantagens comparativas em seus custos de produção. Ademais, permanece a necessidade de compensar a extração de valor do processo econômico nacional pelos laços de dependência com o sócio maior estrangeiro. A

superexploração continua vigente, subsidiando a competitividade da produção nacional no mercado externo e atuando para atrair investimentos estrangeiros através da garantia a estes de superlucros obtidos às custas do rebaixamento das condições de vida do trabalhador (HADLER, 2013, p. 93-94; MARINI, 2014, p. 157)²⁵.

Na dinâmica do capitalismo brasileiro, como vimos, o ponto de transição ao novo padrão é dado pela crise de acumulação nos anos 1960, que expressa os limites dos termos em que havia se dado a industrialização até então. A solução ensaiada na conjuntura foi o alinhamento das burguesias internas, sob a dominância do setor internacionalizado, em relação à centralização autoritária do poder, que se tornava uma alternativa dada a vinculação das forças armadas no conflito ideológico mundial, influenciadas principalmente pela doutrina da segurança nacional norte-americana. Esta configuração se mostrará extremamente favorável à promoção de um esquema Subimperialista. A relativa coesão entre as classes dominantes internas adiciona-se a um Estado Forte, disposto a conter o movimento de massas, e, por fim, a um projeto político expansionista arquitetado pela tecnocracia militar, que logrou reunir os interesses da cúpula de direção do Estado com as necessidades do eixo dinâmico da acumulação. Este projeto, no plano econômico, girará em torno de quatro metas que sumarizam respostas a imperativos da reprodução do capital: “ (1) criar empresas de bens de consumo capazes de absorver a produção da indústria pesada; (2) criar condições para pressionar a queda do valor dos salários; (3) favorecer os interesses das grandes empresas; e (4) criar uma estrutura produtiva apta a competir no mercado internacional.” (LUCÉ, 2011, p. 108),

Logo após a tomada do poder, a primeira faceta demonstrada pelo regime foi seu caráter antipopular. Iniciou imediatamente uma escalada de medidas sob o pretexto da garantia à segurança nacional, mas que conformaram o emprego do aparato repressivo de Estado para desarticular o trabalho organizado e dizimar os movimentos revolucionários de esquerda. A aparência de legalidade destas medidas encontrou respaldo inicial no caráter autoritário da Lei de Segurança Nacional, legada pela Ditadura Vargas e posteriormente endurecida nos termos do Decreto-Lei 314/67, utilizada de forma extensiva no período anterior ao AI 5 para fundamentar o terrorismo de Estado que aprisionou e assassinou líderes operários e camponeses. Na mesma frente, interviu-se nos sindicatos e demais órgãos

²⁵ A evidência deste fato é respaldada, na análise de Marini (2000, p. 48), pelos dados sobre a diferença da participação dos salários no valor agregado das manufaturas. Se em 1963 esta participação era de 18% no Brasil, seguindo a faixa de outros países latinoamericanos, nos Estados Unidos chegava à 32% e no Reino Unido, a 37%.

representativos de classe, promulgou-se uma Lei de Greve (Lei 4.330/64) que na prática obstaculizava a utilização deste direito, e ditaram-se normas fixando limites para os reajustes salariais e negociações coletivas de trabalho. Sob o terror e a tutela estatal, logrou-se restabelecer as condições da superexploração, conjugando a desarticulação do poder de barganha da classe trabalhadora com uma intensa campanha de contenção salarial incluída na política econômica do governo²⁶.

A depressão da condição econômica das grandes massas, pelas próprias bases em que avança a acumulação dependente, pôde ocorrer de forma paralela à reprodução do capital, uma vez que o eixo dinâmico da economia já se especializara historicamente na produção de bens de consumo suntuários que não lhe alcançavam a esfera do consumo. No esquema subimperialista, esta cisão entre as esferas alta e baixa do consumo assumirá uma dimensão ainda mais radical. Os efeitos da aceleração econômica se farão sentir naturalmente na expansão do mercado interno, como resultado da própria intensificação da acumulação. Entretanto, embasada no movimento do regime a favor da superexploração e na consolidação do capital monopolista, esta expansão assumirá um traço peculiar, definido pela distribuição regressiva da renda. Através dela, uma camada ínfima e superespecializada do proletariado será elevada juntamente com a pequena e média burguesia para a camada alta do consumo, contribuindo para dinamizar o ritmo da acumulação. É assim que conforme a economia se aquece, notadamente de 1969 a 1973, período comumente adereçado como “milagre econômico”, será observado um crescimento do “salário médio” nacional em uma dinâmica mistificadora do seu caráter excludente, já que este viria acompanhado de um movimento descendente do potencial de compra do salário mínimo, o qual remunerava a maioria esmagadora dos trabalhadores²⁷.

A segunda faceta do regime, por sua vez, foi a explicitação do papel predominante adquirido pelo grande capital internacionalizado. Uma das primeiras ações do Governo Castello Branco, que inaugurou o ciclo da ditadura militar, foi reformular o marco do capital estrangeiro no Brasil através da modificação e da regulamentação da Lei 4.131/62, ou Lei de

²⁶ Neste sentido, são esclarecedores os dados organizados pela DIEESE em série histórica sobre a variação da relação entre o salário mínimo legal e o salário mínimo necessário, tomando por base o ano de 1940. Se no limiar do golpe esta relação estava estabelecida em 94,35, inicia um movimento de descenso constante sob o regime para atingir a sua menor marca de 53,84 em 1984, em uma redução de 43,75% (LUCÉ, 2013).

²⁷ Entre 59 e 77 o salário mínimo perdeu 36% do seu valor, afetando a grande maioria dos trabalhadores, já que 94,29% dos trabalhadores não especializados recebiam, em 69, até dois salários mínimos. A disparidade é explicada pela posição daqueles trabalhadores com grau de qualificação universitário, que apesar de compor uma parcela de apenas 1% do total da população empregada, chegavam a receber 15 vezes o salário mínimo (LUCÉ, 2011, p. 118-125; MARINI, 2012, p. 48-49).

Limitação da Remessa de Lucros²⁸. Através da Lei 4.390/64, ficavam revogados os artigos mais polêmicos da referida legislação, que em suma estabeleciam um limite quantitativo para a remessa de lucros auferidos pelo capital estrangeiro em território pátrio utilizando como referência o montante de capital registrado na autoridade monetária. Superado o limite, as remessas de lucro seriam consideradas retorno de capital, enquadrando-se em outra faixa tributária mais onerosa e subtraindo da base de cálculo para remessas futuras. Também ficava revogada a disposição que excluía a possibilidade de contabilização para remessas os reinvestimentos por ventura realizados. Já o Decreto 55.762/65, que regulamentou a Lei de Remessas, previu de forma inédita a possibilidade às multinacionais instaladas no país de intermediar diretamente a liquidez internacional, abrindo caminho para a solução das suas necessidades de financiamento através de recursos externos. Por fim, através da Instrução SUMOC 289/65, foi permitida a compra de divisas estrangeiras pela *Carteira de Câmbio do Banco do Brasil* oferecendo como contrapartida para o vendedor o direito de cobertura cambial ao retorno de divisas (CAMPOS, 2009, p. 145-146; LOREIRO, 2016, p. 156; MARINI, 2012, p. 60-62).

O conjunto destas e de outras medidas demonstraram não somente a integração da política econômica do governo com os interesses imperialistas, mas também acabou por estabelecer um nítido recorte de desigualdade entre o pequeno e médio capital local e as grandes corporações internacionalizadas, que ensejará um processo de intensa concentração e centralização do capital por estas últimas. Se esta discriminação não aparecia explicitamente como objetivo nos instrumentos governamentais, decorria indiretamente da posição vantajosa em que se encontravam as empresas multinacionais em relação ao crédito internacional, dada a sua ligação com as matrizes no exterior. Esta ligação permitia-lhes financiar em moeda forte e a baixo custo o seu capital de giro, ostentando vantagens competitivas em um contexto geral no qual o crédito interno era restringido pelo braço da política econômica que se comprometia com a contenção inflacionária. Este fato acabou por cumular-se com outras medidas, como o caráter da reforma tributária promovida pelo regime, a qual, direcionada para o aumento da carga sobre a folha de pagamentos e não o rendimento das empresas, acabava por onerar excessivamente a indústria tradicional, empenhada em atividades trabalho-intensivas,

²⁸ Este instrumento jurídico fora promulgado na breve experiência de João Goulart no poder como forma de conter a remessa de lucros por empresas estrangeiras atuantes no país, as quais pressionavam o equilíbrio externo da economia. Neste sentido, vide Campos (2009, p.141-144) e Loureiro (2016).

beneficiando por contraste as atividades capital-intensivas praticadas pelo eixo internacionalizado (CAMPOS, 2009, p. 146-147; MARINI, 2014, p. 152-155)²⁹.

Os resultados da política governamental em relação à aceleração do processo de integração produtiva internacional e concentração produtiva interna foram sensíveis. Sobretudo a partir de 1965, desencadeou-se um ciclo de desnacionalização e centralização do capital que entregou em mãos estrangeiras grande parte da produção industrial interna. Em mais da metade dos setores industriais, os quatro maiores estabelecimentos, respondentes por metade de toda a produção, pertenciam ao capital internacional, enquanto o patrimônio líquido das multinacionais representava no final dos anos 60 mais de 50% das dez maiores de cada setor, com uma avaliação de US\$ 16 milhões, quase o dobro dos US\$ 7 milhões das empresas domésticas. Ademais, a introdução da empresa multinacional e dos arranjos de associação com o capital estrangeiro tiveram efeitos profundos no que tange à dependência tecnológica. Embasando-se nas conclusões do estudo “*Potencial de pesquisa tecnológica no Brasil*” realizado por pesquisadores do IPEA em 71, Campos (2009, p. 76-77) anotarà que esta dependência externa se desenvolvia em duas frentes principais:

[...] primeira, do lado da demanda de tecnologia, tínhamos o comportamento do mercado consumidor de bens de consumo duráveis, em que a absorção de um padrão de consumo de economias desenvolvidas nos tornava também reféns da importação de uma tecnologia estranha e não adaptada às nossas características internas; por outro lado, do ponto de vista da oferta de tecnologia, a presença da empresa multinacional no país, tendo a demanda de knowhow plenamente satisfeita por suas matrizes, induzia padrões de eficiência, diferenciação do produto, orientação do consumo interno e abertura ao exterior incompatíveis com a formação histórica de nossos centros de pesquisas, e forçando, assim, as empresas nacionais mais dinâmicas e competitivas a se manterem dependentes das importações tecnológicas, como forma de defenderem os mesmos níveis de incorporação técnica determinados pelo ritmo da empresa multinacional. Desse modo, ao mesmo tempo em que haveria uma procura crescente de tecnologia importada, que aprofundaria nossa subordinação ao capital internacional, a sua natureza distinta de nossas particularidades forçaria a estrutura produtiva doméstica a perseguir os mesmos modelos externos de acumulação que, por sua vez, inibiriam os investimentos na produção nacional de P&D.

²⁹ Sobre esta conjuntura, Campos (2009, p. 147-148) anotarà que “[...] tanto o capital internacional do setor produtivo quanto o da esfera financeira foram os grandes beneficiados dessa reforma que teve seu início na modificação da Lei de Remessas de Lucro. Essa reestruturação no padrão de desenvolvimento significou a imposição sistemática dos interesses da internacionalização em detrimento das necessidades internas. Por meio da exigência de mecanismos institucionais que integrassem a estrutura financeira nacional ao ritmo de expansão do crédito internacional, essa reforma estrutural concedeu enormes vantagens, com prazos alongados e custos baixos à captação de empréstimos externos, dos quais as filiais instaladas no país desfrutaram de maneira intensa nos anos 70. Há de se ressaltar, também, que o favorecimento do financiamento externo às empresas multinacionais, embora tivesse uma ‘nobre’ perspectiva produtiva que ensejaria o aumento das taxas de investimento pelo acréscimo do capital de giro e do estoque de capital fixo foi, sobretudo, uma forma de burlar as restrições que se impunham às remessas de lucros. Isso porque as operações líquidas entre as filiais e as matrizes, nas quais ocorriam transações de empréstimos cruzados por meio de bancos internacionais, nada mais eram do que investimento direto disfarçado, gozando do viés pouco restritivo da legislação.”

Outra consequência fundamental foi a expansão do capital financeiro privado, que se apoiou no contexto de alta liquidez internacional e nas condições institucionais criadas pelo governo através da reforma do Sistema Financeiro Nacional (SFN) entre 1964 e 1967 para expandir as suas operações. A reforma do Sistema Financeiro havia sido orientada pela tentativa de acomodar um segmento privado de intermediação creditícia a prazo mais longo, atividade anteriormente monopolizada pelos bancos públicos³⁰. Para isto, o SFN foi reestruturado através da criação de outras duas instituições, o Banco Central, que centralizaria as atividades de definição da política monetária, e o Conselho Monetário Nacional (CMN), com competência normativa e reguladora. Foram criadas uma série de Leis e Normativas tanto para definir o papel das instituições financeiras privadas segundo o seu seguimento de atuação quanto para criar novos mecanismos financeiros, também diferenciados por seguimento de mercado. As instituições financeiras nacionais, por fim, foram conectadas com o processo geral de abertura da economia através da expedição de normativos que permitiam a sua captação direta de empréstimos externos para repasse às empresas domésticas (HERMANN, 2005, p. 75-78).

Em outra frente, o aquecimento da economia contou com a presença ativa do Estado, que direcionou suas ações para afirmar os interesses do capital internalizado no subsistema regional e assegurar a sua plena circulação. No plano interno, a ação estatal para a criação de demanda pode verificar-se, primeiramente, nos esforços para formar um complexo industrial-militar no país. O avanço da indústria bélica corresponde a uma das evidências da fina sintonia em que atuaram durante o regime os interesses do capital industrial e da cúpula tecnocrática-militar governante. A fabricação de armamentos cumpria uma dupla função: de um lado, correspondia a uma tentativa de mobilizar a capacidade ociosa da indústria pesada através do direcionamento da produção para suprir a demanda que surgiria mediante contratos com o Estado, e, de outro, representava um recurso de poder determinante para as expectativas geopolíticas expansionistas da junta militar, sumarizadas na idéia de “Brasil Potência” (LUCÉ, 2011, p. 133). Sob este duplo enfoque podem ser analisadas um conjunto de ações. É o caso do processo de planejamento e criação da Indústria de Material Bélico do Brasil (INBEL), sob a direção do Grupo Permanente de Mobilização Industrial (GPMI)³¹, assim como o avanço do Projeto Nuclear Brasileiro, no bojo do qual será criado o polo

³⁰ Notadamente o Banco do Brasil e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE);

³¹ A INBEL é uma empresa pública do tipo guarda-chuva criada em 1975 pela Lei 6.227, e detentora do monopólio sobre a produção nacional de armamentos e materiais bélicos. A sua criação é o cume do projeto de desenvolvimento da indústria bélica iniciado em 1965, sob a supervisão do Grupo Permanente de Mobilização Industrial (GPMI), o qual, por sua vez, foi um grupo de trabalho criado pela alta cúpula do regime com este propósito, e era formado por representantes dos principais polos industriais do país, tecnocratas ligados ao governo militar e com a assessoria direta dos EUA.

eletronuclear de Angra dos Reis em 1972. A importância deste elemento é evidenciado pela expansão da participação dos gastos militares no orçamento público, e pela participação dos materiais bélicos na pauta de exportações brasileiras (MARINI, 2000, p.192-201; LUCE, 2011, p. 137-138)³².

Em uma segunda linha mais genérica, o Estado agiu no mercado interno ampliando o gasto público, exercendo uma política ativa de incentivo aos investimentos, fornecendo crédito e concedendo subsídios estatais. O crescimento do Estado foi sensível durante o regime, transformando o setor público no maior consumidor do mercado interno. Se o gasto público representava em 1950 cerca de 20% do Produto Interno Bruto (PIB), no ano de 1969 já alcançava 34% excluídos os gastos das empresas públicas, os quais, caso fossem considerados, elevariam esta proporção a metade do produto nacional. Excluídas deste cálculo, as subvenções indiretas, sobretudo na forma de isenções fiscais concedidas no âmbito da política de incentivo à exportação, também jogaram papel fundamental - chegaram a compor 50% do custo de produção de certos artigos de exportação. Este último fato explícito o peso adquirido pelo auxílio público no padrão de reprodução, no qual os setores exportadores que gozam do incentivo logram manter o seu dinamismo através da transferência inter-setorial de mais-valia garantida pela intervenção estatal. Além disso, há de se destacar o papel do investimento público, agindo sozinho ou em associação com o capital privado para assegurar-lhe o risco ou para criar o volume de capital necessário à acumulação. Do investimento bruto fixo no Brasil em 1969, o governo participou com 34% em sua formação, e as empresas estatais com 27%, totalizando um percentual de 60% no qual a atuação do Estado determinou o investimento fixo, contra os menos 40% do capital privado (MARINI, 1977; LUCE, 2011, p. 139).

No plano externo, a expansão econômica encontrará respaldo na política exterior expansionista, que será modulada pela cooperação antagônica com a potência hegemônica, na medida em que as expectativas de hegemonia no plano regional deveriam acomodar a situação permanente de dependência. A cooperação entre as partes é principalmente dada pela série de medidas realizadas para abrir a economia ao capital internacional e dar-lhe plena

³² Manejando dados de Fishlow, Marini aponta que a participação dos gastos militares no orçamento público salta de 15,2% em 1963 para 25% em 1965. O autor também aponta para a presença da produção bélica brasileira no mercado regional: "Deve se notar também que o SIPRI registra exportações brasileiras de aviões, tanques e veículos blindados para a Bolívia, o Chile, o Paraguai e o Quatar; se considerarmos a informação do IISS, haveria que acrescentar o Uruguai, o Togo e a Líbia. Este último país negociou, em 1977, a compra de 400 unidades de veículos blindados ("Cascavel" e "Urutu"), a um preço estimado em 400 milhões de dólares. No que se refere a armamento leve, o Brasil já alcançou a auto-suficiência, segundo afirmaram as autoridades militares e há tempo realiza exportações nessa região, particularmente aos países da América Latina." (MARINI, 2000, p. 201-202).

liberdade de atuação no território pátrio. Através delas, os interesses imperialistas eram privilegiados pelo aumento de sua participação na acumulação nacional, ao mesmo tempo em que entregava à burguesia nacional meios tecnológicos e financeiros para desenvolver a sua base de poder, situada no projeto industrial³³. Este elemento apareceu no discurso oficial através do conceito de “interdependência continental”, presente na diplomacia do governo Castelo Branco. Longe de configurar uma subordinação completa, entretanto, o relacionamento foi recortado por antagonismos, que se observaram sempre e quando os interesses imperialistas cruzaram as pretensões expansionistas do regime. O exemplo mais claro foi a escalada das tensões ao redor do programa nuclear brasileiro, cuja resolução acabou favorável ao polo subimperialista, que mediante o estreitamento dos laços com outros centros mundiais de poder adquiriu o controle do ciclo completo da tecnologia nuclear apesar da oposição enfática do sócio maior Norte-Americano (MARINI, 1992; LUCE, 2011, p. 149-155)³⁴.

Em relação à interação nacional com as outras nações dependentes, marcou o avanço cada vez mais incisivo da presença política e econômica brasileira, formando em seu benefício uma divisão regional do trabalho. Nela, assumia progressivamente o papel de principal centro articulador da produção industrial, enquanto os demais países viram aprofundar-se a sua especialização produtiva. A assunção desta condição ocorre como cominação de um processo de concorrência que opôs as pretensões subimperialistas brasileiras às de outros subcentros regionais, notadamente a Argentina. Esta última chegou a ostentar as maiores taxas de industrialização da região no início do século, mas na década de 70 já demonstrava a sua incapacidade de competir em pé de igualdade com o desenvolvimento industrial brasileiro, na medida em que ampliava-se continuamente o hiato entre o produto do parque industrial situado em cada um dos dois países³⁵. Este processo foi

³³ Outras evidências deste regime de cooperação são o apoio político dado pelo regime às intervenções militares norte-americanas na República Dominicana, em 65, e na Guerra do Vietnã, além do envolvimento da potência no processo de desenvolvimento da indústria bélica.

³⁴ Sobre o rompimento da política de alinhamento automático assumida pelo regime nos seus primeiros anos, Marini (1992, p. 136) coloca o seguinte: “Essa mudança, que se esboça a partir de 1968, tomou corpo na política externa dita de ‘pragmatismo responsável’, posta em prática pelo Governo Geisel. Com ela, sem renunciar a seu propósito hegemônico no Atlântico Sul, a ditadura brasileira procedeu a estreitar suas relações com outros centros mundiais de poder, como a Europa Ocidental e o Japão, assim como com a própria União Soviética, e trabalhou ativamente para ocupar lugar de destaque nas organizações e instâncias internacionais que agrupavam os países do Terceiro Mundo, com o fim de ampliar o espaço ocupado pelo Brasil no cenário internacional. O fruto mais espetacular desta política foi o acordo com a Alemanha Federal, concertado em 1975 e firmado em 1976, mediante o qual o Brasil acedia ao controle do ciclo completo da tecnologia nuclear. Em 1976, em visita ao país, o secretário de Estado norte-americano, Henry Kissinger, amacia a dura oposição dos Estados Unidos às pretensões brasileiras e firma com o Brasil um acordo de consultas mútuas, instrumento até então reservados a potências de maior porte.”

³⁵ Segundo Luce (2011, p. 144), para o ano de 1970, o hiato entre o PIB industrial dos dois países havia atingido 40%, diferença que seria ainda ampliada nos cinco anos seguintes, alcançando 47%.

aprofundado pelo cenário de liberalização comercial dado pelos projetos de integração latinoamericana dos anos 60, que deram corpo à Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC). Em outra via, a presença geopolítica do regime também se impôs pelo incentivo à ascensão de administrações mais permeáveis aos seus interesses nos países vizinhos, como ocorreu no apoio brasileiro aos golpes de contra insurgência no Paraguai, Bolívia e Uruguai (MARINI, 1977; LUCE, 2011, p. 141-149).

Entre 1964 e 1973, as exportações brasileiras passaram de menos de US\$ 1,5 bilhões para mais de US\$ 6 bilhões, sendo que a participação dos manufaturados neste volume subiu de menos de 7% do total para 15% em 1970, e quase 30% em 1975. Em relação ao sentido desta expansão, nota-se a grande participação dos mercados consumidores da América do Sul e da África, que evoluíram entre 68 e 70 de US\$ 182 milhões para US\$ 284 milhões, e de US\$ 39 milhões para US\$ 60 milhões, respectivamente. Estes movimentos do capital informam não somente a construção de uma zona de hegemonia econômica brasileira no âmbito do Terceiro Mundo, mas também explicitam a solução organizada pelo capitalismo dependente para contrarrestar as suas principais contradições. No novo padrão, o mercado externo se junta ao aumento do consumo das classes médias e à expansão da participação do Estado para viabilizar a realização do exército de mercadorias produzidas pelo setor dinâmico, que de outra maneira restaria bloqueada enfrentando os mesmos problemas que se manifestaram na crise dos anos 50 e 60, já que não pode contar com o consumo da legião de despossuídos e superexplorados – os quais atuam no processo social compondo ao mesmo tempo a esmagadora maioria da população nacional e a base do seu processo econômico de produção e apropriação de valor (MARINI, 2000, p. 204-210; LUCE, 2011, p. 126-128).

É evidente, entretanto, que o avanço do padrão de reprodução não se deu isento de contradições. Ademais de seu caráter concentrador e antipopular, a fase de expansão econômica assumiu um caráter extremamente alavancado, alimentada com o endividamento externo público e privado. A captação de recursos externos respondia às necessidades de investimento do padrão industrial, mas também compensava o desequilíbrio externo gerado pelo caráter dependente daquela industrialização, agindo como meio de formação de reservas internacionais em moeda forte para financiar a importação de insumos e de bens de capital. O volume elevado dos empréstimos externos também refletia a remuneração do capital estrangeiro investido nas multinacionais, agindo como remessas de lucro “encobertas”. Esta prática era incentivada pelo anteparo institucional vigente, que fixava faixas de tributação

inferiores ao pagamento de serviços financeiros do capital em relação aos lucros remetidos ao exterior. Este quadro encontrava-se com o fato de que apesar do surto exportador no período do “milagre” a maior parte dos setores industriais eram deficitários em suas contas externas, gerando um ciclo de instabilidade crônica, contrarrestada conjuntamente pelos bons resultados das exportações de commodities e pelos altos ingressos líquidos de capital (CAMPOS, 2009, p. 94-98, 101-104).

Enquanto durou o ciclo expansivo e a alta liquidez internacional, a regularidade nos ingressos de capital sustentou o equilíbrio externo da economia, permitindo a formação de reservas cambiais. A partir da segunda metade dos anos 1970, entretanto, o panorama externo começa a transformar-se na esteira dos dois choques do petróleo e da crise recessiva nos países centrais. As consequências deste trânsito refletirão no preço dos insumos industriais e no mercado de crédito internacional, com a elevação dos custos sobre o capital. O impacto nas contas externas foi imediato, gerando preções negativas e drenando as reservas cambiais. O comportamento dos fluxos de capital e as estratégias das corporações internacionais instaladas no país também se alteraram, que passam a operar segundo uma lógica própria alinhada com as tendências da acumulação mundial de reestruturação produtiva pautada nos paradigmas da transnacionalização e da financeirização que se tornavam dominantes. O significado para a periferia industrializada será a ruptura do padrão de financiamento vigente, primeiramente com o redirecionamento dos fluxos de capital desde a indústria para outras atividades relevantes para as estratégias mundiais das grandes corporações, como a exploração de matérias primas baratas e a expansão de seu controle sobre o setor de serviços; depois, com a diminuição abrupta de sua magnitude, na medida em que os interesses dos investidores internacionais abandonavam os antigos destinatários no mundo dependente para voltar-se à expansão econômica nas relações interimperialistas (CAMPOS, 2009, p. 94-98, 101-104).

A razão destas transformações na lógica da acumulação internacional encontra fundamento no acirramento da competição internacional e na consequente necessidade dos grupos monopolistas em garantir para suas cadeias de produção globalizadas fontes estáveis de matérias primas baratas. Também está relacionada aos processos de reconcentração financeira, estratégica e dos setores produtivos mais rentáveis no centro, enquanto as demais atividades não prioritárias permanecem descentralizadas, mas agora por cadeias terceirizadas que se ajustam segundo as vantagens ofertadas nas condições de produção pelos diferentes espaços da economia mundial. Este novo paradigma organizacional, tornado possível pela

revolução das tecnologias da informação, transportes e comunicação, alterava profundamente o nexos existente entre os capitais estrangeiros e o espaço econômico nacional sobre o qual apoiou-se o programa de substituição de importações. A partir dele, extingue-se a necessidade da implantação de filiais localizadas nacionalmente e relativamente autônomas quanto ao domínio sobre as fases do processo produtivo, dando lugar à fragmentação produtiva e a subordinação dos elos da cadeia à lógica e à estratégia global das corporações através dos mecanismos de controle financeiro e estratégico monopolizado pelas matrizes (CAMPOS, 2009, p. 15-19).

O reflexo deste fato será a alteração do comportamento das filiais instaladas no país, com a subordinação de suas estratégias segundo os interesses globais da corporação, evidenciando, em contrário à presunção desenvolvimentista da capacidade de controle do Estado sobre o processo econômico, o alto grau de autonomia alcançado por estes grupos. Enquanto a economia entrava em um plano recessivo e de crise externa, as corporações multinacionais assumiam uma postura essencialmente defensiva, protegendo seus lucros através do repasse de preços acima das taxas de inflação, aumentando as taxas de remessas de lucros ao exterior e revertendo suas expectativas de captação de recursos externos, em um processo de desendividamento que vulnerava ainda mais a sustentabilidade financeira e cambial da economia. O Estado se viu, portanto, cada vez mais isolado na tarefa de organizar as condições necessárias para a reprodução do capital sob o industrialismo dependente. Apostando no caráter conjuntural das transformações, sua ação voltou-se a iniciativas para induzir a captação privada de empréstimos externos e defender o valor da moeda, enquanto o endividamento das Empresas Estatais tornava-se um “instrumento” de ajuste macroeconômico das contas externas. O resultado foi a progressão alarmante do nível de endividamento do Estado, no processo conhecido como a “estatização da dívida” (CAMPOS, 2009, p. 102-104, 170-173).

O golpe final sobre o padrão de reprodução foi dado com o choque de Volker, em 1979, que elevou drasticamente a taxa básica de juros da economia norte-americana como forma de frear as pressões inflacionárias que ameaçavam aquele país. A consequência foi a valorização súbita do dólar, disparando o custo de captação de capital no mercado de crédito internacional e tornando insustentável o refinanciamento da dívida externa dos países latinoamericanos, que via de regra haviam sido adquiridas sobre títulos com taxas

flutuantes³⁶. No caso Brasileiro, o choque Volker significou a bancarrota da capacidade econômica do Estado e das empresas públicas, que naquele momento constituíam os principais tomadores de empréstimos externos, impossibilitando que o setor público mediasse a articulação de um plano de desenvolvimento com as empresas privadas nacionais e estrangeiras. Na sequência, o país viu-se obrigado a declarar moratória parcial da dívida e iniciou o ciclo de renegociações com a autoridade monetária norteamericana e com o Fundo Monetário Internacional (FMI) em busca de um plano de salvamento, que teria como consequência a imposição de uma série de ajustes econômicos ortodoxos voltados para o aprofundamento da liberalização econômica e o desmonte da estrutura intervencionista do Estado (CAMPOS, 2009, p. 173-175; SAMPAIO JUNIOR, 1988, p. 47-105).

Manejando as categorias construídas pela TMD, a crise do Estado Desenvolvimentista nos anos 1980 e o seu posterior desmonte podem ser compreendidos em duas frentes. Primeiro, demonstra a exaustão do padrão de acumulação sobre o qual se apoiou o processo de industrialização brasileira durante todo o ciclo que iniciara desde a década de 1930. Depois, explicita a alteração dos termos em que se desenvolve a cooperação antagônica com o elemento externo predominante no processo econômico nacional até a instauração de sua plena dominância. O caráter dependente da industrialização impôs vínculos severos de dependência, que se apresentavam como uma condição *sine qua non* para compatibilizar a alteração da base econômica da sociedade com as contradições desenvolvidas historicamente pela formação econômica e social. Os sintomas das limitações impostas por estes laços manifestaram-se em diversas crises conjunturais, mas as condições de uma crise estrutural permaneceram sobrestadas enquanto havia espaço para a expansão industrial e o momento da economia nacional acompanhava as tendências e os interesses dos atores-chave do sistema mundial. O período de relativa prosperidade para as elites gerou uma ilusão de autonomia e controle nacional do processo econômico, que se manifestava sobretudo na postura e no discurso da cúpula dirigente do Estado. A exaustão da capacidade de expansão e a reversão do padrão de acumulação no centro, no entanto, descortinaram estas contradições e demonstraram a ruptura entre as estratégias do setor internacionalizado com o projeto desenvolvimentista.

³⁶ Nas palavras de Ocampo (2014, p. 31): “*El punto de inflexión fue la decisión adoptada a fines de 1979 por la Junta de la Reserva Federal de los Estados Unidos respecto de elevar drásticamente las tasas de interés para frenar la aceleración de la inflación que venía experimentando ese país (el “choque Volker”, en referencia al entonces presidente de la Reserva Federal). Esto tuvo un efecto directo sobre el servicio de la deuda, ya que, como se señaló, gran parte de la deuda externa latinoamericana se había contraído a tasas de interés flotantes.*”

A reação imediata ao panorama desfavorável foi a tentativa de defesa do padrão de acumulação através da política econômica estatal, que logrou organizar a sobrevivência do arranjo econômico instrumentalizando para isto o que tinha à sua disposição - a expansão descontrolada da dívida pública. O custo foi a falência do próprio Estado e, com ele, a destituição do centro de poder engajado em negociar com o centro as condições da dependência nos termos do projeto de industrialização dependente. Com a desarticulação do bastião de resistência interna, as tendências que já se afirmavam tanto na economia política dos países centrais como nos atores econômicos do setor internacionalizado infiltraram-se com facilidade no plano institucional. A partir de então, a transformação do padrão de acumulação seria conduzida pela formação de uma nova hegemonia, cuja matriz constitui-se pelo aprofundamento da internacionalização, pela reprimarização econômica e pela garantia dos interesses financeiros dos credores nacionais e internacionais. A pavimentação dos termos desta hegemonia atravessa todo o período de transição entre o final da década de 1980 e o início da década de 1990, com seu ponto alto na implantação do Plano Real pelo Governo Fernando Henrique Cardoso - que constitui o principal marco da era Neoliberal no Brasil.

CAPÍTULO 2 O NOVO DESENVOLVIMENTISMO E A RETOMADA DA IDEOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO NO BRASIL

2.1 O Período Neoliberal no Brasil e as Razões do Novo Desenvolvimentismo

A crise de superendividamento dos Estados latinoamericanos nos anos 1980 sinaliza o início de uma era de transição para a região que no caso brasileiro acabou por integrar completamente o processo econômico e social às diretrizes emanadas do centro geopolítico, orientadas pelos termos de um novo padrão de acumulação mundial. Os traços gerais deste padrão foram moldados a partir da reedição dos movimentos de liberalização econômica e financeira no centro, que haviam sido restringidos por décadas de dominância das políticas de controle dos fluxos internacionais de capital pelas organizações do pós-guerra. Sob o ambiente internacional do pós-guerra regulado pelo padrão monetário de paridade dólar-ouro e pela difusão das barreiras domésticas à liberdade dos movimentos internacionais do capital, floresceram os processos de internacionalização comercial e produtiva que impulsionaram a integração dos mercados, viabilizando inclusive a industrialização dependente na periferia (HARVEY, 2008, p. 19-21; CAMPOS, 2009, p. 11-13). Entretanto, a desaceleração do ritmo da expansão econômica a partir da década de 70 e a erupção de diversos sintomas de crise de superacumulação, como o avanço inflacionário, o aumento do desemprego e a queda generalizada da taxa de lucro das empresas nos países centrais, fizeram com que aumentassem as pressões da classe capitalista pela supressão das concessões realizadas à classe trabalhadora na forma do Estado Social e pela subtração das barreiras à liberdade do capital, afim de que se restabelecessem as condições gerais da acumulação (HARVEY, 2008, p. 22-29).

Estas pressões serão organizadas ao redor da bandeira política e ideológica do Neoliberalismo, que se tornará hegemônica a partir de então e passará a orientar a política de Estado das nações economicamente dominantes não só em relação à sua organização capitalista interna, com implicações relevantes para o destino da classe trabalhadora naquele âmbito, mas também quanto às suas relações com o mundo dependente. O Neoliberalismo indica concomitantemente uma interpretação teórica da realidade, inicialmente defendida por um restrito grupo de intelectuais economistas, historiadores e filósofos, e um movimento político concreto que alcançou importantes posições na administração dos países imperialistas a partir dos anos 70, principalmente nos Estados Unidos e Grã-Bretanha. Estas duas dimensões, apesar de manterem aproximações evidentes e retroalimentarem-se expressamente

do ponto de vista ideológico, não devem ser confundidas, pois mantém também importantes dissensões (HARVEY, 2008, p. 19-29). Do ponto de vista teórico, o Neoliberalismo possui como centro de gravidade o retorno à apologia do mercado e do *homo economicus*. Na pena de seus principais defensores, tratar-se-ia de promover o reimpoderamento do indivíduo sobre sua liberdade privada contra o avanço do poder arbitrário, consubstanciado no panorama de intervencionismo estatal que fora encampado pelas teorias e movimentos políticos predecessores, notadamente o keynesianismo e as diversas formas de reformismo comprometidas com a meta de compatibilizar através do Estado a mínima equidade com os ideais da democracia liberal e do capitalismo de mercado (HARVEY, 2008, p. 29-32).

No seu cerne, o Neoliberalismo constitui-se como uma teoria antiestatal e idealista do livre mercado. Os fundamentos de sua visão sobre o processo econômico remontam as contribuições neoclássicas que surgem na metade do século XIX com os trabalhos de Alfred Marshall, Stanley Jevons e Leon Walras para substituir as teorias clássicas e marxistas que disputavam o debate público. Entretanto, também seguiam a ideia da “mão invisível do mercado” de Adam Smith, na medida em que defendiam esta instituição como “[...] o melhor recurso de mobilização de mesmo os mais vis instintos humanos, como a gula, a ambição e o desejo de riqueza e poder em benefício de todos.” (HARVEY, 2008, p. 30). Esta visão é elaborada em uma exaltação do indivíduo enquanto agente da inovação no ambiente de mercado. Movido pelos seus interesses individuais, o indivíduo privado seria capaz de acessar processar as informações disponíveis um nível muito superior ao das autoridades estatais, assumindo uma capacidade decisória aumentada capaz de conceder à dinâmica econômica em nível sistêmico adaptabilidade e progresso. Estas virtudes, no entanto, permaneceriam restringidas pelo anacronismo e pelo burocratismo das políticas públicas, que agiriam como inibidoras do protagonismo dos agentes individuais. Como consequência desta visão, qualquer expectativa de planejamento centralizado das relações econômicas é automaticamente condenada como promotora da ineficiência na alocação dos recursos sociais (HARVEY, 2008, p. 49-57, 75-77).

De todas as suas consequências, a mais relevante é que estes postulados serão utilizados para defender a retração do Estado desde a regulação do mercado, a promoção do pleno emprego e a organização do bem-estar social para a mera garantia dos pressupostos mais básicos da sociedade de mercado. Entre estes, estão a proteção à fortes direitos individuais de propriedade privada, a defesa do Estado de Direito e a garantia das instituições de livre-mercado e de livre-comércio. Estes arranjos institucionais são vistos como essenciais

para a garantia da liberdade individual, e como tal permaneceriam como única justificativa legítima do monopólio da violência pelo Estado. A seu turno, o avanço indevido do setor público sobre as atividades econômicas, explorando diretamente recursos estratégicos ou oferecendo serviços, deveria ser revertido. O destino desejável dos setores anteriormente geridos ou regulados pelo Estado seria a privatização e a desregulação, restabelecendo neles a competição entre os indivíduos como forma de organização social. Novamente, esta reversão é justificada sob o argumento de que a privatização e a desregulação, aliadas à competição, eliminariam os entraves burocráticos ao desenvolvimento econômico, promovendo a eficiência e a produtividade, melhorando a qualidade dos serviços e diminuindo os custos da produção – tanto na sua modalidade direta, como custos ao consumidor, quanto na modalidade indireta, mediante a redução da carga de impostos sobre o produto final (HARVEY, 2008, p. 75-77).

O mesmo princípio se aplicaria nas relações internacionais. Assim como a liberdade de mercado expressa-se como o modelo ideal para reger as relações domésticas, o sistema interestatal capitalista deveria promover a livre mobilidade de capitais entre os setores, regiões e países. As barreiras tradicionalmente erguidas contra este movimento, como a imposição de tarifas, controles cambiais, mecanismos jurídicos de contenção à fuga de capitais, dentre outros, deveriam ser removidos, dando primazia às decisões tomadas pelos capitalistas individuais sobre seus ativos. A competição internacional é tida como saudável, já que promove a eficiência e a produtividade das empresas, reduz os preços e controla, por consequência, as pressões inflacionárias. Por conta disso, os Estados Nacionais deveriam empenhar-se coletivamente para reduzir e negociar as barreiras ao movimento do capital por suas fronteiras e abrir os seus mercados às trocas globais. Para proteger esta ordem cada vez mais globalizada de liberdade aos agentes econômicos, deveriam ser implantadas estruturas de coordenação entre os países mais fortes comprometidas com a difusão e a garantia do regime de direito a liberdade de comércio. Através da atuação destes mecanismos internacionais de governança, poderiam ser combatidas as práticas desviantes, como a tentativa de países individuais imporem restrições injustificadas ao capital internacional, beneficiando-se da abertura econômica para criar uma desigualdade formal de tratamento entre os agentes econômicos internos e o capital situado nos diferentes países do sistema (HARVEY, 2008, p. 76-78).

Inicialmente marginalizado do debate intelectual, o Neoliberalismo como teoria ganhará peculiar projeção após as sucessivas falhas das políticas keynesianas em solucionar o

panorama crítico dos anos 70 e 80. Um símbolo desta ascensão é a premiação do filósofo suíço Friedrich von Hayek e do economista norte-americano Milton Friedman, notáveis defensores desta corrente, com o prêmio Nobel de economia em 74 e 76, respectivamente. A partir de então, o ideário Neoliberal extrapolará o debate acadêmico e passará a influenciar de forma decisiva a agenda dos principais países imperialistas, tornando-se o sustentáculo ideológico dos governos conservadores deste período. São marcos desta virada política a administração de Margareth Thatcher na Grã-Bretanha, e de Jimmy Carter e Ronald Reagan nos Estados Unidos. De forma geral, estes governos adotaram medidas ortodoxas e agressivas de ajuste do Estado e da economia, recorrendo às soluções monetaristas “do lado da oferta” para enfrentar os problemas de estagflação que assolavam o mundo “desenvolvido”. Uma destas medidas foi justamente a alta súbita e draconiana da taxa básica de lucros do tesouro americano em outubro de 1979, que desencadeou “[...] uma duradoura recessão profunda que esvaziaria as fábricas e destruiria os sindicatos dos Estados Unidos, além de levar países devedores à beira da falência, dando início à longa era dos ajustes estruturais.” (HENWOOD, 2003 apud HARVEY, 2008, p. 32).

Embora as políticas macroeconômicas de caráter monetarista tenham papel importante nas administrações neoliberais enquanto forma de controle das condições gerais de acumulação, dada a crença que a solidez da moeda e a estabilidade dos preços constituem valores primordiais para o ambiente de negócios ideal, elas não exaurem a manifestação prática do Estado Neoliberal. Assim, ademais das mudanças de política monetária, viu-se a difusão de uma série de medidas voltadas para o desmonte da estrutura intervencionista do Estado e para a desregulamentação dos mercados, sob a justificativa de fornecer a máxima liberdade ao capital. Na Grã-Bretanha, a administração Thatcher ficou conhecida pela sua cruzada contra as políticas fiscais e de bem-estar do Estado. Para isso, enfrentou o poder sindical e atacou todas as formas de solidariedade social que prejudicassem a flexibilidade competitiva, além de promover um ciclo de privatizações das empresas públicas, reduzir impostos e induzir um clima de negócios favorável para o forte fluxo de investimentos externos. Nos EUA, o Governo Reagan não só manteve a nova política econômica inaugurada por Volker após o choque dos juros em 79, como ofereceu apoio político através de uma onda de desregulamentações, cortes de impostos, cortes orçamentários e ataques ao poder sindical e profissional. O conjunto destas medidas abriu novas áreas de liberdade irrestrita de mercado e subsidiaram ambos os movimentos internos do capital para generalizar as condições das áreas

menos sindicalizadas e fracamente reguladas e os movimentos externos do capital financeiro, que buscava no exterior taxas de retorno mais elevadas (HARVEY, 2008, p. 31-37).

Em meio à propaganda ideológica das reformas neoliberais como promotoras da liberdade individual, da inovação e da livre competição de mercado, necessária para mistificar aos olhos da opinião pública o que se tratava de um nítido projeto de restauração do poder de classe, a manifestação concreta dos ajustes se deu muito distante dos fundamentos teóricos que supostamente lhe deram base. Isto porque a visão de uma sociedade regida completamente pela competição intercapitalista em todos os planos e esvaziada da intervenção política do Estado é inviável e atravessada por contradições que atingem inclusive a sua compatibilidade com os interesses das próprias coalizões de interesses responsáveis por avançar politicamente o projeto neoliberal. Assim, no centro, os movimentos de desregulação e a retração da presença Estatal serão direcionados apenas para os domínios onde a sua existência constituía obstáculos imediatos às perspectivas de expansão do capital em sua lógica de acumulação global. Em outras dimensões ou setores nos quais o Estado cumpre funções estratégicas e compatíveis com aqueles interesses, a sua vigência será mantida e, em alguns casos, aprofundada (HARVEY, 2008, p. 80-91).

Como exemplos desta inconsistência entre teoria e prática neoliberal, pode-se citar a manutenção das práticas protecionistas para defender setores chave da economia doméstica nos EUA e nos países mais ricos da Europa Ocidental, os quais seriam atropelados pela concorrência internacional com o mundo periférico em condições de livre-comércio, muito embora estes países mantenham bem definida em seu discurso oficial a permanente defesa da difusão do livre mercado e do livre comércio. No mesmo sentido agem os astronômicos planos de resgate governamental financiados pelo contribuinte às instituições “too big to fail” na esteira das diversas crises financeiras que se difundiram a partir dos anos 90, via de regra causadas pela difusão da irresponsabilidade nas operações com ativos financeiros e derivativos de crédito por estas mesmas instituições. Ainda, o Estado mantém um papel ativo na promoção da lógica imperialista embutida nos laços mantidos por estes países sobre o mundo dito “subdesenvolvido”. Nesta dimensão, os Estados “desenvolvidos” concedem diretamente ou indiretamente, através das instituições multilaterais sob seu controle, créditos e empréstimos, aproveitando-se da vulnerabilidade econômica dos contraentes para garantir a sua influência regional e difundir mecanismos jurídicos ou econômicos de defesa aos interesses locais do seu capital internacionalizado, que opera ora nas teias de produção das

grandes corporações transnacionais, ora nas atividades especulativas do capital financeiro internacional (HARVEY, 2008, p. 80-89).

Após uma série de experiências internacionais localizadas, a abordagem neoliberal convergiu em uma versão sistematizada e acabada em 1989, quando ocorre o chamado “Consenso de Washington”. Esta expressão denomina o momento simbólico em que se reuniram na capital estadunidense representantes do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos e das instituições financeiras internacionais, notadamente o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, para definir os termos de sua política conjunta (GENNARI, 2001, p. 30-34). O resultado foi a produção de um relatório que delimitou o rol de medidas a serem encorajadas por estes organismos nas suas relações internacionais – as quais praticamente definiam os modelos neoliberais norte-americano e britânico como “solução” para os problemas globais (HARVEY, 2008, p. 102-103).

No contexto latinoamericano, a infiltração das diretrizes arquitetadas pelo “Consenso de Washington” deve-se ao fato delas terem se tornado a política oficial do Fundo Monetário Internacional (FMI), de onde seriam decalcados os “ajustes estruturais” impostos como condição aos tomadores para acessar os recursos emergenciais administrados pela instituição. A situação de dependência dos recursos do Fundo abrangia a quase totalidade da América Latina, que sofrera um golpe em sua capacidade de pagamento pelos efeitos do choque Volker na década anterior. A confluência dos dois fatores significou a submissão forçada do subcontinente, impondo um fim ao paradigma interventor dos Estados Desenvolvimentistas na região. O elemento coercitivo veio complementar os próprios efeitos da propaganda ideológica veiculada pelos países centrais, que já se fazia sentir no apoio de largos setores das sociedades locais a uma possível virada neoliberal. Este apoio simbolizava tanto o interesse das classes dominantes internas em integrarem-se à nova ordem de acumulação, quanto a fragilidade da posição política das classes dominadas em um contexto de crise econômica. Esta realidade veio de encontro, no caso brasileiro, a um cenário de recessão e hiperinflação que se arrastava desde o final do ciclo militar. Os efeitos da inflação sobre a classe trabalhadora e a incapacidade da oposição heterodoxa em solucionar a crise tiveram papel relevante para viabilizar politicamente o projeto político neoliberal, reunindo ao lado das pressões internas e externas pela liberalização certo apoio popular (HARVEY, 2008, p. 12-13; PAULANI, 2008, p. 132-138).

É assim que a década de 90 marcará o início da era neoliberal no Brasil, refletindo um movimento maior de liberalização que ocorria concomitantemente por todos os confins do

sistema mundial. O ponto de partida da implantação das reformas pode ser estabelecido com a administração de Fernando Collor de Mello, que assumiu o cargo máximo do executivo federal no ano de 1990, após 30 anos de ausência de eleições diretas no país. O seu governo tentou implementar uma política econômica e uma política externa que seguia à risca as recomendações e diretrizes do “Consenso de Washington”. Esta política partia do diagnóstico de que os gastos governamentais excessivos e o excesso de demanda privada constituíam a causa do processo inflacionário. Consoante a isto, procedeu-se a uma profilaxia ortodoxa para reduzir o déficit público e controlar a demanda através de um “choque” de concorrência - o centro de gravidade da agenda econômica constituiu-se de uma intensa onda de privatizações e a derrubada das barreiras jurídico-políticas à liberdade do capital, tanto no seu âmbito comercial quanto na dimensão financeira (GENNARI, 2001, p. 34-36; CARCANHOLO, 2005, p. 110-111; PAULANI, 2008, p. 132).

Apesar da conjuntura permeável, as reformas iniciadas em 90 acabaram paralisadas por razões políticas, dada a eclosão de denúncias de corrupção que levariam à renúncia do presidente dois anos mais tarde e à posse de seu vice-presidente, Itamar Franco. A breve experiência de Itamar na presidência constituiu-se em um período de transição que carrega consigo algumas notas importantes. A principal delas é que sob sua regência formula-se e inicia a implantação do “Plano Real”. O sucesso inicial deste plano de estabilização econômica no combate à inflação, mediante a promoção da indexação monetária e de uma âncora cambial à moeda norte-americana, permitirá o ingresso de Fernando Henrique Cardoso (FHC), renomado professor da Universidade de São Paulo (USP) e então Ministro da Fazenda, na cena política. Com o pretexto de dar continuidade ao “Plano Real” e promover a modernização do país, a figura de FHC será posta à frente de uma nova coalizão comprometida com o projeto neoliberal para as eleições presidenciais de 94. Ele sairá vitorioso após derrotar nas urnas as principais forças de oposição, notadamente o metalúrgico e sindicalista Luiz Inácio “Lula” da Silva, candidato que participou na corrida presidencial pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

Os dois mandatos sucessivos de FHC serão comumente identificados como o auge do período neoliberal no Brasil. Isto se dá pelo fato de que diferentemente do clima político conturbado do início da década, o apelo carismático do presidente e o relativo sucesso do “Plano Real” em estabilizar os problemas inflacionários garantirão o equilíbrio político necessário para implementar em termos definitivos o ciclo de reformas liberalizantes. Naturalmente, portanto, sob sua gestão estão situadas as principais ações de desmonte dos

resquícios do aparato desenvolvimentista do Estado e de alteração do eixo dinâmico da economia, redefinindo os termos em que se dará a inserção externa do país na conjuntura subsequente. O movimento de alteração deste eixo pode ser inferido da própria análise do Plano Real. Este tinha como elemento interno a manutenção do câmbio valorizado, contando para isso com as intervenções do banco central no mercado de câmbio para manter a nova moeda flutuando em relação ao dólar dentro da faixa planejada pela autoridade monetária. Ademais da pressão deste fator sobre as reservas internacionais do país, o câmbio valorizado significava um impacto de competitividade às empresas situadas no território, que viam os seus produtos encarecerem em relação aos gêneros importados. Dos setores da produção nacional impactados por esta política, estava a indústria consolidada no ciclo de substituição de importações, que via cair por terra a garantia promovida pelo Estado de um ambiente macroeconômico favorável para as suas atividades comerciais (CARCANHOLO, 2005, p. 111-119).

De forma complementar, promoveu-se uma agressiva abertura comercial que desmontou o rol de barreiras ao ingresso de produtos importados. Estas barreiras haviam sido erguidas no ciclo anterior como uma ferramenta matricial para a criação de uma reserva do mercado interno para o parque industrial emergente. No plano tarifário, constituíam-se principalmente de elevadas tarifas de importação e sobretaxas sobre estas tarifas, enquanto no plano não tarifário destacavam-se a imposição da necessidade de financiamento externo para operações de importação de bens de capital, a exigência de anuência prévia dos órgãos reguladores e a suspensão das guias de importação para uma extensa lista de produtos. A reversão destas barreiras já havia iniciado no biênio de 88-89, com a eliminação de sobretaxas importantes e a redução das alíquotas de importação, e aprofundada no governo Collor, com a revogação da isenção e redução tributária nos regimes especiais de exportação remanescentes, a extinção das restrições quantitativas à importação e a maior redução das alíquotas e da dispersão tarifária via reforma tributária. Na gestão FHC, as tarifas de importação seriam novamente reduzidas, chegando em alguns casos a 0% ou 2%, além de que se antecipou a vigência da Tarifa Externa Comum para o Mercosul, fixada em 20%. Esta progressão também pode ser visualizada no comportamento da tarifa média de proteção da economia, que despencou do patamar de 105% para o triênio 1985/88 para 34% em 1989/93, e finalmente 13,4% entre 1994/97 (GENNARI, 2001, p. 40; CARCANHOLO, 2005, p. 119-125).

O outro elo da corrente é a abertura financeira e da conta de capitais, que se insere no debate como a preparação dos pressupostos para inserir o país nos fluxos exacerbados de

recursos financeiros que surgem na esteira da reestruturação da acumulação internacional. Como coloca Paulani (2008, p. 132-133), o Brasil dos anos 1980 não estava preparado institucional ou concretamente para desempenhar o papel de uma economia financeiramente emergente. Do ponto de vista do ambiente econômico, jogavam papel relevante as altas taxas inflacionárias, que produziam abruptas alterações no nível geral de preços e dificultavam o controle dos gastos Estatais, contrapondo os interesses rentistas tanto porque complicavam-se os cálculos financeiros que comandam a arbitragem com a moeda e a especulação visando ganhos em moeda forte, como porque vulnerabilizavam através do risco de default a posição dos credores da dívida pública. Já do ponto de vista institucional, o caráter fortemente centralizado e regulado da política cambial retirava do capital financeiro a liberdade para colocar-se à salvo em caso de turbulências, a legislação vigente privilegiava no caso de colapso empresarial os créditos estatais e trabalhistas em relação aos créditos financeiros, e o sistema previdenciário, praticamente monopolizado pelo Estado, constituía não só um ônus ao orçamento público como também subtraía da iniciativa privada a capacidade de transformar este setor em um mercado substantivo e promissor. Por fim, a recém-promulgada Constituição “Cidadã” completava este quadro desvantajoso ao projetar um Estado intervencionista, com uma série de novos compromissos no que se refere à questão social (PAULANI, 2008, p. 132-133).

Estes obstáculos foram progressivamente subtraídos. A primeira mudança de peso foi realizada pelo Banco Central ainda no governo de Itamar Franco. Como coloca Carcanholo (2005, p. 128-137), o processo de abertura financeira do país teve como particularidade em relação aos demais países latinoamericanos a permanência de um estrito controle sobre a conversibilidade da moeda nacional. Para contornar este traço, a autoridade financeira realizou por meio de expedientes de questionável legalidade alterações nas chamadas contas CC5, gerando na prática uma brecha no controle estreito sobre a conversibilidade e o trânsito internacional de divisas. Estas contas, criadas por uma Lei de 1962, destinavam-se a não-residentes em trânsito pelo país, permitindo-lhes a livre remessa para o exterior do saldo em moeda doméstica decorrente da conversão de moeda estrangeira com a qual haviam entrado no país. A partir das mudanças promovidas, o conceito de “não-residentes” passou a incluir as contas livres de instituições financeiras estrangeiras, que por outros expedientes não seriam autorizadas a funcionar no país. Além disso, a liberdade de movimentação das CC-5 foi drasticamente aumentada, desvinculando-as do saldo da conversão de moeda estrangeira na entrada ao país para permitir a livre remessa ao exterior de todo e qualquer saldo. Assim,

abria-se a possibilidade para que “[...] qualquer agente, independentemente de ser ou não residente, enviar sem restrições recursos ao exterior, bastando, para tanto, depositar moeda doméstica na conta de uma instituição financeira não-residente.” (PAULANI, 2008, p. 42).

Com a liberdade de conversão e remessa dos recursos financeiros garantida nos termos das contas CC-5, a questão transitava para a promoção de um cenário atraente para os investidores financeiros internos e externos. Este cenário seria construído em várias frentes. Ainda no aspecto institucional, seriam promovidas outras mudanças voltadas para “modernizar” os instrumentos financeiros disponíveis e garantir a posição dos investidores, elevando o nível de “confiança” do mercado brasileiro aos olhos dos agentes internacionais. Na esteira da implantação do “Plano Brady” e das condicionalidades atreladas ao resgate monetário concedido pelo FMI, a dívida pública brasileira já passara por um processo de securitização seguido pela abertura do mercado brasileiro de títulos públicos e privados aos agentes internacionais, confirmando o lugar do país como um emissor de capital fictício³⁷. Para apoiar este expediente, A Lei das Sociedades Anônimas seria reformada para ampliar o rol de instrumentos disponíveis às transações financeiras, com destaque para a criação de novos mecanismos e fundos de investimento que facilitavam a captação de poupança interna e externa (PAULANI, 2008, p. 96-100; CARCANHOLO, 2005, p. 128-137).

Quanto à questão da proteção dos investimentos, a principal medida foi a criação, já nos anos 2000, da Lei Complementar 101 (ou Lei de Responsabilidade Fiscal). Este mecanismo jurídico atravessado pelo predicado de diminuição do Estado, típico do prescricionário neoliberal, consolidou de fato uma hierarquia nos gastos públicos na qual os credores financeiros da dívida pública passaram a deter a indisputável prioridade de pagamento dos seus créditos, “[...] em detrimento da alocação de recursos com fins distributivos [...] e da viabilização de investimentos públicos. ” (PAULANI, 2008, p. 97). Já no campo macroeconômico, o subsídio à nova dinâmica foi dado, nos termos discutidos, pelo próprio avanço do Plano Real e as suas derivações. O efeito, neste caso, foi a condução da estabilidade de preços para o centro da política econômica, apesar dos efeitos deletérios desta política sobre a economia real. Para além do discurso populista de combate à inflação, utilizado naquela conjuntura para legitimar a política econômica ante às classes dominadas, a estabilidade monetária integra-se ao projeto de longo prazo da coalizão então dominante como um fator de atração dos investimentos externos. Estes passam a encontrar no mercado brasileiro uma maior segurança para o empreendimento de suas atividades financeiras,

³⁷ O que, nas palavras de Paulani (2008, p. 42), “[...] viabiliza a valorização financeira e garante a posteriori a transferência de parcelas da renda real e do capital real para a esfera financeira.”

notadamente os expedientes de arbitragem com a moeda e a capitalização sobre o diferencial entre as taxas de juro interna e externa.

Completam este quadro a abertura comercial e a diminuição do papel do Estado, esta última realizada principalmente pela privatização das empresas estatais em operações financiadas com recursos públicos. A vulnerabilidade das empresas nacionais em um ambiente de livre mercado, imposto subitamente pela abertura comercial, obrigará uma forte reestruturação das forças produtivas no sentido dos interesses das grandes corporações nacionais e internacionais, aprofundando as tendências de desnacionalização da economia e de racionalização nas cadeias de produção em nível global, sendo estas altamente monopolizadas por grupos econômicos embasados nos países centrais. Para adequar-se a este processo, os atores nacionais que desenvolvem atividades em setores-chave para as estratégias dos “grandes players” continuarão a associar-se de forma subordinada a estes, perdendo em contrapartida o controle sobre a trajetória de seus negócios. Os que não se enquadram nestas estratégias serão extintos pela concorrência ou pressionados pelas redes de terceirização produtiva atravessadas pelo poder econômico dos monopólios. No mesmo sentido, o desmonte do Estado no período neoliberal favorecerá o grande capital nacional e estrangeiro, que aproveitarão as oportunidades de negócio abertas pelas empresas estatais, vendidas a preço de bagatela, para suceder a iniciativa pública nas áreas mais lucrativas de antigo monopólio estatal.

Se a implantação do projeto neoliberal no Brasil durante os anos 90 adquiriu ares de consenso, ao final daquela década, entretanto, já demonstrava sinais claros de esgotamento, repercutindo na sua capacidade de sustentar a hegemonia sobre os diversos grupos sociais. Isto se deve ao fato de que apesar da solução aos problemas que impulsionaram o processo político rumo à austeridade do “consenso neoliberal” terem se tornado objetivos relativamente alcançados, dentre eles o controle inflacionário e a contenção dos gastos governamentais, a contrapartida revelava-se particularmente gravosa. Esta contrapartida revelou-se em diversas vertentes. Primeiramente, o crescimento econômico observado nos ciclos anteriores foi substituído por um cenário recessivo que se prolongou por toda a década de 1990, com taxas de crescimento do produto interno bruto nulas ou negativas. Dado o alto grau de abertura da economia, a vulnerabilidade externa do país aumentou consideravelmente, alavancada por altos déficits na balança comercial e nas contas correntes que foram financiados via de regra pela internalização de capitais externos atraídos pelas altas taxas de juros praticadas no mercado interno. O resultado foi a configuração de uma dependência financeira estrutural,

que limitou a margem de manobra do Estado tanto em relação à sua política monetária, dada a necessidade de manter a atratividade do país para investimentos externos, quanto da política fiscal, pressionada pela necessidade de remunerar em patamares cada vez mais elevados os credores da dívida pública para compensar o acréscimo do risco e garantir a possibilidade de refinanciamento da mesma (CARCANHOLO, 2005, p. 141-147; PAULANI; PATO, 2005; FILGUEIRAS, 2006).

Ademais, em relação à organização das forças produtivas, ocorreu uma intensa desindustrialização e reprimarização, que pode ser explicada pela derrubada dos incentivos à indústria nacional, o aumento da concorrência, e a adequação do mercado às estratégias das corporações multinacionais e transnacionais, que impulsionaram seu controle sobre o processo produtivo dado o papel do capital externo no sistema econômico. O incentivo do panorama econômico à importação de produtos e insumos, competitivos em relação aos equivalentes nacionais, impôs um intenso processo de substituição de importações, na medida em que os agentes econômicos internos passavam a suprir as suas necessidades comerciais através do comércio exterior. O ajuste neoliberal, ainda, revelou-se particularmente perverso no eixo da relação dinâmica entre capital e trabalho. Uma vez extinto o problema da hiperinflação, a abertura comercial e financeira, a reestruturação das relações produtivas na esteira da globalização e o longo ciclo de estagnação econômica desencadearam um aumento expressivo das taxas de desemprego, enquanto o rompimento das resistências sociais e políticas do trabalho organizado ampliaram a base objetiva para a sua precarização. O resultado foi a impulsão da desigualdade social e precarização das condições de vida proletárias, tornando explícita a carência no projeto político neoliberal de um elemento de conexão com o trabalho e com as classes sociais dominadas (ALVES, 2009, p. 187-189; BRESSER-PEREIRA, 2002, p. 361-365; 2003a).

As conjunções destes fatores indicavam o debacle político do projeto neoliberal em sua concepção original, e contribuíram para pôr em marcha um cenário reativo organizado para suprir o vazio teórico e ideológico daí decorrente. Em um primeiro plano, da disputa político-partidária, esta insatisfação crescente será canalizada ao projeto alternativo de centro-esquerda, representado na ocasião pelo Partido dos Trabalhadores (PT), que amadureceu sua base de apoio e firmou articulações para despontar na virada do século como liderança capaz de coordenar o apoio político das classes populares e do trabalho organizado com as demandas das fracções da burguesia nacional e internacional afetadas negativamente pelas políticas restritivas do período anterior ou interessadas na sua reversão (BOITO JÚNIOR,

1999; 2006). Em um segundo plano, do debate teórico e das agências ideológicas, será observado o reempoderamento no campo intelectual das escolas ligadas ao pensamento econômico heterodoxo, que conquistarão espaço crescente no debate público acerca dos rumos da política econômica através da oposição e da crítica às práticas neoliberais em suas dimensões econômica, social e institucional (CURADO, 2017, p. 631-634; MOLLO; AMADO, 2015, p. 6-17).

A escalada do debate intelectual de oposição acerca da oportunidade do redirecionamento da política estatal desde os moldes neoliberais terá inicialmente como característica o seu caráter difuso e heterogêneo, na medida em que congregará contribuições advindas de diversos autores e escolas teóricas fundadas em pressupostos e em influências variadas, desde o pós-keynesianismo e o neoclassicismo até a tradição estruturalista latinoamericana, mas sem a sua coordenação um projeto político coeso e unificado. O amadurecimento deste panorama está situado nos anos 2000, quando a eleição de Luiz Inácio “Lula” da Silva pelo Partido dos Trabalhadores (PT) abre espaço para o redirecionamento da agenda institucional, e ao mesmo tempo começa a ganhar força a tese de que para superar as limitações da “era neoliberal”, tornava-se necessário retomar e reinterpretar o inacabado projeto desenvolvimentista, atualizando os seus pressupostos para as condições e os desafios atuais. É neste contexto que surgirá o “Novo Desenvolvimentismo” enquanto projeto com pretensões de hegemonia para reinterpretar a situação global da sociedade brasileira e redefinir os seus rumos, recuperando o horizonte utópico do desenvolvimento (SICZÚ; PAULA; MICHEL, 2005, p. 34-35).

O termo “Novo Desenvolvimentismo” ingressou simbolicamente no debate público brasileiro em setembro 2004, quando foi utilizado por Luiz Carlos Bresser-Pereira em artigo homônimo de grande repercussão publicado pelo periódico paulistano “Folha de S. Paulo”. Na ocasião, ao diagnosticar na condução da política econômica brasileira o fracasso da chamada “ortodoxia convencional” em promover o “desenvolvimento” do país, o autor defendeu veementemente a necessidade da organização de um “novo plano de desenvolvimento” (BRESSER-PEREIRA, 2004, p. 1-5). A partir deste marco, Bresser-Pereira converterá não só uma dimensão importante de sua energia intelectual para solidificar as bases desta perspectiva teórica, o que será feito através da publicação de uma série de artigos e obras relacionadas ao tema, mas também de sua energia política, agregando para esta matriz de pensamento a colaboração de outros intelectuais engajados na crítica e na substituição da hegemonia neoliberal. Por conta disto, é seguro afirmar que Bresser-Pereira acumula tanto o

papel de precursor quanto o de principal defensor do “Novo Desenvolvimentismo” no ambiente político e intelectual brasileiro (MOLLO; AMADO, 2015, p. 1-2).

A partir desta contribuição inicial, a proposta “Novo Desenvolvimentista” receberá ampla adesão e passará a constituir não só uma corrente de pensamento em seus próprios termos, mas um dos principais eixos sobre os quais girará a discussão sobre a economia política brasileira entre a primeira e o início da segunda década do século XX. A estrutura inicial do debate será dada pelo principal ponto de convergência entre as diferentes escolas e também o seu objetivo político imediato - a necessidade de redirecionamento da política econômica estatal. Neste sentido, concordam os diversos autores contribuintes do “Novo Desenvolvimentismo” que o modelo Neoliberal não condiz com as necessidades do país. Na grande maioria dos trabalhos, a explicitação deste diagnóstico se desenvolverá fundamentalmente no plano da análise macroeconômica, enfocando-se nos efeitos das principais ferramentas utilizadas pela profilaxia neoliberal: *a*) a abertura radical da conta de capitais, com vistas à percepção de investimentos estrangeiros; *b*) a priorização do combate à inflação como parâmetro de estabilidade macroeconômica, mantida através da adoção de políticas monetárias ortodoxas como a elevação da taxa básica de juros e a sobrevalorização artificial da taxa de câmbio; *c*) e, por fim, a retração do papel do Estado na economia, através da contenção fiscal e dos programas de privatização (BRESSER-PEREIRA; NAKANO, 2003; BRESSER-PEREIRA, 2003; SILVA; MICHEL, 2005; PAULA, 2003; OREIRO, 2004).

Em linhas gerais, o “Novo Desenvolvimentismo” defenderá o reempoderamento do Estado na condução do processo econômico, subordinando as ferramentas da política econômica, notadamente as políticas monetária e fiscal, ao que entendem constituir as necessidades estruturais para a retomada do desenvolvimento. Neste sentido, posicionam-se declaradamente nas linhas do desenvolvimentismo, que pode ser entendido enquanto manifestação ideológica estruturada fundamentalmente a partir da defesa do tripé formado por industrialização, intervencionismo pró-crescimento e nacionalismo (MOLLO; FONSECA, 2013). No entanto, os signatários da corrente justificarão a incorporação do adjetivo “Novo” por diagnosticar uma mudança fundamental de conjuntura em relação ao contexto histórico de surgimento do desenvolvimentismo original, do que se infere a necessidade de atualização daquelas premissas para dar conta dos problemas contemporâneos do desenvolvimento. Esta nova interpretação se organizará pela tentativa de dissociar-se, por um lado, do Modelo de Substituição de Importações (MSI), visto como historicamente exaurido e irresponsável do

ponto de vista da austeridade fiscal, e, por outro, da tese pura e simples de que a industrialização nacional seria responsável por entabular um padrão de desenvolvimento solidário tanto aos interesses do capital quanto às classes trabalhadoras, em termos de promoção da justiça e da equidade social (SICSÚ; PAULA; MICHEL, 2005; BRESSER-PEREIRA, 2010, 2016).

A percepção Novo Desenvolvimentista do que seria necessário para a superação do modelo original e a sua adequação a nova conjuntura se constituirá de forma heterogênea, com nuances e desacordos em relação ao grau, a intensidade, e a direção prioritária da política econômica entre os diversos autores e signatários. Entretanto, é possível identificar acordos mais gerais acerca dos aspectos fundamentais que dão coesão à corrente. Neste sentido, a proposta Novo Desenvolvimentista no âmbito da Teoria Econômica girará sobre três aspectos fundamentais: *a)* o direcionamento da linha mestra da economia do ponto de vista da demanda ao modelo *export led*; *b)* a redução da vulnerabilidade externa através da alteração do padrão de financiamento do crescimento econômico desde o modelo de desenvolvimento com poupança externa (ou “com dívida”), típico do modelo neoliberal, para um modelo de desenvolvimento baseado no financiamento interno público e privado; *c)* a inclusão das classes dominadas no processo de desenvolvimento através de políticas sociais e econômicas do Estado, sendo estas focadas no fornecimento universal de serviços básicos ou estruturantes da inovação e do mercado de trabalho, como saúde, educação e qualificação profissional.

Subjacente à discussão no plano econômico, o Novo Desenvolvimentismo empregará uma perspectiva metodológica própria para o conhecimento do processo político e social, cujas raízes retóricas remontam a tentativa de conciliar a análise histórico-estrutural dos economistas cepalinos, notadamente Celso Furtado, com as premissas teóricas nacional-desenvolvimentistas do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), sendo estas duas escolas de pensamento integrantes do ciclo desenvolvimentista original. Consoante ao que fazem estas duas matrizes teóricas, será incorporado de forma heterodoxa aspectos da visão materialista da história, como a adoção do conceito marxista de classes sociais enquanto grupos diferenciados pela sua posição relativa e antagônica quanto aos meios de produção. A influência marxista também se corporificará na visão evolucionista da história característica do marxismo latinoamericano no início do século XX, cujo principal contributo foi a tese do dualismo estrutural na sociedade brasileira, ratificada em diferentes termos tanto pelos teóricos isebianos quanto pelo estruturalismo cepalino (MACHADO, 2013; BRESSER-PEREIRA, 2010).

Em um quadro no qual a história é compreendida de forma linear, como a sucessão de etapas definidas pela transformação das relações estruturais que subjazem as sociedades nacionais, o desenvolvimento será visto como um interesse objetivo, supraclassista, determinado pela oportunidade histórica em conjunturas específicas de subverter a ordem social rumo a uma forma de organização superior. No contexto desenvolvimentista original, a oportunidade histórica foi interpretada como a de superar a estrutura atrasada e anacrônica do país, que estaria até então fundada nos termos semifeudais do agrarismo, do mercantilismo exportador de bens primários e da hegemonia política das aristocracias rurais associadas ao imperialismo. Esta transformação, à sua vez, seria possível através de uma dupla revolução, a Burguesa e a Nacional, para instalar no país um Estado Nacional autônomo, base interna e democrática do poder político pautada na associação entre as classes, assim como um regime econômico plenamente capitalista, fundado na difusão do progresso técnico, na expansão do mercado interno, dos salários e no controle nacional da economia (BRESSER-PEREIRA, 2003; 2005)³⁸.

É somente em relação a este interesse objetivo que estarão postados os interesses situacionais das classes sociais e as suas ideologias, sendo estas últimas compreendidas como sistemas de valores e ideias formados a partir de suas aspirações sociais para orientar a sua agência histórica para determinado projeto político, seja este coincidente ou não com seus interesses de classe, ou com os interesses gerais da comunidade no processo de desenvolvimento. A percepção de um quadro no qual existem diferentes formulações ideológicas na sociedade sustentadas por classes distintas, assim como a possibilidade da “falsa representatividade” destas manifestações ideológicas tanto em relação às aspirações individuais das classes quanto aos interesses objetivos da comunidade nacional, é o que abrirá o caminho para a elaboração e a defesa da ideologia nacional-desenvolvimentista como supraclassista e autêntica. O desenvolvimentismo é posto como projeto adequado para mobilizar a comunidade nacional no melhor aproveitamento da oportunidade histórica de desenvolvimento, tendo por consequência a melhora da situação relativa de todas as classes sociais participantes desta comunidade na nova ordem social (MACHADO, 2013, p. 3-4; JAGUARIBE, 2013, p. 65; TOLEDO, 1997, p. 133-137).

³⁸ Nas palavras de Bresser-Pereira (2005, p. 2), “[...] atribuíam o subdesenvolvimento da região não apenas ao atraso decorrente da colonização mercantil da América Latina, mas também aos interesses do centro imperial em manter os países em desenvolvimento produzindo bens primários, e entendiam que o desenvolvimento deveria ser fruto de uma estratégia nacional definida com a participação das burguesias nacionais e dos técnicos do Estado.”

Seguindo esta linha de interpretação, para o Novo Desenvolvimentismo a janela do desenvolvimento tornou-se possível no caso brasileiro porque este país iniciou durante o ciclo desenvolvimentista original ambas as Revoluções Burguesa e a Nacional, fundadas politicamente no pacto desenvolvimentista entre a burguesia industrial, os trabalhadores urbanos e a burocracia estatal. Esta coalizão de classes, formada ao redor da ideologia do desenvolvimento, logrou romper com a hegemonia da aristocracia agrária e das potências imperialistas. Entretanto, a Revolução Nacional não pôde confirmar-se em razão do surgimento de fatos históricos novos que tornaram inviável a manutenção do pacto desenvolvimentista, desviando a classe capitalista do interesse nacional para unir-se contra a ameaça comunista. O resultado deste quadro, no plano político, teria sido a exclusão da classe trabalhadora do bloco no poder e a sua substituição pela tecnoburocracia militar e pelo capital estrangeiro, dando ensejo ao período de radicalização ideológica da ditadura (BRESSER-PEREIRA, 2004, p. 10-11).

Já no plano econômico, o rompimento do pacto desenvolvimentista explicaria o descolamento do padrão de crescimento econômico às necessidades do desenvolvimento nacional, tendo este passado a privilegiar os interesses situacionais das novas classes dirigentes. É neste sentido que apesar do fato de o sistema econômico no período haver se dinamizado e passado a reproduzir-se através da forte acumulação de capital e de incorporação do progresso técnico, tendo por eixo a atividade do setor moderno capitaneado pelas empresas multinacionais, este feito se deu em um quadro de estagnação salarial, agravamento da desigualdade e concentração de renda (BRESSER-PEREIRA, 1977, p. 5-27). Também será compreendida dentro deste movimento de associação das elites nacionais com o capital estrangeiro a adoção da estratégia de desenvolvimento com poupança externa, enquadrada pelo Novo Desenvolvimentismo como o “grande erro” do desenvolvimentismo clássico, responsável pela degeneração da economia nacional a desembocar na crise da dívida externa dos anos 1980, “[...] que interrompeu o crescimento dos países subdesenvolvidos e levou suas elites a abandonarem o desenvolvimentismo clássico e a se jogarem nos braços da ortodoxia liberal e da semiestagnação.” (BRESSER-PEREIRA, 2016b, p. 151-152).

A retomada da Revolução Nacional, assim, dependeria de uma ideologia capaz de forjar novamente a união das classes sob a bandeira do desenvolvimento enquanto meta global da sociedade política. Em sua própria acepção, o Novo Desenvolvimentismo pretende preencher este espaço através de uma proposta alternativa ao Neoliberalismo e ao Populismo, propondo uma formação política e econômica específica às nações de renda média no cenário

global centrada na coalizão de classes política entre a burguesia industrial, os burocratas públicos e os trabalhadores urbanos industriais. A viabilidade desta coalização de classes seria interpretada a partir da oportunidade histórica surgida com o consenso social sobre a inaptidão do Neoliberalismo, que abre novamente espaço para a convergência dos interesses situacionais das classes em busca da mudança estrutural da sociedade a uma nova etapa do capitalismo nacional, fundada desta vez no paradigma da sofisticação produtiva, “[...] quando surgem serviços caracterizados por tecnologia complexa, pessoal qualificado, valor adicionado per capita alto, e salários correspondentemente elevados.” (BRESSER-PEREIRA, 2016a, p. 30; 2016b, p. 145-146).

2.2 O Político, as Classes e a Ideologia do Desenvolvimento

O Novo Desenvolvimentismo justifica o conjunto de medidas que compõe o seu projeto econômico apresentando-se como uma Ideologia estruturada ao redor do objetivo de promover o desenvolvimento no quadro da sociedade nacional. O desenvolvimento é definido como um processo de transformação estrutural da sociedade no interior do capitalismo, pelo qual logra-se incrementar a acumulação de capital, a incorporação de progresso técnico e o padrão de vida da população de um país (BRESSER-PEREIRA, 2004, p. 13-14). Em um ambiente compreendido através do filtro da diferenciação social por classes definidas pela sua posição relativa e antagonica em relação aos meios de produção, a acumulação do capital, de um lado, e a distribuição de renda, de outro, enfeixariam a conexão entre o projeto ideológico, as classes dominantes e as classes dominadas. À sua vez, o desenvolvimento está associado à ideia de Nação e de Estado Nacional, na medida em que para esta corrente é somente no espaço delimitado pela comunidade nacional que aquele pode ocorrer. A organização da nação em torno do Estado, que representa sua unidade política, aparece como determinante para o sucesso do desenvolvimento no capitalismo contemporâneo, na medida em que este é concebido não somente como “[...] um sistema de competição entre empresas, mas também entre estados-nação.” (BRESSER-PEREIRA, 2016b, p. 145).

A ideia de desenvolvimento deve ser compreendida em relação a uma interpretação global do processo social. No caso Novo Desenvolvimentista, ela é pretensamente emprestada do desenvolvimentismo original, com ênfase nas contribuições isebianas, em sua dimensão política, e cepalinas, na sua dimensão econômica. Ambas as interpretações estão vinculadas a uma visão evolutiva da história que explica processo histórico como uma sucessão de fases ou

etapas pelas quais transita a estrutura social, baseadas no padrão histórico assumido pelas suas relações de produção. O exemplo mais claro desta visão é a tese do dualismo estrutural, segundo a qual o contraste entre as nações do norte geopolítico e as nações dependentes é explicada através do binômio sociedades modernas / sociedades tradicionais. Na interpretação mais radical, os países latinoamericanos – ao menos até o início do século XX - não possuiriam características capitalistas, sendo formados essencialmente por estruturas semifeudais legadas pelo seu encaixe histórico e funcional com o mercado mundial na condição de fornecedor de bens primários.

A interpretação dualista repercute sempre em uma perspectiva comparada das nações pioneiras da revolução industrial para explicitar as razões das mazelas sociais acometidas às nações periféricas, que não logravam reproduzir os traços do “progresso” observado no capitalismo central. Ao fazê-lo, toma-se direta ou indiretamente o norte geopolítico como modelo de civilização, e o desenvolvimento passa a ser compreendido como um processo civilizatório pelo qual os países periféricos “atrasados” superam a sua condição, transitando entre as fases já superadas pelo capitalismo central com o objetivo de alcançar o mesmo nível de progresso nas suas forças produtivas. No plano dos pressupostos para esta guinada, a elaboração teórica desenvolvimentista concentrou seus esforços na elaboração da ideia de Revolução Burguesa, que se refere à repetição na periferia do processo de transição ao capitalismo ocorrido no eixo central através da qual a burguesia assume a posição de hegemonia no sistema social e implanta o seu projeto capitalista de sociedade (TOLEDO, 1997, p. 41-55).

A ausência de desenvolvimento das sociedades latinoamericanas será então identificada com a agência de dois fatores elementares, responsáveis pela manutenção da ordem posta afim de preservar os interesses assentados na hierarquização social dela decorrente. O primeiro é a posição dominante da aristocracia agrária no sistema social, cuja base de poder está conformada tanto na estrutura econômica latifundiária e exportadora de bens primários quanto na apropriação personalista desta classe sobre as instituições políticas. O segundo é a agência do imperialismo, identificado com o interesse externo sobre a permanência da exogenia na formação econômica e social nacional afim de privilegiar os interesses dos centros hegemônicos na exploração das áreas subdesenvolvidas. Contra o primeiro fator, os teóricos isebianos exaltarão o papel da burguesia nacional na substituição da aristocracia agrária como classe dominante, submetendo o processo social ao seu projeto de Revolução Capitalista por meio da industrialização periférica. Ao segundo fator, oporão o

nacionalismo e o princípio de associativismo entre as classes em torno do projeto político burguês, condição necessária para transformar a Revolução Capitalista em uma verdadeira Revolução Nacional (JAGUARIBE, 2013, p. 316-320).

O Estado assumirá função relevante nesta elaboração teórica, não somente porque deveria desempenhar papel fundamental na organização das condições necessárias ao avanço do projeto industrializante, mas porque passa a ser compreendido como o epígono da comunidade nacional, principal responsável por definir em nome de todas as classes as leis gerais e as políticas específicas que constituirão a estratégia de desenvolvimento nacional. O caráter idealista da interpretação sobre o Estado como local de manifestação da Unidade Nacional, incorporado como premissa ideológica do nacionalismo, será ponderado ante a reflexão materialista do universo político, através da qual torna-se um Estado formado pela coalizão entre as classes. É a ratificação do seu posicionamento relativo quanto à luta de classes que estruturará o suposto de que uma Revolução Burguesa, para adequar-se aos ditames do desenvolvimento, deveria consolidar-se também como uma Revolução Nacional, ou seja, como um processo de transformação da ordem e reconfiguração das relações de poder subordinado à ideia de nação e aos objetivos gerais da comunidade. O nacionalismo, portanto, age como um elemento integrador que dissimula o antagonismo entre as classes e o caráter classista do projeto político desenvolvimentista através da sobreposição dele pelo princípio da comunidade e da unidade nacional (BRESSER-PEREIRA, 2004, p. 15; 2013, p. 101-103)³⁹.

Esta visão específica do processo político como a sucessão de hegemonias de classe configuradas ao redor do Estado e responsáveis por através dele impor o seu projeto político-ideológico resumir-se-á no conceito de pacto político-ideológico, utilizado para situar a agência histórica das classes sociais ante o binômio estagnação/desenvolvimento. Na interpretação do ciclo desenvolvimentista, as condições políticas da transformação estrutural da sociedade estão subsumidas ao conflito entre o Pacto Oligárquico, que representa a hegemonia política das classes dominantes associadas à economia agrária de exportação em conjunção com o imperialismo internacional, e o Pacto Nacional-Popular, que une a burocracia estatal com as classes ascendentes, substanciadas na burguesia industrial e na classe trabalhadora urbana. O Pacto Nacional-Popular, por sua vez, é identificado como o substrato político que sustenta o projeto de formação econômica e social correspondente às

³⁹ Segundo Bresser-Pereira (2004, p.15-16), “[...] enquanto na revolução capitalista é o conflito que marca a relação capital-trabalho, na revolução nacional o fenômeno marcante é a associação em torno de um projeto de nação dos trabalhadores, dos empresários, e da burocracia detentora de conhecimento técnico e organizacional.”

necessidades históricas do desenvolvimento nacional, que naquele contexto são interpretadas como a independência econômica e política dos interesses externos, a modernização das relações de produção via industrialização e a inclusão das classes trabalhadoras através da proteção ao trabalho e dos benefícios pretensamente inerentes à dinâmica do capitalismo industrializado.

A conexão desta premissa ideológica com as classes dominadas, conjuntamente necessárias na coalizão política para garantir a hegemonia burguesa, teria sido realizada através do Populismo, com a exaltação dos benefícios da sociedade industrial em substituição à condição precária do trabalho na antiga ordem. A concessão de direitos aos trabalhadores no primeiro ensaio do que seria um “Estado Social” e a valorização dos salários, típicos aos regimes bonapartistas que surgiram nesta época nos principais países latinoamericanos, sugeririam a evidência da condição de unidade social no bojo do projeto de desenvolvimento, o qual prometia a melhora sistemática e sustentada do padrão de vida da classe trabalhadora e da sua inserção na própria relação com o capital. Através deste recurso é que se constrói a imagem do Estado como representativo de todos os participantes da coalizão de classes no interior do bloco no poder, apesar de que a hegemonia neste bloco pertença inquestionavelmente à burguesia industrial, que concede ao projeto político e econômico a sua forma e o seu sentido.

O conjunto destas assertivas encontrarão suporte e destaque no maior nível de elaboração teórica do estruturalismo cepalino a respeito da economia política nas sociedades subdesenvolvidas. A condição subdesenvolvida será reinterpretada sob as lentes do estruturalismo histórico, que se propõe a analisar o desenvolvimento das estruturas econômicas através do papel da inovação e do progresso técnico na evolução histórica do capitalismo em uma relação dialética entre a formação nacional e o nível internacional. O subdesenvolvimento será elaborado em termos científicos como a desarticulação entre a absorção de inovações nos padrões de consumo e a acumulação das suas forças produtivas, dada a inserção histórica dos países subdesenvolvidos no mercado mundial como fornecedores de matérias-primas e importadores de bens industrializados. Este quadro teria contribuído para a formação de estruturas econômicas heteronômicas e a exôgenas, caracterizadas pela baixa incorporação e dispersão do progresso técnico, a baixa produtividade do trabalho, a incapacidade de absorção da mão-de-obra disponível e o baixo nível dos salários. Além disso, no mercado internacional, a deterioração dos termos de intercâmbio entre produtos primários e industrializados enfeixaria um movimento de extração

do excedente econômico gerado nos países periféricos em benefício dos países centrais (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 27-29; PREBISCH, 2000; FURTADO, 2013, p. 254-259; PINTO, 2000, p. 569-588).

A superação destes problemas estruturais, por sua vez, permaneceria subsumida à fuga do encaixe centro-periferia através da reorientação da estrutura econômica rumo a de uma economia industrial, o que só seria possível com o planejamento e a intervenção econômica do Estado. Para os autores envolvidos neste debate, o papel do Estado na promoção do desenvolvimento reflete a perspectiva de que a alteração endógena da estrutura econômica se tornaria improvável, já que as decisões econômicas individuais seriam incompatíveis com a antecipação das necessidades macroestruturais e de longo prazo da economia subdesenvolvida (GURRIERI, 1987)⁴⁰. No plano econômico, portanto, as ideias cepalinas completavam aquela perspectiva abrangente e essencialmente política do Iseb. A identificação do encaixe centro-periferia e dos problemas histórico-estruturais das sociedades subdesenvolvidas proviam fundamento científico para a perspectiva normativa inerente ao projeto político isebiano. O programa de industrialização substitutiva legitimava a perspectiva da Revolução Burguesa e Nacional, impulsionando a aspiração pela posição dominante pela burguesia industrial no novo ciclo hegemônico. e a figura do Estado ativo e intervencionista, agindo para solucionar as necessidades estruturais do sistema econômico nacional nos termos da estratégia de desenvolvimento, coadunava com a ideia corporativista do Estado como expressão da unidade política nacional, implícita à expectativa da formação de um Pacto Nacional-Popular. Esta elaboração teórica será recuperada e sintetizada como fundamento para as análises Novo Desenvolvimentistas da realidade periférica brasileira, notadamente através dos trabalhos de Luis Carlos Bresser-Pereira (2004, 2016a, 2016b, 2016c).

A visão proposta pelo autor partirá fundamentalmente da periodização da história proposta pelo Iseb, organizada em três planos: *a*) a sucessão de fases ou estágios civilizatórios percorridos pela comunidade nacional (processo de desenvolvimento); *b*) a sucessão de ideologias que atingem a hegemonia na orientação dos projetos políticos ao redor dos quais organiza-se a ação política das classes sociais; e *c*) a sucessão de ciclo ou pactos interclassistas que sustentam ou atrasam o processo de desenvolvimento. No primeiro plano, o autor assinará os pressupostos Isebianos e Cepalinos ao defender que no processo faseológico pelo qual atravessam as sociedades o desenvolvimento nacional em um sentido estrito tem

⁴⁰ Dentre as quais figuram “[...] as relações entre os distintos setores da estrutura econômica nacional, as relações econômicas com o exterior, as repercussões sociais e políticas das decisões econômicas, as transformações tecnológicas apropriadas e outros.” (GURRIERI, 1987, p. 202, tradução nossa).

como marco inicial a realização da Revolução Burguesa e Nacional, através das quais um grupo ou comunidade converte-se finalmente em uma nação, organiza um Estado Nacional a partir do qual pode organizar sua ação política autônoma e passa às transformações fundamentais em suas forças produtivas que possibilitam a continuidade deste processo de forma sustentada, através da inovação dos métodos produtivos, incorporação do progresso técnico e aumento da produtividade do salário (BRESSER-PEREIRA, 2016c, p. 10-15)⁴¹.

No segundo plano, defenderá que dentro do capitalismo o embate ideológico se resume fundamentalmente na oposição entre as manifestações históricas de duas matrizes ideológicas, o liberalismo e o desenvolvimentismo, sendo o primeiro orientado pela dissociação radical entre o plano político e o econômico, devendo o Estado limitar-se no plano econômico “[...] a garantir a propriedade e os contratos e a administrar de forma responsável suas contas fiscais” (BRESSER-PEREIRA, 2016b, p. 145), e o segundo pela suposição do Estado que intervém moderadamente no mercado e a adoção de razoável nacionalismo econômico, engajando nas relações de mercado sem descuidar do fato de que este processo constituiria no moderno sistema capitalista também uma realidade da competição econômica entre os estados-nação. Ademais, o desenvolvimentismo suporia um Estado dirigido por uma coalizão de classes voltada para o desenvolvimento econômico, liderada em seu bojo pela burguesia industrial, mas com participação de outros recortes de classe, como os burocratas estatais e os trabalhadores urbanos industriais e da burocracia estatal (BRESSER-PEREIRA, 2016b, p. 145).

Por fim, no último plano, a organização das classes sociais, aqui situadas como agentes históricos e núcleo da dinâmica política, será compreendida através dos pactos políticos que realizam ao redor de uma das duas tendências ideológicas, colocando através delas o seu suporte e a sua influência sobre determinado projeto que se torna conjunturalmente dominante. Através dos pactos políticos e de sua composição, também se reflete no modelo de desenvolvimento a prioridade de agenda instituída segundo os interesses imediatos e as aspirações sociais das classes participantes no bloco no poder. Esta agenda de interesses, por sua vez, determina a maneira como é distribuído o fruto do progresso social.

⁴¹ Em suas palavras, “[...] a revolução capitalista acontece para cada povo quando esse povo se torna uma nação, cria um Estado soberano, domina um território, e realiza sua revolução industrial.” (BRESSER-PEREIRA, 2016c, p. 10); “[...] nas sociedades antigas, não havia a ideia do progresso técnico como fonte permanente de aumento da produtividade, nem o conceito e a prática do lucro sistematicamente reinvestido na produção. Isso acontecerá com a segunda revolução da história humana – a Revolução Capitalista -, que se completa quando um povo se transforma em uma nação, realiza sua revolução nacional e constrói um Estado-nação moderno, e, em seguida, realiza sua revolução industrial, e seu desenvolvimento econômico passa a ser realidade e se torna autossustentado.” (BRESSER-PEREIRA, 2016c, p. 15).

Assim, em diferentes ciclos políticos, o modelo de desenvolvimento econômico pode ser mais ou menos permeável às demandas de classes específicas, dentre elas as classes trabalhadoras, cujos interesses sociais são interpretados normativamente como a ampliação do emprego, a elevação dos salários diretos e a ampliação do sistema de seguridade social provido pelo Estado.

Sobre este referencial teórico, os pressupostos Novo Desenvolvimentistas, através dos quais se supõe organizar ao redor do Estado as condições políticas e ideológicas para implementar a nova estratégia de desenvolvimento, estarão empenhados na reconstrução do desenvolvimentismo como ideologia dominante no cenário nacional. Já que o desenvolvimento, nesta senda, é visto como dependente da integração entre a transformação da praça industrial em setor dinâmico da economia, afim de que se possa aproveitar o dinamismo e a incorporação do progresso técnico formalmente associada a esta categoria de atividades a partir das análises cepalinas, com a promoção da equidade social, justificada através do interesse indireto às classes dominantes sobre a estabilidade política e como pré-condição do crescimento econômico através da composição da demanda agregada e da qualificação do mercado de trabalho, este projeto nasce umbilicalmente associado à reconstrução da unidade nacional em um pacto ou aliança de classes encabeçado pela burguesia industrial, mas que dele participem de forma subordinada as classes trabalhadoras e a burocracia pública.

A questão teórica que se coloca, então, é a dos determinantes para viabilizar tal formação política de forma sustentável na nova conjuntura. O vigor deste problema exalta-se sobretudo pela evidência da histórica falência do pacto nacional-popular que sustentou o desenvolvimentismo original, na conjuntura que levará à ditadura militar. Não é fortuito, portanto, que o ponto de partida para a solução deste problema seja o diagnóstico sobre as causas da crise do pacto desenvolvimentista, com vistas à dedução dos pressupostos para a formação de uma nova coalizão de classes. Em um segundo momento, a elaboração enfoca-se na formação política que deu fundamento ao período neoliberal e no porque esta não seria compatível com a retomada da Revolução Nacional. Finalmente, passa-se à explicitação das condições objetivas que permitem postular a oportunidade histórica, no período atual, para a formação de uma nova coalizão de classes, suas características e componentes. Neste sentido, a interpretação é que a ruptura do pacto nacional-popular não ocorreu pela impossibilidade da formatação de uma aliança nacional-popular devido às características subordinadas da burguesia local às elites internacional, ou ainda da subestimação pelos teóricos

desenvolvimentistas do antagonismo inerente às classes sociais no capitalismo, mas pela superveniência conjuntural de fatos históricos não previstos que interviram na sua estabilidade política. Como resultado, sobrepuseram-se no curso da história os interesses imediatos e situacionais das classes dominantes em relação ao projeto nacional e supraclassista, inviabilizando a continuidade da aliança de classes.

Esta reconfiguração histórica estaria no centro do processo que levou à estagnação econômica e a suspensão do desenvolvimento, gerando as condições para o abandono do desenvolvimentismo, a sua substituição pela ideologia neoliberal propagada pelo centro hegemônico e, finalmente, para a conformação do vazio ideológico ao qual o Novo Desenvolvimentismo propõe preencher. O Pacto Nacional-Popular vigente sob o desenvolvimentismo original decorreu do interesse do empresariado industrial sobre o apoio do Estado, que seria concedido na forma de tarifas de importação e do chamado “confisco cambial”. Estas medidas asseguravam proteção ao parque industrial na sua fase infante, e enfeixavam um mecanismo de transferência de renda via política cambial desde os setores tradicionais agrário-mercantis para o setor moderno industrial através do Estado, permitindo a solução interna do investimento necessário à implantação da economia industrial. A luta ideológica na qual estava inserida este pacto opunha-se ao liberalismo, ao agriculturalismo e ao cosmopolitismo defendido pela aristocracia rural, pelo alto comércio ligado ao mercado de importação e exportação e pelas classes médias tradicionais, grupos cujos interesses eram ameaçados pelo desenvolvimentismo, já que lhes convinha manter a sua posição hegemônica através do Pacto Oligárquico que vigera desde a independência. É somente no quadro da oposição entre a burguesia industrial e as classes tradicionais nas camadas dominantes da sociedade que pode ser entendido o posicionamento das forças sociais de esquerda, que representavam neste contexto os interesses da classe trabalhadora (BRESSER-PEREIRA, 2016c, p. 172-173).

Com efeito, os grupos de esquerda mais representativos à época, dentre os quais figurava o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN) e o conjunto dos movimentos sindicais e estudantis, orientados pela tese do dualismo estrutural e da Revolução Burguesa, organizavam-se conjuntamente ao redor de um projeto político que afastava-se da alternativa radical revolucionária, aproximando-se de uma interpretação que associava o nacional-desenvolvimentismo com a afirmação dos direitos sociais pelo Estado. Este posicionamento impunha uma grande coincidência entre o projeto político burguês e o das classes

trabalhadoras, cujas divergências eram menos precisas do que aquelas entre burguesia industrial e as antigas classes dominantes – de fato, cingiam-se ao maior radicalismo da interpretação nacionalista na esquerda, que implicava em uma postura menos receptiva ao papel do capital estrangeiro no interior do processo de industrialização (BRESSER-PEREIRA, 2016c, p. 173-174).

Contudo, durante os anos 1950, a conjuntura internacional teria alterado profundamente este quadro, alterando as escalas da balança. Segundo Bresser-Pereira (2016c, p. 175-178), os fatos novos que explicam esta mudança podem ser organizados sobre cinco eixos principais⁴²: *a*) a eclosão da Guerra Fria e seu impacto no plano latinoamericano, que inflamou e radicalizou os movimentos de esquerda em razão do sucesso da Revolução Cubana, ao mesmo tempo em que difundiu a ideologia reacionária entre as forças militares nacionais através da agência da Escola Superior de Guerra estadunidense e a sua Doutrina da Segurança Nacional; *b*) a consolidação do industrialismo brasileiro, que vigorava em um contexto no qual a indústria de base e de bens de consumo já estava desenvolvida, com a conclusão da etapa final de incorporação da indústria de automóveis e bens de consumo duráveis no governo de Juscelino Kubitschek (JK); *c*) a eclosão da crise de superprodução do café e a queda do seu preço internacional cumulada à perda de importância do sistema de “confisco cambial”, que enfraquecia a posição política das classes ligadas à velha ordem ao mesmo tempo em que solucionava o principal ponto de antagonismo destas com a burguesia industrial; *d*) a desmobilização da burguesia industrial em relação ao nacionalismo, uma vez que o seu principal interesse nesta associação passava a ser garantido de forma estável pela Lei de Tarifas aprovada pelo Congresso; *e*) o fortalecimento do trabalho organizado e a emancipação do sistema sindical em relação ao tutelismo do governo, com a unificação das pautas através do pacto de “Unidade Sindical” e a eclosão de diversas greves trabalhistas.

Em seu conjunto, estes fatores tiveram como consequência a dissolução da divergência entre as classes dominantes, ao mesmo tempo em que asseveravam os conflitos entre estas e a atividade política das classes trabalhadoras. Neste sentido, o fato de maior relevância, na interpretação do autor, teria sido a eclosão da Revolução Cubana, que implicou, do lado do trabalho, na radicalização do movimento operário, e, do lado do capital, no alarmismo das elites em relação ao “risco comunista”. Entre as posições extremas, permanecia a “esquerda moderada”, cujo discurso reformista transitava seu ponto focal desde as políticas de promoção

⁴² A argumentação de Bresser-Pereira organiza esta tese em seis fatos históricos. Na nossa formulação, a difusão da doutrina da segurança nacional e o papel da revolução cubana foram aglutinados no primeiro eixo, que os trata no contexto da eclosão e dos impactos da guerra-fria no contexto latinoamericano.

da industrialização, já superadas pela consolidação industrial, para as reformas estruturais necessárias para “completar a Revolução Nacional”, sobretudo as reformas agrária, urbana, tributária, bancária e a limitação das remessas de lucros pelas empresas multinacionais (BRESSER-PEREIRA, 2016c, p. 179). A conjuntura, entretanto, teria forçado uma escolha da burguesia industrial entre a posição da esquerda moderada, o que significaria aprofundar sua oposição quanto às elites agrárias e conceder maior espaço às classes dominadas no bloco no poder, ou a sua ruptura e adesão à posição política do conservadorismo liberal, com o objetivo de evitar uma radicalização de esquerda, conservando assim as suas conquistas (BRESSER-PEREIRA, 2016c, p. 179-182).

A solução histórica dada a este contexto será a da integração das classes dominantes sob a tutela da tecnoburocracia estatal, sob a liderança dos setores militares então orientados pela doutrina da Segurança Nacional responsáveis por aplicar o golpe de Estado, dando origem ao Pacto Autoritário-Modernizante que se alçou ao poder em 1964 e manteve-se nele durante o período da ditadura militar. Como consequência deste alinhamento entre as elites, a classe trabalhadora será excluída da dinâmica política e terá as suas demandas violentamente reprimidas. O Pacto Autoritário-Modernizante representaria, assim, a imposição dos interesses situacionais das elites dirigentes, no caso a tecnoburocracia estatal, a burguesia cosmopolita e o capital estrangeiro, sobre o imperativo da Unidade Nacional, em um movimento consubstanciado na definição do aumento dos ordenamentos estatais, da taxa de lucro e dos rendimentos do capital externo como prioridades do modelo econômico, o que se deu majoritariamente ao custo do congelamento das condições de vida da classe trabalhadora, que permaneceram estagnadas por grande parte do ciclo militar (BRESSER-PEREIRA, 2016c, p. 191-200).

A crítica do período autoritário é realizada em dois eixos. O primeiro está no plano da política econômica e diz respeito ao fato de que, apesar da orientação desenvolvimentista e até certo ponto nacionalista assumida pelo ciclo militar, neste contexto será introduzida a estratégia de desenvolvimento com poupança externa, cuja radicalização ocorre no ciclo neoliberal. Segundo Bresser-Pereira (2016c, p. 234-237), a estratégia de endividar-se para crescer reflete os interesses imperialistas do capital internacional e tem consequências perversas para o hospedeiro, já que “leva o país, sucessivamente, ao aumento do consumo mais que ao aumento do investimento, à fragilidade financeira internacional, e, afinal, à crise do balanço de pagamentos”. Este componente, que esteve por detrás do período de

aquecimento econômico do “milagre” entre 1969 e 1973, repercutiria na expansão da dívida externa bruta e, finalmente, na crise de solvência da dívida pública no início dos anos 1980.

O segundo eixo de crítica está no plano da conjuntura política, e reflete o fato de que o Pacto Autoritário-Modernizante se constrói sobre a condução do segmento tecnoburocrático em uma dinâmica disfuncional tanto aos interesses da burguesia quanto das classes trabalhadoras. Esta disfuncionalidade seria abrandada nos períodos de aceleração do ciclo econômico, quando a adesão da burguesia ao projeto político estaria fundada na impulsão também uniforme da taxa de lucro, mas se evidenciaria nas fases de desaceleração, quando tornar-se-ia “[...] patente a arbitrariedade do Estado autoritário no seu processo de dividir o excedente econômico.” (BRESSER-PEREIRA, 1978, p. 222). O Estado Autoritário, portanto, seria incapaz de canalizar para o jogo político as dissensões e as disputas no interior das classes dominantes, causando fissuras no bloco no poder. Esta contradição entre a hegemonia econômica da burguesia e o domínio do Estado pela tecnoburocracia autoritária será distendida até o rompimento do pacto nos anos 1980, com a explosão da crise econômica, quando as manifestações da burguesia serão adicionadas à insatisfação das demais camadas populares (BRESSER-PEREIRA, 1978, p. 228-241, 2016c, p. 241-249).

A sucessão do ciclo militar corresponderá a um período de transição no qual as tendências progressistas envolvidas no processo de democratização ensaiarão a construção de uma nova coalizão de classes. A possibilidade da reconstrução de uma aliança que assumisse ao mesmo tempo caráter burguês-capitalista e popular se dá pelo desaparecimento da ameaça de radicalização da esquerda – o “fantasma do comunismo” – e a conseqüente impulsão da confiança burguesa de adicionar a hegemonia política à sua já constituída hegemonia econômica sem o intermédio da tecnoburocracia, quadro que só poderia confirmar-se em um regime democrático⁴³. Este ensaio de formação da nova coalizão política assumirá em um primeiro momento faceta ideológica desenvolvimentista e social, no fluxo da assimilação das pressões populares e da denúncia pela classe trabalhadora do panorama de intensificação da desigualdade e da concentração de renda sofrida pelo país no período anterior. Será esta a

⁴³ BRESSER-Pereira (2016a, p. 259-260) vê este processo como uma função da extraordinária expansão e diversificação da classe burguesa durante o ciclo desenvolvimentista, que havia desenvolvido uma imensa burguesia empresarial substituta da velha burguesia latifundiária e mercantil, o que possibilitou a sua consolidação e aproximação à ideologia capitalista clássica, que cumulava o liberalismo econômico com o liberalismo político, o individualismo, a defesa da iniciativa privada como único regime compatível com a democracia, a valorização da atividade empresarial e do lucro.

coalizão de classes que sustentará o delicado processo de redemocratização brasileira sob o Governo de José Sarney (BRESSER-PEREIRA, 2016c, p. 249-251)⁴⁴.

A desmobilização desta coalizão se dará com o fracasso do Plano Cruzado, que representa a tentativa heterodoxa elaborada pelo governo para a estabilização da crise econômica e hiperinflacionária, o que abrirá espaço para a infiltração da ideologia neoliberal emanada do norte geopolítico, que já se tornara dominante no plano internacional e passava a difundir-se entre as elites domésticas (BRESSER-PEREIRA, 2016a, p. 277-286). Para Bresser-Pereira, o contexto da introdução ideológica neoliberal na dinâmica nacional deve ser compreendido a partir da dualidade que subjaz à elite econômica dos países subdesenvolvidos. A sua decisão política fundamental está sempre posicionada entre a aliança com os trabalhadores e as classes médias que constituem seu mercado interno, com vistas à formação de um consenso ao redor do objetivo comum do desenvolvimento nacional, ou às elites dos países ricos, promovendo a integração de suas parcelas cosmopolitas de forma dependente nas fileiras das elites mundiais (BRESSER-PEREIRA, 2016ca, p. 306).

A escolha pelo Pacto Liberal-Dependente, assim, teria consubstanciado no contexto brasileiro a opção das elites domésticas pela associação com as elites internacionais, tendo por consequência a interrupção da Revolução Nacional e da possibilidade de internalização dos centros de decisão motores de sua economia, fazendo retroceder o país a um encaixe político subordinado e dependente (BRESSER-PEREIRA, 2016c, p. 314). No âmbito do projeto político hegemônico, em contraponto à ideia de identidade nacional inerente ao desenvolvimentismo, a ideologia neoliberal impôs como premissas o cosmopolitismo e o antiestatismo. O primeiro aspecto decorre do imperativo de integração incondicional com o mercado internacional, sem considerar as necessidades do desenvolvimento nacional e com nítida consequência de privilegiar o interesse econômico dos países imperialistas. O segundo decorre da associação da burocracia pública com a ineficiência, o populismo, e a irresponsabilidade fiscal. Ambas as premissas concorrem para desorganizar o plano político nacional e domesticar os seus governos. Nas palavras de Bresser-Pereira (2016c, p. 317):

Para que exerça sua dominação, para que logre continuar extraindo excedente econômico dos países em desenvolvimento por meio do comércio, de empréstimos e de investimentos diretos, ela precisa manter no governo desses países elites dóceis. Nada é mais estratégico para os países ricos do que dividir para reinar, nada mais importante na sua relação com os países de renda média que minar o acordo político

⁴⁴ O maior legado desta formação seria a Constituição Federal de 1988, que formalizou no plano institucional os termos deste consenso na tentativa de conciliar a transição democrática com a manutenção do capitalismo, a diminuição da desigualdade econômica e a retomada do desenvolvimentismo enquanto ideologia nacional.

básico que forma uma nação: o acordo entre empresários ativos, a burocracia do Estado e os trabalhadores.

Ademais do elemento coercitivo pelo qual as reformas liberalizantes foram colocadas como requisitos para que o país acessasse os recursos de salvamento do Fundo Monetário Nacional (FMI), a infiltração da ideologia neoliberal e o conseqüente abandono do projeto desenvolvimentista teria encontrado suporte político, de um lado, porque coaduna com as premissas ideológicas liberais da classe burguesa, cuja tendência é a de apoiar toda manifestação pró-mercado ainda que esta escolha se manifeste contrária aos seus interesses no longo prazo; de outro, por conta da necessidade de pôr fim à grave crise econômica que, através da hiperinflação, colocava em posição de excessiva vulnerabilidade a classe trabalhadora, deprimindo o poder de compra dos seus salários. Neste contexto, o discurso que prometia subordinar a dinâmica econômica de forma radical ao mecanismo de mercado e estabilizar o panorama macroeconômico controlando a inflação tornava-se nitidamente sedutor.

Mesmo tendo gozado de certo sucesso inicial, principalmente na estabilização das pressões inflacionárias que marcaram o período anterior, o “ajuste neoliberal” trouxe conseqüências graves para o processo econômico, com implicações profundas para a perspectiva do desenvolvimento. O período em que permaneceu hegemônico implicou na quase estagnação da economia, com a manutenção de baixas taxas de crescimento, a redução do coeficiente de investimento, a desindustrialização e a precarização das condições de vida dos trabalhadores. Estas conseqüências estariam associadas a desvios no plano macroeconômico induzidos pelo modelo de crescimento ortodoxo subjacente ao projeto neoliberal, que desconsideraria as necessidades estruturais da economia nacional e privilegiaria os interesses dos países “ricos” em submeter os países em desenvolvimento a um regime de dependência da poupança externa, seja na forma de investimentos diretos, seja como financiamento em moeda estrangeira (BRESSER-PEREIRA, 2016c, p. 153).

Se estes aspectos determinaram um amplo retrocesso no balanço político e econômico da década de 1990, teriam contribuído para explicitar a incapacidade do Pacto Liberal-Dependente em organizar sob o projeto neoliberal uma ampla hegemonia, de forma que a conjuntura inaugurada a partir dos anos 2000, de insatisfação e crítica à ideologia neoliberal, abriria novamente para a comunidade nacional a oportunidade histórica do desenvolvimento. Assim como o panorama histórico da década de 1930, para o ISEB, implicou na “feliz coincidência” dos interesses e das ideologias das classes ascendentes com as necessidades

objetivas do desenvolvimento nacional, possibilitando a união destas sob a bandeira do nacional-desenvolvimentismo, o suposto consenso político contemporâneo sobre a falência do neoliberalismo e o exaurimento do desenvolvimentismo clássico formaria a base material para a ascensão de um novo pacto político nacional, organizado ao redor de uma ideologia capaz de atualizar os pressupostos desenvolvimentistas originais às necessidades da atual conjuntura – a Novo-Desenvolvimentista (TOLEDO, 1977, p. 41-55; BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 12-13).

Nesta interpretação, a necessidade objetiva do desenvolvimento está situada no amadurecimento do projeto industrial desde a sua fase de implantação para a fase da promoção de sua competitividade internacional. A questão fundamental, portanto, passa a ser viabilizar no plano econômico as condições necessárias para que as empresas baseadas no território nacional e com capacidade para inserirem-se no comércio exterior engajem no mercado internacional com capacidade de competir com aquelas dos países “desenvolvidos” por mercados de exportação. A expansão da demanda externa seria responsável por garantir e ampliar o escoamento da produção industrial nacional, enquanto os efeitos no plano interno seriam a impulsão do investimento, do emprego e da produtividade do trabalho, sendo estes fatores associados com a ampliação do setor moderno, industrial e exportador. Ademais, o influxo de divisas em moeda forte decorrente da ampliação das exportações jogaria papel fundamental na sustentabilidade do crescimento econômico desde a perspectiva do equilíbrio macroeconômico. Esta conclusão está fundada no diagnóstico de que os países industrializados da periferia incorreriam em uma tendência ao desequilíbrio no balanço de pagamentos, cuja consequência, caso ignorada, é a drenagem das reservas internacionais do país e, no limite, a insolvência quanto aos compromissos externos.

A prescrição, aqui, torna explícita a premissa teórica do papel fundamental concedido à burguesia empresarial no desenvolvimento capitalista. Assim como nas análises desenvolvimentistas originais, o “capitalismo avançado” será visto como um contínuo de inovação e progresso técnico aplicado à produção, responsável por tornar eixo da acumulação o aumento da produtividade do trabalho. Esta condição é explicada pela posição dos setores empresariais modernos no âmbito do capitalismo industrial, que assumiriam como necessidade de sobrevivência o avanço da acumulação do capital e do progresso técnico, na medida em que estes fatores passam a determinar o critério de sucesso ou fracasso na concorrência intercapitalista. A passagem da forma de exploração do trabalho desde a mais-valia absoluta para a mais-valia relativa, embasada no aumento da produtividade do trabalho, explicaria também a dissociação do antagonismo entre a posição da burguesia empresarial e

as classes trabalhadoras, na medida em que tornaria possível ao capital prescindir da supressão do padrão de vida da classe trabalhadora para avançar a sua acumulação – pelo contrário, permitiria até compatibilizar o avanço da acumulação com o aumento dos salários (BRESSER-PEREIRA, 2004, p. 26-27).

O elemento integrador para a consecução dos objetivos nacionais, à sua vez, é a subordinação do Estado e de suas políticas à estratégia de desenvolvimento. O Estado, na visão Novo-Desenvolvimentista, cumpre papel complementar às instituições privadas, agindo em situações nas quais a lógica da competição intercapitalista não é capaz de assegurar o correto direcionamento dos processos econômicos e sociais. No âmbito econômico, este papel está associado à garantia das condições gerais para a acumulação capitalista, organizando “[...] os meios necessários para que as empresas possam investir e aumentar continuamente a produtividade.” (BRESSER-PEREIRA, 2016c, p.148). Caberia ao Estado assumir o protagonismo através de uma política econômica ativa nos ambientes onde não há ou não deve haver competição, “[...] como é o caso das empresas de infraestrutura, das empresas de insumos básicos e dos grandes bancos *too big to fail* [...]”, e na garantia da conformidade dos preços macroeconômicos com as necessidades do pleno emprego e do crescimento (BRESSER-PEREIRA, 2016c, p. 146). De outro lado, no âmbito social, o Estado deveria ser capaz de assegurar a estabilidade política necessária ao desenvolvimento, o que significa assumir a forma democrática, única adequada à mediação política dos conflitos sociais no interior do bloco no poder, e intervir no processo social para “[...] garantir segurança, a liberdade individual, a diminuição da desigualdade, e a proteção do ambiente.” (BRESSER-PEREIRA, 2016c, p.148).

A direção do Estado, no entanto, é vista como uma função do equilíbrio conjuntural de forças entre as classes sociais, sendo estas os verdadeiros agentes do processo histórico. As classes, por sua vez, articulam-se no universo político através de coalizões, alianças e pactos políticos responsáveis por ditar o projeto que se torna dominante em dado contexto. Neste sentido, ante a percepção do antagonismo entre os interesses da nação e os interesses das elites dos países “ricos” no contexto do capitalismo globalizado, o Novo Desenvolvimentismo defende a necessidade da tomada de consciência das classes componentes da nação brasileira para a formação de um novo “Pacto Desenvolvimentista e Social”. Este Pacto possuiria como dirigente a burguesia industrial, titular natural da posição hegemônica dentro do bloco no poder já que é não só a economicamente dominante como também o centro de gravidade do projeto político. Entretanto, para que fosse garantida a vinculação do pacto político com os

interesses da nação, participariam também da coalizão política, ainda que de forma subordinada, a burocracia pública e a classe trabalhadora em sua fração dos trabalhadores industriais urbanos. Apostando no equilíbrio de poder no interior desta composição de classes a dirigir o Estado, o Novo Desenvolvimentismo acredita que seria possível entabular um ciclo virtuoso de “desenvolvimento com equidade social”, capaz de modernizar a sociedade nacional e livrá-la no longo prazo das mazelas do subdesenvolvimento.

2.3 A Crítica do Ortodoxia Convencional e a “Nova Estratégia de Desenvolvimento”

A visão econômica Novo Desenvolvimentista parte do diagnóstico de que desde a crise da dívida pública dos anos 1980, os países latinoamericanos passaram a conformar a sua política econômica segundo as diretrizes emanadas dos atores-chave do sistema econômico internacional: os países centrais, as organizações do sistema financeiro internacional e as corporações multinacionais que investem no exterior. Esta influência externa, que Bresser-Pereira identificará como o “Segundo Consenso de Washington”⁴⁵, partiria do pensamento de que os países endividados não possuiriam poupança interna suficiente para financiar o seu próprio crescimento econômico. Como alternativa, a proposta seria que recorressem aos investimentos estrangeiros disponíveis no mercado financeiro internacional, decorrentes do excesso de poupança nos países desenvolvidos. O pressuposto desta afirmação seria de que nestes países de menor intensidade de capital e menor renda *per capita* o retorno sobre o capital seria maior, o que implicaria em um estímulo tendencial para que o fluxo de capital migrasse em sua direção. Este movimento, ainda, seria de benefício mútuo, uma vez que asseguraria ao país hospedeiro o fluxo de recursos necessários ao financiamento de seu crescimento econômico, e ao país exportador forneceria ocupação para o excesso de poupança disponível em suas economias, garantindo participação sobre taxas de retorno maiores do que as oferecidas em seus mercados internos (BRESSER-PEREIRA; NAKANO, 2003; BRESSER-PEREIRA, 2003a).

A viabilização desta estratégia, no entanto, requereria uma série de ajustes estruturais. Os países interessados deveriam promover a abertura de suas contas de capital e conectar-se aos fluxos financeiros internacionais. Além disso, a sua política macroeconômica

⁴⁵ A expressão “Segundo Consenso de Washington”, cunhada por Bresser-Pereira, faz referência ao aprofundamento das ideias liberalizantes que pautaram o relacionamento do FMI e do Tesouro Americano com os países endividados durante a década de 80, e que convencionou chamar-se de “Consenso de Washington”. Em relação a este, a particularidade do “Segundo Consenso” seria a inclusão das pressões pela queda nestes países das barreiras sobre os fluxos internacionais de capitais (BRESSER-PEREIRA; NAKANO, 2003, p. 8).

deveria adequar-se às necessidades dos investidores internacionais, cujo interesse está embasado no acesso às oportunidades de negócio e na segurança de seus investimentos. Este “ambiente ideal” para o investimento, por sua vez, estaria remetido a um panorama de limitada intervenção, promoção do livre-mercado e capitulação de uma política macroeconômica “confiável” – esta última associada à priorização do equilíbrio orçamentário sobre o equilíbrio das contas externas, envolvendo cortes fiscais e o controle das pressões inflacionárias (BRESSER-PEREIRA; NAKANO, 2003, p. 14-20). Como vimos, no caso brasileiro estes ajustes foram adotados como linha mestra da ação institucional a partir do conjunto de medidas que acompanharam os Planos Collor e Real – as privatizações, a abertura comercial, a abertura da conta de capitais, a imposição do regime de metas fiscais superavitárias e o controle da crise inflacionária através da dolarização da moeda e da elevação da taxa básica de juros da economia (BRESSER-PEREIRA, 2003a; SILVA; MICHEL, 2005; PAULA, 2003; PAULANI; PATO, 2005).

A credibilidade do ajuste neste contexto foi impulsionada pelo seu sucesso em estabilizar conjuntamente as principais pressões que ocasionaram a desagregação econômica e social na transição da década, quais sejam, a hiperinflação e a instabilidade cambial, e, além disso, pelos expressivos resultados quanto à internalização de recursos externos através do mercado financeiro internacional, atingindo o seu auge no governo de Fernando Henrique Cardoso – se até 1994 o país recebia no máximo 2 bilhões de dólares por ano de investimentos estrangeiros, depois do Real o país passou a receber, em média, 2 bilhões de dólares por mês em investimentos diretos (BRESSER-PEREIRA, 2003a). O aquecimento econômico decorrente da reinserção nacional no rol de receptores do fluxo internacional de capitais contribuiu para que os princípios subjacentes à política econômica fossem convertidos na linha mestra que regeria a condução estatal da economia a partir de então, mantendo-se o controle inflacionário e orçamentário como principal foco da política econômica e a poupança externa como principal fator de financiamento do crescimento - conformando o que Renaut Michel referiu-se como “estratégia de estabilização articulada com um modelo de desenvolvimento liberal” (SILVA; MICHEL, 2005, p. 172-173). Ainda que se tenha seguido à risca a “cartilha” proposta do “Segundo Consenso”, entretanto, não se seguiu o esperado ciclo virtuoso de crescimento e estabilidade - o desempenho econômico permaneceu atrelado às baixas taxas de crescimento, a desigualdade social agravou-se e o cenário macroeconômico foi entrecortado por episódios de instabilidade evidenciada pelas crises cambiais e ataques especulativos (BRESSER-PEREIRA, 2002, p. 361-365).

A interpretação fornecida pelos Novos Desenvolvimentistas deste panorama econômico desfavorável o identificará com desvios estruturais nas premissas neoliberais. Na formulação de Bresser-Pereira e Nakano (2003, p. 11-15), o primeiro ponto de crítica corresponde ao fato de que a aplicação acrítica daquelas premissas ignora a influência de fatores da economia real atinentes aos países de estrutura econômica similar à brasileira, em que a estratégia de desenvolvimento com poupança externa encontra um nível de endividamento já elevado e estão ausentes os pressupostos necessários para a conversão da poupança externa disponível em investimento produtivo, notadamente a existência de baixas taxas de juros e de uma taxa de câmbio competitiva capaz de gerar superávits comerciais suficientes para manter o equilíbrio intertemporal do balanço de pagamentos. Esta miopia do prescissionário neoliberal geraria um equívoco interpretativo com consequências deletérias sobre a dinâmica econômica, dentre elas a incapacidade de aproveitar produtivamente os ingressos de capital externo:

Quando se correlaciona ingresso de poupança externa com aumento da acumulação interna de capital, presume-se que todos os recursos disponíveis por meio das poupanças interna e externa estão produtivamente investidos na economia de cada período. Isso só é possível se o país, além de ter uma forte classe empresarial interna e um governo engajado em políticas industriais, tecnológicas e comerciais ativas e competentes, tiver atingido estabilidade macroeconômica — que aqui não é entendida apenas como estabilidade de preços. A macroestabilidade exige também taxas de juros relativamente baixas, condizentes com relações de dívida mantidas sob controle e com o correspondente risco-país, e uma taxa de câmbio ‘realista’, que assegure superávits comerciais suficientes para garantir o equilíbrio intertemporal do balanço de pagamentos. (BRESSER-PEREIRA; NAKANO, 2003, p. 14).

Ocorre que, diferentemente do preconizado pelo discurso neoliberal, os recursos internalizados através da conta capital conversível não seriam direcionados para a esfera da produção, incrementando a taxa de investimento e ampliando a capacidade produtiva (e de pagamento) da economia, mas à esfera do consumo, dado o panorama desestimulante aos investimentos produtivos engendrado pelas altas taxas de juros e pelo poder de compra ampliado através da valorização cambial. Quebrada a cadeia pela qual a internalização de recursos externos torna-se investimento, este investimento em nova capacidade produtiva, e esta, posteriormente, em produto ampliado capaz de arcar com os compromissos financeiros assumidos no início do ciclo econômico, o crescimento é substituído por endividamento, novas pressões inflacionárias decorrentes do aquecimento do consumo e pela tendência deficitária nas contas externas, já que a propensão ao consumo com moeda valorizada impulsiona o fluxo de importações sem o movimento correlato nas exportações.

A questão da política monetária entra em pauta quando se trata de remediar estas consequências, evidenciando o caráter cíclico da profilaxia ortodoxa. Se segundo a posição ortodoxa a política econômica do Estado deve ser orientada pela não-intervenção, salvo ante a necessidade de estabilizar a dinâmica de preços, a postura esperada para lidar com o desequilíbrio econômico e monetário recairia longe de sua causa real, isto é, a dinâmica decorrente da valorização cambial, elevada taxa de juros e o desequilíbrio das contas externas da economia. Pelo contrário – a ênfase do papel do Estado recairia no controle da dinâmica de preços, reservando a estabilização dos demais fatores ao funcionamento do mecanismo de mercado, o que implica grosso modo na subordinação da política econômica à tarefa de controlar as pressões inflacionárias no plano da demanda através da elevação da taxa básica de juros. Ocorre que o aumento da taxa de juros, sobretudo em um panorama no qual tal taxa já se encontra exorbitantemente elevada, agravaria o problema estrutural, já que desestimularia por consequência o investimento produtivo interno dentre outras graves consequências, como a projeção da dívida pública (BRESSER-PEREIRA; NAKANO, 2003; OREIRO, 2012, p. 34).

Ainda, a abdicação de qualquer controle sobre o fluxo de capitais implicaria em uma espécie de “disciplina” dos governos pelo mercado, na medida em que as políticas consideradas “não eficientes” sofreriam repressão através da fuga de capitais. Uma vez posto em marcha o processo de abertura da economia, torna-se muito difícil reorientar a política econômica para lidar com suas causas reais – em uma dinâmica que Bresser-Pereira chamou de “armadilha da taxa de juros/taxa de câmbio”. Isto porque a entrada de capitais passa a financiar o déficit do balanço de pagamentos e a rolagem da dívida pública, e é incentivada pelo diferencial entre a taxa de juros interna e a externa. Desta forma, ao determinar a queda da taxa de juros, a autoridade monetária desencadeia uma diminuição do fluxo de entrada de capitais, ameaçando o equilíbrio da economia pelo incremento do déficit em conta corrente e pela depreciação cambial, com efeitos conexos na geração de pressões inflacionárias. A inflação, por sua vez, põe em risco o sistema de metas inflacionárias, e a alternativa reservada à autoridade monetária para reverter o encadeamento de consequências da queda da taxa de juros é voltar a elevá-la (BRESSER-PEREIRA; GOMES, 2009).

Por fim, a questão estrutural seria agravada pela abdicação acrítica do potencial transformador da ação do Estado não só pela sua política cambial e monetária, já que nos termos desenvolvidos acima torna-se evidente que nesta perspectiva não se assume como

fazem os neoliberais a premissa da neutralidade da moeda e da política monetária do Estado⁴⁶, mas também pela sua política fiscal, isto é, da capacidade estatal de indução dos processos econômicos através da aplicação estratégica dos recursos percebidos indiretamente da acumulação capitalista através da tributação ou do endividamento do setor público (MOLLO; AMADO, 2015, p. 7). Desde o ponto de vista ortodoxo, o crescimento econômico sustentável e não-inflacionário depende de poupança prévia, a qual representa a opção dos agentes econômicos privados, verdadeiros condutores do processo econômico, pelo consumo futuro. A poupança privada, entendida neste sentido, atua duplamente no plano da oferta, como fundos para o incremento do investimento, e no plano da demanda, como expectativa de consumo diferida para os bens produzidos com a capacidade produtiva ampliada. Esta atuação dupla é o que garante o caráter não inflacionário do crescimento, já que se equilibram oferta e demanda futura (MOLLO; FONSECA, 2013, p. 224-225).

Ocorre que, para a ortodoxia, a intervenção Estatal através de uma política fiscal expansionista significa uma transferência de recursos do setor privado para o público, afetando este equilíbrio através do processo de *crowding-out* derivado da concorrência do Estado com os atores privados pelos recursos disponíveis, que têm como consequência a elevação dos juros, a redução do investimento privado e a projeção de pressões inflacionárias pelo incremento de demanda, neutralizando por sua vez os efeitos macroeconômicos pretendidos pela própria intervenção (HERMANN, 2006, p. 7-8; MOLLO; FONSECA, 2013, p.225; MOLLO; AMADO, 2015, p. 7). Esta visão, que prevalece nas perspectivas neoclássicas, é asseverada pela ideia inerente ao neoliberalismo de ineficiência do Estado em relação ao Mercado, sobretudo quanto à questão da alocação dos recursos. Os defensores do Neoliberalismo, assim, defendem que a liberalização e a privatização, ao privilegiar a condução do processo econômico pelos atores privados mediado pela competição, eliminam os trâmites burocráticos, incrementam a eficiência e a produtividade, melhoram a qualidade das mercadorias e reduzem tanto os custos diretos quanto indiretos. O papel do Estado, portanto, deve ser reduzido aquele do agente regulador, responsável por assegurar somente os mecanismos essenciais para segurança necessária às previsões dos agentes econômicos individuais – os direitos de propriedade individual, o império da Lei e as instituições de livre-

⁴⁶ Como colocam Mollo e Amado (2015, p. 7), “[...] as prescrições ortodoxas relacionam-se com a aceitação a curto ou a longo prazo de alguma versão da teoria quantitativa da moeda, e, em particular, com o argumento de neutralidade da moeda já mencionado. É por considerar que a moeda não afeta de forma duradoura os fatores reais da economia, como produção ou emprego, que a ortodoxia liberal nega um papel à política monetária no estímulo ao crescimento. De fato, só o argumento de neutralidade da moeda a curto ou a longo prazo garante que uma impulsão monetária tenha como única consequência a inflação, uma vez que não afeta de forma duradoura a produção e o emprego.”

mercado. São estes últimos, e não o Estado, os responsáveis por assegurar o progresso técnico, a maximização do produto social e a distribuição meritocrática dos proventos (HARVEY, 2008, p. 73-74).

Evidentemente, a premissa da superioridade absoluta do mercado em relação ao Estado na condução do processo econômico é afastada pela visão heterodoxa ensaiada pelos desenvolvimentistas originais. Para estes, cujas bases teóricas são explicitadas principalmente pelas das teses da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) nos anos 1960, a agência de fatores histórico-estruturais específicos aos países subdesenvolvidos impedem que o processo de desenvolvimento se dê de forma “natural”, ou seja, apoiado somente nos mecanismos de mercado. É na condição de fatores histórico-estruturais atrelados ao subdesenvolvimento que interagem o encaixe centro-periferia com suas causas e consequentes, a heterogeneidade estrutural, a incompatibilidade na estrutura da oferta e da demanda, a figura da dependência tecnológica e a tendência ao desequilíbrio no balanço de pagamentos, sendo estes os conceitos-chave para compreender a tese da incapacidade de retenção do progresso técnico nas economias subdesenvolvidas latinoamericanas – e, através dela, da reprodução do seu subdesenvolvimento (MOLLO; FONSECA, 2013; MOLLO; AMADO, 2015).

Na medida em que o processo de desenvolvimento encontrar-se-ia obstado por estes problemas estruturais, derivados da evolução destas economias condicionadas por fatores históricos, sobretudo de seu passado colonial e agrário-mercantil, o ponto focal da sua promoção passa a ser a solução destes entraves estruturais e dos pontos de estrangulamento nele embutidos, notadamente através do desenvolvimento tecnológico, da diversificação econômica baseada no mercado interno e em sua dinâmica (MOLLO; AMADO, 2015, p. 5). Entretanto, se a estruturação do mecanismo de mercado nos países periféricos se dá justamente através dos elementos evidenciados pela análise histórica-estrutural, a alteração endógena da estrutura econômica torna-se improvável, e a sua promoção passa a depender da intervenção de um fator exógeno. A condensação deste suposto está na tese de que apesar da eficiência natural do mercado na alocação de recursos baseada nas expectativas individuais, no caso das nações periféricas esta forma de alocação possuiria debilidades associadas à falta de uma perspectiva global de tomada de decisões, tornando-o incapaz de adereçar adequadamente questões macroestruturais, como “as relações entre os distintos setores da estrutura econômica nacional, as relações econômicas com o exterior, as repercussões sociais e políticas das decisões econômicas, as transformações tecnológicas apropriadas e outros”

(GURRIERI, 1987, p. 202, tradução nossa). A condição de fator exógeno ao mercado capaz de suprir em termos de complementariedade o vácuo deixado pela falta de coesão necessária dos atores econômicos privados para adereçar os problemas estruturais do desenvolvimento será assumido justamente pela figura do Estado. O Estado, enquanto força política e econômica centralizada, teria condições de atuar no sentido contrário das tendências debilitantes do mercado no caso das economias periféricas, organizando a cena privada segundo uma perspectiva global e de longo prazo orientada pelas necessidades estruturais do programa de desenvolvimento (GURRIERI, 1987, p. 204-205).

Os Novos Desenvolvimentistas se posicionarão ao lado da heterodoxia estruturalista, da qual extraem as suas raízes teóricas, reafirmando a centralidade do papel do Estado na condução do processo de desenvolvimento e do papel da sua política monetária e fiscal para a aceleração do crescimento econômico. Novamente, não se trata da defesa da substituição do Mercado pelo Estado, mas da intervenção econômica em caráter de complementariedade, agindo sobre os pontos de estrangulamento peculiares de sua construção histórico-estrutural que não podem ser adereçados pelos atores privados dada a sua motivação induzida por fatores egoístas mediados pelo mecanismo da competição intercapitalista. Assim, na dicção dos Novos-Desenvolvimentistas, deve existir a conjugação de um Estado Forte com um Mercado Forte, partindo-se do entendimento que a subordinação da política econômica ativa aos objetivos do desenvolvimento funcionaria como um catalizador necessário para fortalecer o mercado na forma como se apresenta historicamente na periferia (BRESSER-PEREIRA, 2006; MOLLO; FONSECA, 2013).

A questão fundamental, entretanto, torna-se a definir em que sentido, com quais instrumentos e para quais objetivos deve ser direcionada a dita intervenção estatal. É na resposta a esta questão que restará o principal ponto de rompimento da nova escola em relação a seus predecessores. Com efeito, no ciclo desenvolvimentista inicial, a premissa estruturalista foi utilizada para suportar do ponto de vista teórico e ideológico a aplicação histórica do Modelo de Substituição de Importações (MSI) e da forma estatal a ele correspondente. Na percepção Novo Desenvolvimentista, a oportunidade histórica do MSI teria se exaurido com o relativo sucesso na implantação de um parque industrial em algumas economias periféricas. A conjuntura histórica que se seguiu, no entanto, exigiria a realocação do objetivo inicial para a consolidação do padrão econômico implantado, no que implica o abandono das medidas inerentes ao MSI para a aplicação de uma renovada “Estratégia

Nacional de Desenvolvimento” (PAULA, 2006; BRESSER-PEREIRA, 2006; 2016; OREIRO; MARCONI, 2016).

A visão global da conveniência do intervencionismo no MSI será posta em correspondência com as políticas de indução à economia industrial nos países não-industrializados, com o suporte da atuação do Estado “como agente planejador, financiador e produtor direto (insumos básicos e infraestrutura), coadjuvado pelas empresas multinacionais que se situaram nos segmentos mais dinâmicos da indústria de transformação” (PAULA, 2006, p. 47; BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 6). A justificação deste direcionamento está na necessidade de superação dos obstáculos postos à industrialização tardia, dentre os quais podem ser citados a ausência dos pressupostos naturais da industrialização, como a formação da indústria de bens de capital em anterioridade à de transformação e bens de consumo com as limitações disto decorrentes, principalmente na incapacidade de expansão autônoma da capacidade produtiva e na pressão sobre a Balança de Pagamentos dada a necessidade de importação de bens de capital, e a incapacidade de antecipação da iniciativa privada na realização dos chamados “investimentos de base”, que via de regra devem ser realizados em um ambiente de demanda insuficiente e por isto tiveram de ser assumidos diretamente ou induzidos pelo Estado através da política econômica (TAVARES, 2011, p. 72-82). Dentro deste quadro, o centro de gravidade da estratégia de desenvolvimento está na proteção à indústria nacional, o foco no mercado interno como motor do desenvolvimento e a redução do coeficiente de abertura da economia (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 8-9).

Na interpretação Novo Desenvolvimentista, apesar da conveniência desta postura governamental na conjuntura da passagem desde a economia agrário-mercantil para a economia industrial, passada a fase inicial de substituição de importações nos setores de bens de consumo (ou substituição “fácil”) esta estratégia de desenvolvimento passaria a apresentar graves distorções na dinâmica do mercado, sendo estas distorções as responsáveis pela falência do modelo. Dentre estas distorções está a insuficiência da demanda pelos produtos do novo setor dinâmico dado o foco no mercado interno e o baixo coeficiente de abertura econômica, uma vez que a estrutura deste mercado interno é atravessada por um grave problema de concentração de renda, o que implica em grandes limitações à economia de escala e a especialização da parcela moderna da indústria nacional na produção de bens de consumo de luxo, afim de absorver o mercado restrito formado pelas parcelas abastadas da população. Ao mesmo tempo, esta limitação imporá uma pressão cada vez maior sobre a

relação capital-trabalho, gerando por consequência tanto o acréscimo da concentração de renda via intensificação da exploração quanto a diminuição da produtividade do capital (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 8-9).

A política econômica Novo Desenvolvimentista girará sobre três aspectos fundamentais: *a)* o direcionamento da linha mestra da economia do ponto de vista da demanda ao modelo *export led*, com nítida inspiração na experiência dos tigres asiáticos durante a década de 1990; *b)* a redução da vulnerabilidade externa através da alteração do padrão de financiamento do crescimento econômico desde o modelo de desenvolvimento com poupança externa (ou “com dívida”), típico do modelo neoliberal, para um modelo de desenvolvimento baseado no financiamento interno público e privado; *c)* a inclusão das classes dominadas no processo de desenvolvimento através de políticas sociais e econômicas do Estado, sendo estas focadas no fornecimento universal de serviços básicos ou estruturantes da inovação e do mercado de trabalho, como saúde, educação e qualificação profissional.

Em relação ao primeiro ponto, a premissa é de que o país já conta com um parque industrial moderno e capaz de concorrer com os centros do capitalismo mundial no mercado externo. Entretanto, este potencial é minado pelo ambiente macroeconômico desfavorável formado principalmente pelo câmbio artificialmente valorizado, sendo este fato decorrente de questões da estrutura econômica ou da política monetária, como o modelo de financiamento da economia com poupança externa, a âncora cambial e a política de juros altos como fundamentos do combate inflacionário, e os efeitos da “doença holandesa” (BRESSER-PEREIRA; NAKANO, 2003; BRESSER-PEREIRA; GOMES, 2009; BRESSER-PEREIRA; MARCONI; OREIRO, 2009). A questão cambial afeta a competitividade das empresas brasileiras por converter-se em um sobrepreço injustificado aos seus produtos no mercado externo, causando como efeito direto a diminuição do coeficiente de exportações do setor manufatureiro e, indiretamente, a desindustrialização (OREIRO; FEIJÓ, 2010). Este fato seria ocultado pelo discurso dos países hegemônicos através da defesa ideológica da ortodoxia liberal, que combate a necessária administração da taxa de câmbio pelos países subdesenvolvidos a associando ao protecionismo e à irresponsabilidade fiscal. A continuidade do desenvolvimento econômico, assim, dependeria principalmente do reempoderamento estatal sobre a política macroeconômica, promovendo a desvalorização cambial para o nível de “equilíbrio industrial”, ou seja, aquele necessário para tornar competitiva a exportação dos produtos das empresas que

empregam tecnologia no “estado da arte” mundial⁴⁷ (PAULA, 2006, p. 52-55; BRESSER-PEREIRA, 2012, p. 10-11, 2016, p. 30-34; OREIRO, 2016, p. 170-171).

Além disso, a lógica da orientação da política econômica ao mercado de exportação estaria alinhada com a mitigação dos problemas estruturais das economias de renda média. A neutralização da “doença holandesa” e o impulso sobre o coeficiente de importações significa o alívio da pressão causada pela dependência tecnológica e pelo aumento do consumo em moeda estrangeira sobre o balanço de pagamentos, fortalecendo a economia contra as crises cíclicas do setor externo. A competição no mercado externo como fator dinâmico, por sua vez, teria papel fundamental no incentivo à inovação e à modernização das empresas, tendo em vista a necessidade de permanecerem competitivas ante o padrão internacional. Por fim, diferentemente do panorama observado no ciclo desenvolvimentista, no qual o foco no mercado interno teria imposto graves restrições à economia de escala e, por consequência, à produtividade do capital, a conquista do mercado externo permitiria a expansão da rentabilidade embasada neste mecanismo, privilegiando o acréscimo de produtividade e aliviando indiretamente a pressão sobre a exploração do trabalho, do que resulta, em tese, como consequência política relevante uma maior compatibilidade entre os interesses da burguesia interna e externa atuante no país e as demandas das classes trabalhadoras.

Quanto ao segundo ponto, trata-se fundamentalmente da conta de capitais, e o foco está em evitar a vulnerabilidade a qual o país fica exposto quando a economia está aberta, sobretudo quanto aos problemas relacionados com a entrada e saída de capitais, sendo estas inerentes ao “modelo de desenvolvimento com poupança externa”. O fator chave deste argumento é a relação entre a abertura da economia e o diferencial entre a taxa de juros interna e externa. Com efeito, em um ambiente de economia aberta, a permanência de elevadas taxas de juros no mercado interno atrai capitais especulativos que a vulnerabilizam, tornando-a exposta à volatilidade dos fluxos de capitais e aos seus efeitos (SICSÚ, 2002, 2008; OREIRO; SICSÚ; PAULA, 2003; CARVALHO; SICSÚ, 2004).

Os efeitos desta volatilidade manifestam-se de variadas maneiras. A primeira delas é o impacto na taxa de câmbio causado pela internalização excessiva de capital nos ciclos de aquecimento da economia. Nesta fase, o acréscimo da demanda pela moeda nacional

⁴⁷ Segundo Bresser-Pereira (2012, p. 11): “Uma taxa de câmbio em um país que não sofra da doença holandesa (são raros os países em que isso ocorre se utilizarmos o conceito amplo de doença holandesa) é a taxa câmbio que equilibra intertemporalmente a taxa de câmbio: a taxa de câmbio de “equilíbrio corrente”; nos demais países, é a taxa que viabiliza setores econômicos comercializáveis produzindo bens e serviços com utilização da tecnologia mais avançada no mundo, é a taxa de equilíbrio industrial.”

impulsionada pelos capitais especulativos faz com que se valorize o câmbio, reduzindo a competitividade em geral das empresas domésticas e desestimulando o investimento produtivo. Como efeito conexo ao primeiro item, o ambiente desestimulante para o investimento impulsiona o consumo e direciona os capitais especulativos para a busca de valorização na esfera financeira em detrimento da produtiva. Em seu contexto geral, esta ocorrência suprime a premissa de que a abertura da economia permitiria a expansão da capacidade produtiva, em seu lugar contribuindo para a expansão do endividamento dos setores público e privado. Ao mesmo tempo, nas fases descendentes do ciclo e também como reação a quaisquer ocorrências ou políticas interpretadas negativamente pelo mercado, a preferência dos investidores por liquidez em moeda forte impõe a reversão do fluxo de capitais, dando ensejo a fugas abruptas capazes de desequilibrar o cenário macroeconômico e gerar profundas crises, sejam as crises cambiais derivadas dos ataques especulativos contra a moeda nacional ou as do balanço de pagamentos, derivadas da drenagem sobre as reservas internacionais do país (SICSÚ; CARVALHO, 2004, p. 172-173; SICSÚ; PAULA; MICHEL, 2005, p. XIV-XVI; SICSÚ, 2008).

A dinâmica perversa da volatilidade dos fluxos de capitais, quando interpretada à luz da autonomia estatal, evidencia ainda outras consequências à adoção de uma política de desenvolvimento. Dada a dependência do financiamento da economia frente aos capitais externos, torna-se altamente improvável o desalinhamento da política estatal ante as premissas e os padrões neoliberais, os quais, em sua essência, sustentam a possibilidade da aferimento de rendimentos extraordinários aos capitais especulativos através da arbitragem com as taxas de juro e de câmbio. Isto porque, ao tomar as providências necessárias para realinhar a dinâmica econômica aos rumos do investimento produtivo e do crescimento econômico, notadamente através de políticas monetárias e fiscais expansionistas, a reação negativa do mercado expressa através da fuga de capitais impõe a desestabilização da economia e obriga a ação conservadora do Estado, que geralmente responde através dos instrumentos que têm em mãos, quais sejam, a elevação da taxa de juro e a retração fiscal (SICSÚ; CARVALHO, 2004, p. 169-182).

A reversão deste panorama vincular-se-ia principalmente na substituição do padrão de financiamento da economia desde a poupança externa para a poupança interna, baseada no binômio Estado e capital privado nacional, impondo controles de capitais afim de atenuar os fluxos e filtrá-los quanto à qualidade dos investimentos, de forma a atrair capitais de maturidade mais longa (OREIRO; SICSÚ; PAULA, 2003, p. 127). Por sua vez, em um

ambiente com equilíbrio externo, proporcionado pelo adequado controle de capitais, a desvinculação do Estado em relação às pressões decorrentes da fuga de capitais permitiria o avanço do projeto de estabilização através de ambas as políticas monetária e fiscal expansionistas. No plano macroeconômico, desde esta interpretação, a política monetária teria como linha mestra a redução sistemática da taxa de juros. A justificativa é clara – ao reduzir o custo do capital através de taxas de juros nominais mais baixas, a intervenção estatal interferiria no *finance motive*, induzindo a propensão privada a investir produtivamente. Além disso, a manutenção de taxas de juros mais baixas reflete imediatamente na administração da dívida pública, reduzindo o custo dos títulos da dívida a ela indexados direta ou indiretamente. A consequência natural é a ampliação da capacidade financeira do Estado, que se veria livre para direcionar o diferencial em gastos produtivos, incrementando à sua vez a taxa de investimento e através dela o emprego e a renda (OREIRO; SICSÚ; PAULA, 2003, p. 119-128; SICSÚ, 2008, p. 20-24; MOLLO; AMADO, 2015, p. 11-14).

Por fim, o Novo Desenvolvimentista apresenta como um traço inerente a preocupação com a distribuição de renda e a inclusão das classes dominadas, que serão tratadas fundamentalmente como um problema não só social, mas também econômico. Nesta interpretação, declara-se que os problemas de natureza econômica e social não podem ser tratados separadamente, uma vez que produzem mútua e recíproca influência. Dentre os argumentos que sustentam esta interpenetração, tem-se que a exclusão social é fator determinante na informalização da economia que predomina nos países de renda média como o Brasil, sendo este fato causador indireto do enfraquecimento do Estado via diminuição da sua arrecadação tributária. Além disso, a pobreza sistêmica constitui um grave entrave ao crescimento econômico, uma vez que impede o desenvolvimento educacional e o aumento de produtividade da população afetada, impulsiona a criminalidade organizada, a insegurança pública e a fragilização das instituições (FRITSCHÉ, 2005; SICSÚ; PAULA; MICHEL, 2005, p. L-LI).

Do ponto de vista ortodoxo, a questão da equidade social aparece vinculada à premissa de que o papel da distribuição da renda social entre os indivíduos é melhor realizada pelo mecanismo de mercado, o qual se encarregaria de incluí-los do ponto de vista do trabalho segundo o critério do confronto entre a demanda e a oferta de mão-de-obra no mercado de trabalho, e, ademais, através dos filtros meritocráticos tanto em relação à qualificação e produtividade pessoal do lado do trabalho, quanto à inovação e eficiência do lado da competição intercapitalista. A análise da disfunção da distribuição de renda desde

esta perspectiva aparece subsumida à quantidade do produto social, no que se permite afirmar a correspondência simples entre bem-estar e crescimento econômico. O problema da exclusão social apareceria reduzido à intensificação da acumulação capitalista e à aceleração do crescimento, presumindo-se como consequências naturais e conexas a expansão do emprego e o aumento dos salários. À sua vez, a heterodoxia presente no desenvolvimentismo original tenta afastar esta premissa para identificar a conexão entre os fatores histórico-estruturais presentes nas economias subdesenvolvidas e a persistência nestas da exclusão e da desigualdade social, engajando-se em explicar justamente o porquê a deflagração do crescimento econômico não se faz acompanhar da inclusão no processo econômico e na distribuição dos rendimentos sobre o produto social de largas parcelas da população.

A superação da desigualdade social não restaria conectada somente à promoção do crescimento econômico, mas a ocorrência deste crescimento em um ambiente em que fossem resolvidos os entraves estruturais reprodutores de um padrão capitalista desigual e concentrador. O elemento-chave desta linha de argumentação é a heterogeneidade estrutural das economias subdesenvolvidas e a consequente incapacidade de proliferação do progresso técnico. O peso dos setores econômicos tradicionais, de baixo dinamismo técnico e trabalho intensivos, implicaria no estabelecimento de uma baixa produtividade média do trabalho, bem como a sua coexistência com setores produtivos modernos, correlacionados com as atividades de exportação, teria dois efeitos principais sobre a dinâmica da desigualdade criada no padrão de desenvolvimento: o primeiro é a baixa diversificação e encadeamento econômico, que reduz a capacidade de absorção do trabalho disponível, tendo por consequência a formação de um mercado de trabalho abundante na oferta de mão-de-obra desqualificada; o segundo é a supressão global do nível dos salários, dada a sua baixa produtividade nos setores tradicionais adicionada ao baixo poder de barganha dos trabalhadores.

Durante o ciclo desenvolvimentista, este diagnóstico foi utilizado para defender o o processo de industrialização periférico através do Modelo de Substituição de Importações (MSI), que aparecia como equivalente à proposta de desenvolvimento com equidade. Acreditava-se que a transição rumo à economia industrial afetaria o padrão de distribuição da renda via solução da heterogeneidade estrutural dos países subdesenvolvidos, gerando efeitos de encadeamento para frente e para trás das atividades produtivas que ampliassem em muito o mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que elevassem o nível de produtividade do trabalho nestas economias. Além disso, buscou-se incrementar o poder de barganha dos trabalhadores

através da institucionalização de garantias suscitadas pela socialdemocracia, tanto em relação aos direitos básicos do trabalhador, quanto às formas de sua representação organizada. Enquanto a experiência histórica confinou estas medidas à dimensão do trabalho urbano, tendo por principais eixos a reforma trabalhista e a implementação do sistema sindical no plano político, também figuraram no plano teórico medidas direcionadas à reorganização da estrutura rural, sobretudo através da reforma agrária (SALM, 2005, p. 196).

No Novo Desenvolvimentismo, apesar de compartilhar a premissa heterodoxa da insuficiência do mercado na promoção da distribuição do produto social, a preocupação com o fator equidade no processo de desenvolvimento necessariamente se descolará da defesa teórica do MSI, uma vez que este é concebido como conjunturalmente exaurido. O vazio teórico deixado por esta opção será preenchido por dois fatores principais. O primeiro fator é a maior ênfase no papel puro e simples do crescimento econômico como motor do desenvolvimento, o que permite situar as políticas econômicas voltadas a incrementar o coeficiente de investimento e reordenar o crescimento do produto nacional como de interesse social, principalmente sobre a via da geração de postos de trabalho. O segundo fator, por sua vez, é o reposicionamento do Estado no centro da mediação sobre a participação das classes na divisão do produto social, impondo-lhe a responsabilidade de implementar um “amplo sistema de bem-estar” e uma política ativa de valorização salarial (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 28-34; BRESSER-PEREIRA, 2016b, p. 161; OREIRO; MARCONI, 2016, p. 169; MOLLO, 2016, p. 138-141).

A reflexão por detrás deste trânsito é a de solucionar através da intervenção estatal as “deformações” do desenvolvimento dependente que rompem a solidariedade entre o mercado e o corpo social, gerando a exclusão estrutural de grande parte da população. Seriam restabelecidas, assim, as condições para que a força de trabalho seja capaz de competir em condições de igualdade pelas oportunidades geradas no processo econômico, impondo um padrão de distribuição do fruto do trabalho social segundo a ética da equidade, que determina a possibilidade do sucesso de cada um na medida das suas capacidades sociais. O referencial distante desta “ética da equidade” está no individualismo presente na filosofia política de John Locke, onde a legitimação das diferenças sociais perfaz-se pela referência a uma pretensa natureza humana e às qualidades inatas do indivíduo. Nesta lógica, cada um seria detentor de características inatas distribuídas de forma aleatória pela natureza, as quais determinariam seu sucesso social no ambiente de mercado. A competição capitalista funcionaria, então, como uma espécie de filtro ético, recompensando certas características - como a inteligência, frugalidade e

a inventividade - com a acumulação de riquezas, e punindo outras – como a indolência, preguiça e ignorância – com a acumulação da miséria (CASTELO, 2009, p. 81-82).

A “ética da equidade” em sua forma original sofrerá no decorrer da história duras críticas desde as teorias sistêmicas, que demonstram através dos mecanismos sociais de reprodução da riqueza e da miséria a desconexão entre o sucesso pessoal e as características inatas. Então, em tempos modernos, ela deverá apresentar-se sobre nova roupagem. Esta reconfiguração se dará fundamentalmente pela admissão de que as diferenças naturais podem ser neutralizadas por competências adquiridas através, por exemplo, da educação, que passa a ser instrumentalizada como meio de capacitação para o mercado de trabalho. A recondução da ética da equidade para o centro da distribuição do produto social, então, dependeria da capacidade do sistema de oferecer para o corpo de cidadãos alguns pressupostos necessários para o desenvolvimento pleno das capacidades individuais de trabalho, como o acesso universal à saúde e educação. Assumindo este ponto de partida, o Novo Desenvolvimentismo orientará a sua retórica pela necessidade de “racionalizar” a ideia do Estado Social, propondo uma ênfase nos supostos da equidade a partir do oferecimento universal aos cidadãos de sistemas de Saúde e Educação (CASTELO, 2009, p. 82-83).

Esta visão, evidentemente, suscita profundas críticas. A maior delas é a de que a maquiagem da concepção clássica da “ética da equidade” não rompe com o cerne conservador desta visão liberal, que além de supor “[...] a competição eterna dos indivíduos no mercado de trabalho, como se a condição assalariada do trabalhador fosse uma condição natural e não construída socialmente tal qual demonstraram, por exemplo, Karl Marx e Karl Polanyi.” (CASTELO, 2009, p. 83), o deslocando metodologicamente a qualquer referência sistêmica, estrutural e histórica das desigualdades sociais, procede à culpabilização dos explorados pela própria exploração, contribuindo para a construção de uma mística ideológica que legitima e auxilia a reproduzir a exploração de classe. A internalização da ideia liberal de equidade na ideologia Novo Desenvolvimentismo, então, corresponde à abdicação de qualquer perspectiva igualitária enquanto uma concepção totalizante, harmônica e monista de sociedade para sufragar em um primeiro plano a liberdade individual enquanto fundamento da sociabilidade. Este fato evidencia como apesar do discurso aparentemente progressista os valores da justiça social no Novo-Desenvolvimentismo cumprem apenas um papel secundário, funcionando

menos como um fim em si mesmo e mais como fundamento de legitimidade para as ações de técnicos de planejamento econômico e *policy makers* (CASTELO, 2009, p. 84)⁴⁸.

Ademais, a expansão das responsabilidades do Estado na promoção do bem-estar acompanha necessariamente a questão sobre a base de financiamento para estas políticas, sobretudo em um plano no qual o setor público já tem comprometida sua capacidade econômica pelo peso da dívida pública e pelos seus compromissos com o próprio estímulo da economia, sendo esta última uma diretriz incentivada e ampliada pelo Novo Desenvolvimentismo. A resposta a esta questão estará referida principalmente ao compromisso entre as classes sociais na política de desenvolvimento, que formaria o sustentáculo político para a reversão de parcela dos lucros do capital na nova fase de crescimento em proveito das classes dominadas. Neste sentido, o mecanismo de transferência de renda exaltado é a reformulação do sistema tributário sobre bases progressivas. As diversas formulações convergem ao diagnóstico de que o custo tributário imposto sobre as faixas altas da renda no Brasil são inferiores aos patamares internacionais, encerrando um padrão regressivo e concentrador. O reajustamento deste fato, com a majoração de impostos às faixas altas da renda ou da adição de impostos intergeracionais e sobre as grandes fortunas, forneceria a expansão da base de financiamento necessária para implementar os ajustes direcionados à promoção da equidade e a diminuição da desigualdade social (BRESSER-PEREIRA, 2016b, p. 161; OREIRO; MARCONI, 2016, p. 169; MOLLO, 2016, p. 138-141).

⁴⁸ Como alerta Castelo (2009, p. 84): “Os ‘aspectos sociais’, quando figuram em projetos heterodoxos de desenvolvimento, figuram em termos secundários, adjetivos, uma espécie de retórica da consciência moral e ética dos formuladores bem-intencionados de política econômica, que ora propõem intervenções na “questão social” para neutralizar opositores à direita e à esquerda, ora para pacificar tensões sociais. Em última instância, trata-se de lutar pela manutenção da ordem econômica e da coesão social, e não de transformações estruturais visando a superação do modo de produção capitalista, eternizado e naturalizado como o sistema social por excelência da natureza do *homo economicus*.”

CAPÍTULO 3 A DEPENDÊNCIA E OS LIMITES DA IDEOLOGIA NOVO DESENVOLVIMENTISTA

3.1 Novo Desenvolvimentismo e Teoria Marxista da Dependência (TMD): visões antagônicas sobre o Estado e o Desenvolvimento na periferia do capitalismo

A TMD e o Novo Desenvolvimentismo são correntes teóricas que desenvolvem as suas principais concepções de forma deslocada no tempo. A primeira constituiu-se essencialmente como um reflexo da necessidade no campo da esquerda em analisar as transformações econômicas e políticas do capitalismo latinoamericano surgidas no interior do processo de Industrialização por Substituição de Importações (ISI), que inicia na década de 30 e estende-se até o final da década de 1980, quando entra em crise o padrão de acumulação e estruturam-se as bases sobre as quais se erigirá a era neoliberal no contexto latinoamericano. A segunda corrente, por sua vez, surge já no século XXI, como um reflexo dos resultados econômicos e sociais do programa neoliberal e da sua incapacidade em manter na sociedade brasileira uma ampla hegemonia. Muito embora possuam como plano de fundo conjunturas e tempos históricos diferentes, a interpretação de ambas as correntes sobre o processo histórico dialogam, sobretudo quanto ao ponto central da sua problemática teórica: tratam do significado, dos limites, das contradições e das possibilidades do “desenvolvimento capitalista” enquanto horizonte utópico a ser perseguido na periferia do Sistema Mundial. E neste diálogo, é possível discernir que a forma de aproximação de cada uma das correntes sobre o problema do desenvolvimento capitalista e do papel que nele cumpre o Estado carrega profundas dissensões.

Os Novos Desenvolvimentistas assumem a possibilidade do desenvolvimento como um pressuposto teórico, sem propor um debate profundo sobre os seus limites na periferia do capitalismo. Tampouco se preocupam em construir uma visão elaborada acerca de projetos revolucionários de sociabilidade, assim compreendidos os que estão situados fora do espectro do modo de produção. Estes temas são via de regra suplantados pela questão motriz de “como desenvolver-se”, que tem para os desenvolvimentistas seu centro de gravidade na “Nova Estratégia de Desenvolvimento” (PRADO, 2015, p. 93-108). Na ampla coleção de trabalhos publicados pelos autores vinculados a esta corrente, quando o problema da possibilidade do desenvolvimento é enfrentado diretamente, as contribuições encaminham-se para a negação

sumária da viabilidade de ruptura com o modo de produção vigente na atual conjuntura ou para a simples apologia do sistema, que neste caso manifesta-se pela concessão a este da capacidade de - observadas certas condições políticas indicadas pela estratégia de desenvolvimento - engatilhar um processo autossustentado de crescimento que seja compatível com a elevação dos padrões de vida da população⁴⁹ (BRESSER-PEREIRA, 2009, p. 30; PFEIFER, 2013, p. 28-29).

Quando esta visão é projetada sobre a dinâmica concreta das sociedades dependentes, o problema do subdesenvolvimento e das suas mazelas, em um primeiro momento, parece incompatível com uma “tendência virtuosa e intrínseca” do capitalismo ao desenvolvimento técnico, econômico, político e social das nações, o que corresponde à própria utopia do desenvolvimento. Ela deverá, então, ser harmonizada pela visão novo desenvolvimentista com uma explicação da seletividade do desenvolvimento em sua expansão espaço-temporal. De forma mais ou menos explícita, esta harmonização ocorre através do recurso à velha interpretação linear e etapista inaugurada pelas teorias do desenvolvimento precursoras, que aparece articulada com o nacionalismo e a crítica do imperialismo. Então, para o Novo Desenvolvimentismo, o subdesenvolvimento representa o resultado da adesão retardatária dos países periféricos ao padrão de modernidade imposto pelo capitalismo mundial, cuja superação requer um esforço nacional e coordenado para ordenar os processos sociais e econômicos rumo à tentativa de “alcançamento” (*catching up*) das características tributadas ao capitalismo dos países centrais. Se este alcançamento é possível nos atuais termos em que se dá a acumulação mundial, a sua falência histórica no plano nacional explicar-se-ia plenamente por critérios políticos, como a ausência de solidariedade entre as classes internas e o efeito inibidor do imperialismo, que agiria difundindo ideologias colonialistas para afirmar suas próprias expectativas econômicas sobre o destino da nação (BRESSER-PEREIRA, 2006).

Partindo destas premissas, o desenvolvimento poderá ser observado sob as lentes de um processo de conscientização das classes em relação a um projeto político-ideológico de

⁴⁹ A postura apologética do novo desenvolvimentismo em relação ao desenvolvimento capitalista pode ser percebida, por exemplo, nas palavras de Bresser-Pereira (2016, p. 23-24): “Antes do capitalismo, o excedente econômico era normalmente investido em financiar a força militar, em construir templos e palácios, e no consumo de luxo. Com a revolução comercial e o mercantilismo, a ideia do lucro e a prática do seu reinvestimento generalizaram-se; com o capitalismo industrial e a aceleração do progresso técnico que acontece com a revolução industrial, esse reinvestimento deixa de ser uma alternativa para ser uma necessidade se a empresa quiser se manter competitiva. Essa revolução foi, assim, de tal forma transformadora que, a partir dela, deixou de fazer sentido pensar em civilizações que prosperam, decaem e desaparecem, e vemos um processo civilizatório universal ao longo do qual o capitalismo, o desenvolvimento econômico e a melhoria dos padrões de vida, o desenvolvimento político e a democracia, o desenvolvimento social e o Estado social tendem a se generalizar por todo o mundo.”

cunho nacionalista e voltado para reordenar as relações econômicas desde o que lhe impõe o inimigo externo para as necessidades internas vinculadas à transição entre as fases ou etapas de evolução do modo de produção. A individualização destas necessidades, por sua vez, perpassaria pela filtragem da ideologia imperialista, identificando nela os seus aspectos de dominação, e pela análise dos “estrangulamentos” que impedem o “deslanchar” do crescimento econômico. Daí o papel auto reclamado pelo Novo Desenvolvimentismo de constituir-se tanto em uma ideologia nacional que seja capaz de congrega o associativismo entre as classes quanto em uma teoria econômica voltada para inferir as causas de estancamento do crescimento do produto nacional, indicando a um só tempo o diagnóstico e a profilaxia necessária para orientar a sociedade nacional quanto às necessidades do desenvolvimento (BRESSER-PEREIRA, 2016b).

À sua vez, a TMD postula o seu problema de pesquisa a partir da tentativa de isolar no processo histórico de inserção das economias dependentes na economia capitalista mundial a forma como ali se manifestariam as contradições e as leis imanentes do modo de produção capitalista, derivando destas as consequências para o caráter e os limites do seu desenvolvimento. Ao destrinchar em um vínculo constitutivo e antagônico as relações de imperialismo e dependência surgidas do encaixe desigual e combinado do capitalismo, a TMD substitui a mistificação de um “capitalismo avançado” enquanto um regime ideal e isento de contradições para situá-lo como polo beneficiado em uma relação de exploração e domínio ao nível das nações. Ao seu lado, o capitalismo dependente é o polo subordinado, cujo ciclo econômico contribui para aliviar as necessidades advindas do centro e tem de encontrar vias próprias de reprodução para compatibilizar as suas contradições com as expectativas das classes dominantes locais de inclusão nos padrões internacionais de produção e consumo. O resultado é a reprodução em diferentes tempos históricos dos vínculos constitutivos da dependência, que se manifestam através da transferência de trabalho não pago do espaço econômico nacional aos países imperialistas e promovem a intensificação no plano doméstico das contradições inerentes ao capitalismo, principalmente o antagonismo entre capital e trabalho – que passa a girar na forma estrutural e específica da “superexploração da força de trabalho” (MARINI, 2000).

Do encaixe das economias dependentes ao desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo surge para a TMD a oposição matricial entre a dependência e transferência de valor, de um lado, e a superexploração da força de trabalho, de outro. A categoria da superexploração da força de trabalho é considerada a sua principal contribuição para a crítica do capitalismo

dependente porque toda interpretação marxista da realidade deve ter como centro de gravidade a luta política da classe trabalhadora. Seu objetivo, nestes termos, deve ser o de evidenciar, reconstruindo as relações sociais fraturadas pelas inversões ideológicas da classe dominante, as práticas e as estruturas de dominação responsáveis por reproduzir a exploração de classe, promovendo a conscientização das classes dominadas e orientando através dela a ação revolucionária. Então, a superexploração representa a pedra angular que identifica o encaixe estrutural responsável por impor a barbárie sobre as condições de vida da classe trabalhadora, fazendo não só com que se submeta à alienação da corporeidade física para o capital como meio de alcançar a sobrevivência – sendo esta a base da exploração no modo de produção em geral – mas também que seja expropriada da capacidade de consumo mínima necessária para reproduzir-se nos padrões culturais vigentes de dignidade (OSÓRIO, 2009, p. 109-116).

A utilização da superexploração como ponto de partida articula características originais à abordagem dependentista. Em uma primeira dimensão, é relevante porque transforma o enfoque tradicionalmente dado às relações de imperialismo como um fator externo para inseri-lo como uma relação internalizada e constitutiva das formações sociais dependentes, formatando o antagonismo de classes característico das suas relações de produção. Uma consequência deste trânsito é desconstituir a visão de que a reprodução da miséria e da exclusão social na periferia se daria pela ausência de solidariedade política entre as classes. Em contrário à visão voluntarista do “sociologismo”, as práticas políticas de classe são interpretadas de forma articulada com a “pressão surda das relações econômicas”, que neste caso se manifestam na necessidade estrutural do rebaixamento do trabalhador como uma condição de sobrevivência das classes dominantes. A superexploração não é reduzida a uma decisão livre do capitalista. Trata-se do resultado da necessidade de reproduzir o capital no ambiente de mercado contabilizando o mais-valor retirado do ciclo econômico para remunerar o “sócio maior” estrangeiro e viabilizar através dele o ingresso parcial do sistema econômico nacional nos padrões de consumo do “capitalismo avançado”. A exogenia se impõe nos processos econômicos de formas diferentes conforme avançam os encaixes das relações de dependência – desde as relações de intercâmbio desigual até os vínculos de subordinação financeira, tecnológica e organizacional na fase da integração internacional dos sistemas produtivos (MARINI, 2000, 2005; SANTOS, 2011).

Sobre este encaixe específico surge a limitação estrutural das formações econômicas e sociais dependentes, em qualquer momento do seu processo de desenvolvimento, organizarem sua reprodução de tal forma em que as condições de consumo da maior parte de sua classe

trabalhadora superem de maneira duradoura o nível da subsistência física e espiritual. A flexibilidade das concessões do capital e o espaço de manobra do qual faz uso a disputa política-ideológica entre as classes e as suas frações para organizar a hegemonia, portanto, restringem-se quando comparados com o equilíbrio vigente nos estratos mais altos do sistema mundial. As alianças de classe e as composições políticas que façam uso do apelo às classes subordinadas adquirem uma fragilidade ontológica e acabam cedo ou tarde por esbarrar nestes limites impostos pelas relações de dependência. Quando o fazem, torna-se explícito o fato de que para sua manutenção ou avanço material torna-se necessário o comprometimento do bloco no poder com a realização de reformas estruturais capazes de romper com as bases da sociabilidade, que se sustentam sobre as possibilidades abertas pelos vínculos da dependência. Para além da improbabilidade deste ajuste, dadas as implicações deste trânsito sobre a base de poder das classes dominantes, ele tampouco pode ser realizado através das regras e das relações típicas do modo de produção – por isto, para a TMD, a superação da dependência deve assumir um caráter necessariamente socializante e revolucionário (OSÓRIO, 2013, 2014).

A alternativa que se impõe às composições de classe contra o rompimento a um só tempo com o modo de produção e com as relações de dependência é o abandono da primazia dada aos mecanismos ideológicos de organização da hegemonia na luta de classes e o retorno do recurso à violência nua, que via de regra se manifesta através da repressão institucional, aqui instrumentalizada para administrar os níveis de conflitividade social e restabelecer as condições políticas necessárias para a reedição da exploração redobrada. É assim que na visão da TMD qualquer perspectiva de associativismo entre as classes internas no bojo de projetos políticos encabeçados pelas classes dominantes está fadada ao fracasso e assume no longo prazo um recorte contrarrevolucionário. Os ciclos políticos na periferia são percebidos a partir da sua tendência fascista, onde a estabilidade política e as conjunturas favoráveis aos interesses da classe trabalhadora tem vida curta e são frequentemente interrompidos por experiências autoritárias. Estas, via de regra, coincidem com a desaceleração na fase descendente do ciclo econômico, onde as necessidades da reprodução do capital se tornam mais proeminentes e descortinam as suas contradições, desencadeando a disputa explícita pela maior participação na distribuição do produto social (OSÓRIO, 2014).

Em uma segunda dimensão, a superexploração é relevante porque a sua internalização como fator estrutural nas sociedades interfere na dinâmica da circulação do capital, uma vez que nela o trabalhador deve comparecer novamente ao mercado para consumir o exército de mercadorias produzidas na fase anterior. Se o nível da exploração se intensifica a ponto de

excluir a maior parte da classe trabalhadora do mercado interno de consumo, o capital deverá encontrar novos arranjos para realizar os seus produtos. Segundo a TMD, este fato imporá uma tendência de especialização da produção em setores e mercados que não dependam do consumo da classe trabalhadora, notadamente a produção de bens de consumo suntuário voltados para abastecer a esfera alta do consumo interno ou a produção de insumos, matérias primas e componentes requisitados pela demanda externa, cuja variedade e nível de elaboração industrial flutua juntamente com as formas da Divisão Internacional do Trabalho. Desta dupla cisão – entre as esferas alta e baixa do consumo interno, de um lado, e entre as fases de produção (interna) e realização (externa) das mercadorias, de outro – também podem ser extraídas consequências políticas para a dinâmica do poder nas sociedades dependentes (MARINI, 2000, 2014; LUCE, 2011).

Esta forma peculiar de formatação das forças econômicas explica tanto a baixa solidariedade desenvolvida entre os grupos sociais associados aos setores mais dinâmicos da economia com a sorte da classe trabalhadora local, quanto, do outro lado, a sua alta solidariedade com o capital controlado pelas grandes corporações internacionais. Se a cisão entre as esferas da produção e circulação impõe que os seus problemas de realização sejam resolvidos por caminhos alternativos, prioritariamente pelo consumo suntuário das classes altas e pelas transações de comércio exterior, os interesses da classe trabalhadora aparecem para o capitalista apenas como uma forma de elevação dos seus custos de produção, oferecendo pouco ou nenhum reflexo na dinamização do mercado de consumo para as suas mercadorias. O aparelhamento com os atores-chave do mercado mundial, de outro lado, abre canais não só para escoar a produção através das cadeias internacionais de comércio inter e intracompanhia, mas também para sanar as necessidades de financiamento e atualização tecnológica impostas pela condição de dependência. Afinal, é no centro que estes recursos se encontram em abundância, como uma consequência dos processos de concentração financeira e monopolização tecnológica que colocam os países imperialistas em condições de definir o estado da arte em termos de padrões de consumo e de inovação constante das técnicas produtivas.

Em ambos os corpos teóricos, o Estado assume uma posição de destaque. Para o Novo Desenvolvimentismo, o Estado tem fundamentalmente um papel emancipatório. O processo de independência formal, através do qual se funda o Estado Nacional como entidade politicamente soberana, representa o momento de afirmação da unidade de um povo, que então assume uma identidade coletiva e cria condições de tomar em suas mãos as rédeas do próprio processo de desenvolvimento. A unidade interna permitiria que a própria nação

administre os seus conflitos, fazendo convergir na arena política das instituições estatais as diferentes visões de mundo advindas das subdivisões de classe em seu interior sem fazê-las explodir em um antagonismo aberto e, pelo contrário, acomodando-as em relação a um projeto político coeso voltado aos interesses nacionais. Admite-se, portanto, um vínculo funcional entre Estado, Nação e Desenvolvimento, onde a capacidade econômica e jurídico-política do Estado justifica-se pela necessidade de ordenar os recursos econômicos dispostos de forma difusa na sociedade, subordinando-os aos imperativos da estratégia nacional⁵⁰.

As visões desenvolvidas no ciclo desenvolvimentista original por diferentes aparelhos ideológicos – o ISEB e a Cepal – são fundidas. Do ISEB, o Novo Desenvolvimentismo incorpora fundamentalmente a visão nacionalista que estabelece no Estado o epígono da comunidade nacional. É sempre no Estado que desembocam (e devem desembocar) os processos de definição política, este representando o imperativo de interdependência e cooperação entre as classes cristalizado em uma forma institucional, já que esta cooperação não pode ser apreendida diretamente da maneira como estas estão dispostas na sociedade segundo seus interesses imediatos. Ao mesmo tempo, no seu papel econômico, admite-se a visão cepalina do Estado como um centro de inteligência capaz de agir de forma estratégica e concentrada sobre o mercado. Por conta de sua condição de elemento externo às interações entre agentes econômicos privados, o Estado se tornaria capaz de racionalizar o processo econômico, solucionando as deformações estruturais típicas da situação de subdesenvolvimento. Assim, o corpo de leis, aparelhos e instituições que conformam o “Estado visível” tornam-se um instrumento de ação coletiva, que devem ser direcionados à solução dos entraves estruturais ou à transformação qualitativa do sistema econômico e das suas disfunções. O intervencionismo estatal surgiria, então, como a corporificação do seu papel complementar ao mercado enquanto mecanismo de ordenação social, otimizando-o e garantindo a sua compatibilidade com a estabilidade política e a equidade social.

Observa-se a tendência de tratar o Estado como uma entidade abstrata e ahistórica, localizada acima das classes e ligada por um encaixe funcional com a nação, categoria que também tratada em termos extremamente genéricos. Não surge neste discurso a problematização do caráter classista da forma política e a análises das consequências deste

⁵⁰ Bresser-Pereira (2009, p.40-41) conceitua da seguinte forma: “Os Estado-nação são entidades políticas soberanas, compostas de três elementos: uma nação, um território e um Estado. Este último, portanto, não pode ser confundido com a nação ou com o Estado-nação (ou com o governo que chefia o Estado). Enquanto a nação é um tipo de sociedade, o Estado-nação, uma unidade política e territorial, o Estado é uma instituição: é o sistema constitucional e a organização que o sustentam; é a lei e o aparelho do Estado. No capitalismo, as nações usam seus Estados como instrumentos da ação coletiva para atingir seus objetivos políticos, entre os quais está sempre a manutenção da própria soberania e o desenvolvimento econômico.”

fato na construção da sociabilidade. Da mesma forma em que o modo de produção permanece inquestionado, o Estado Capitalista como manifestação do político é dado como um pressuposto. A dimensão prescritiva do Novo Desenvolvimentismo irá apoiar-se nesta figura de um Estado de todos para proceder à pulverização das suas propostas sobre o corpo social, ocultando a vinculação do projeto político por ele defendido com interesses de classe muito específicos. Se é verdade que a apropriação do poder político por uma classe específica, a burguesia industrial, é um elemento explícito de sua proposta, o processo de legitimação desta apropriação depende da energia dispendida para identificar esta classe com toda a comunidade nacional, utilizando-se para isto da chave do desenvolvimento econômico, que é tido como meta globalmente benéfica.

Outro ponto relevante é posição do Estado em meio às relações entre o interno e o externo. O Novo Desenvolvimentismo parte da premissa fundamental de que o caminho do desenvolvimento é potencialmente aberto para aquelas nações que lograram realizar a sua revolução nacional, supondo como parte relevante desta premissa a organização do Estado Nacional. Deste centro de acumulação de poder, poderiam ser tomadas as ações necessárias para defender os interesses internos contra interferências estrangeiras, garantindo assim a viabilidade de um projeto capitalista conduzido desde o interior pela sociedade nacional. A incoerência deste fato explicitaria a fragilidade ideológica e incapacidade de coesão interna das classes. Afasta-se, assim, a hipótese de que a solidariedade histórica entre a atuação do Estado Nacional e os interesses externos decorra de elementos orgânicos da própria sociabilidade dependente. A moldura que enfeixa silenciosamente este quadro parece ser a recuperação da ideia de alienação desde a visão desenvolvida pelos intelectuais do ISEB. Para aqueles, a alienação seria uma característica espiritual das nações subdesenvolvidas enquanto ser coletivo, que nasce conjuntamente com a sua condição de subordinação econômica e expressa a incapacidade dos grupos internos dominados em emancipar-se no plano da consciência dos projetos imobilistas ofertados pelas nações desenvolvidas⁵¹.

Em sua origem, a ideia de alienação desenvolvida pelos isebianos é apropriada das obras do jovem Marx, sobretudo os *Manuscritos Econômico-filosóficos de 1844*, onde foi utilizada para adereçar o problema existencial da filosofia marxiana do trabalho. Para aquela

⁵¹ Vieira Pinto coloca a ideia de alienação nos seguintes termos: “[...] o subdesenvolvimento é por natureza um estado de alienação, no qual o homem fica distanciado do seu ser, alheio a ele. Como, porém, o subdesenvolvimento é o modo de ser da nação, esta só é subdesenvolvida porque não se encontra em posse de si mesma, não desenrolou as suas possibilidades reais, não se apropriou ainda da sua essência. A nação subdesenvolvida é, portanto, um ser social igualmente alienado, um ser cuja essência está fora dele, é possuída por outros, no caso as nações desenvolvidas que detêm o comando de sua economia e, por esse meio, o do seu destino.” (apud TOLEDO, 1997, p. 87).

perspectiva filosófica, o ímpeto de intervir sobre a natureza circundante como uma condição de reproduzir sua própria existência é o que dá conteúdo substantivo à existência humana e a diferencia enquanto tal, deslocando-se também para a condição de princípio organizativo segundo o qual estabelecem-se as relações do homem com seu entorno e com os seus semelhantes. A alienação, assim, circunscreve o processo através do qual a essência humanizadora do trabalho é sobreposta na história da humanidade pelo advento de relações de produção que rompem o sincretismo entre o homem e as condições de produção da sua existência. Esta ruptura é o que permite o abandono por uma classe social das atividades de exploração direta da natureza em termos de equidade com seus pares, passando a explorar os outros homens e apropriar-se dos frutos de seu trabalho.

A visão de mundo marxista constrói-se sobre esta crítica radical da alienação e da exploração do trabalho, postulando que o afastamento entre o homem e as condições de produção da sua própria existência cria um estado social injusto e desumano que precisa ser corrigido. Esta crítica, no entanto, é ainda infante no jovem Marx. Na passagem para as obras da sua maturidade, o problema da alienação em uma dimensão “existencial” é substituído para o estudo da alienação em relações sociais concretas, situadas perante o seu desenvolvimento histórico. Esta passagem é extremamente relevante, e simboliza justamente o rompimento com os resquícios de uma tradição filosófica influenciada pela antropologia feuerbachiana, impregnada de elementos idealistas e especulativos, para a formação de uma teoria materialista do modo de produção capitalista, que vai aferir novos estatutos aos fenômenos da alienação e dos fetiches sociais. Neste novo estatuto, a alienação perpassa pela construção de conceitos explicativos como os de relações de produção, forças de produção, luta de classes, divisão do trabalho, mercadoria, etc. Na sua forma derradeira, portanto, esta ideia deixa de estar encrustada na “natureza humana ou na existência humana” para localizar-se em condições específicas do trabalho, da produção e da sociedade que devem ser superadas para que se alcance a verdadeira emancipação (TOLEDO 1997, p. 86-92).

Na interpretação livre realizada pelos isebianos e recuperada pelo Novo Desenvolvimentismo, a ruptura com o idealismo não ocorre e a alienação é conduzida tão-somente no nível das generalidades a-históricas, desentranhada de quaisquer determinações histórico-concretas do modo de produção vigente. A perspectiva de classe do materialismo histórico-dialético e a complexidade dela decorrente serão substituídos por uma dialética da dominação e da servidão conduzida através das figuras bem definidas da metrópole e da periferia. O fator causal da alienação é projetado em um elemento externo, tornando-a não

uma característica do capitalismo enquanto tal, mas um fenômeno específico e limitado aos países subdesenvolvidos. Como consequência, a emancipação é considerada uma questão política e endógena, ignorando a relevância das múltiplas ligações entre externo e interno que participam ontologicamente do capitalismo dependente, atravessando sua base econômica e a superestrutura jurídico-política na qual se movimentam as práticas sociais. Em uma segunda dimensão, evaporam-se as contradições do modo de produção nas demais instâncias que não a subdesenvolvida, abrindo caminho para a idealização do desenvolvimento capitalista como um processo virtuoso capaz de romper não só com a extroversão econômica sofrida pela nação através da divisão internacional do trabalho, mas também com a alienação da classe trabalhadora dada a sua posição nas relações de produção capitalistas⁵².

Para a Teoria Marxista da Dependência (TMD), o ponto de partida da análise jurídico-política é completamente diferente. O Estado é visto essencialmente como uma forma social conservadora, voltada para reproduzir a exploração e a dominação de classe. Apesar de gozar de autonomia relativa para mediar as relações entre as classes sociais, permitindo que projetos políticos diversos concorram para instrumentalizar seu aparato visível (governo, leis, burocracia, etc.), ele obedece um limite implícito dado pela salvaguarda dos pressupostos que garantem a continuidade do modo de produção. A dualidade entre a autonomia e a subordinação de classe está dada pela cisão operada no mundo do capital entre as regiões do econômico e do político. No capitalismo, a estabilidade das relações de produção não depende da miscigenação entre a forma política e a ordem econômica. Ela é garantida de antemão pela separação histórica entre o trabalhador direto e os meios de produção, que impõe para a reprodução de sua existência a dependência continuamente reproduzida dos processos de compra-venda da força de trabalho. Este aspecto de dominação, entretanto, permanece oculto nas relações capitalistas pela ficção do individualismo econômico, no qual apresentam-se os indivíduos como unidades autônomas e abstratas, livres para engajar em relações econômicas equitativas motivados inteiramente por sua vontade (POULANTZAS, 1977, p. 121-125; OSÓRIO, 2014, p. 143-158)⁵³.

⁵² Nas palavras de Toledo (1997, p. 88): “O desenvolvimento econômico e seu correlato, a consciência nacionalista, representariam desta forma, simultaneamente, a desalienação da consciência proletária e do proletariado histórico (em todos os seus níveis: econômico, político e cultural), bem como a realização do projeto de destino da nação por meio da conquista da autonomia e da verdadeira independência.”

⁵³ Nas palavras de Osório (2014, p.146): “É a presença de uma violência institucional (consagrada por leis em um Estado de Direito), de coerção encoberta, que explica que não seja necessário que um corpo policial retire os trabalhadores de suas camas nas primeiras horas da manhã ou os açoites para que se dirijam aos centros de transporte público e dali aos seus locais de trabalho. Aquela violência de despojo ancestral, à qual se soma agora a violência cotidiana (expropriação diária da mais-valia), obriga o trabalhador a buscar um salário para sobreviver. Este é o marco de liberdade do vendedor de força de trabalho.”

Frente a este quadro, basta à forma política intervir indiretamente nas relações de produção para obrigar o trabalhador a comparecer diariamente no seu posto de laboral ou ao mercado de trabalho, garantindo os pressupostos jurídico-políticos da economia mercantil – a igualdade formal, a estabilidade dos contratos e a propriedade privada – ocultando a sua participação na construção das hierarquias sociais no modo de produção. Esta ocultação está na essência de como o Estado pode ser apresentado na consciência dominante como uma entidade neutra e uma representação da comunidade entre os homens. Na realidade, a sua identidade de classe reside justamente no fato de que a forma política fratura a identidade política dos agentes sociais, dissociando-os das contradições reais estabelecidas nas relações de produção para os transformar em indivíduos-cidadãos. A ideia de cidadania no contexto do binômico capitalismo/liberalismo cumpre, então, uma dupla função: primeiro, a de despojar os agentes sociais da sua condição de classe, e, depois, a de restringir o espaço de possibilidades da sua ação política, já que esta é enclausurada em um campo específico e controlado, isento da capacidade de subverter a ordenação das relações privadas – aquele do Estado de Direito e da concorrência pela instrumentalização do Estado visível (OSÓRIO, 2014, p. 153-156).

Nesta primeira instância do ideológico, enquanto a forma política obriga as classes dominadas a apresentarem-se no campo político de forma fraturada e limitada, desorganizando a sua luta política, em relação às classes dominantes o efeito é justamente o oposto – age organizando os interesses heterogêneos das múltiplas frações componentes da classe dominante, formando entre elas uma unidade contraditória. Por apresentar-se como um campo neutro com regras predefinidas, a forma política afasta a possibilidade da apropriação privada do aparato estatal por um ou outro capitalista individual, preservando o interesse geral da burguesia enquanto classe e obrigando que as relações imediatas de dominação política se desenvolvam através da forja de composições e alianças entre frações capazes e interessadas em acumular forças no campo político. Neste sentido, para além do Estado visível, a direção da ação estatal sempre expressa de forma subjacente e invisível uma condensação de relações e um equilíbrio de forças entre as classes e os grupos sociais⁵⁴. É esta rede de relações invisíveis, que passam usualmente despercebidas por conta da agência dos processos de inversão ideológica, que permitem ao analista discernir o sentido e as motivações reais da ação estatal concreta.

⁵⁴ “[...] o problema da autonomia estatal reflete uma condensação de forças na qual a classe ou fração hegemônica impulsiona o seu projeto, *mas o faz dentro de um marco de relações* determinado pela presença e pela ação de outras classes, frações e setores dominantes, e também das classes dominadas. Desta forma, o Estado possibilita soluções em que, embora setores predominantes não alcancem todas as suas metas, isso se realiza considerando como contrapartida a criação a criação de condições para a coesão e reprodução da sociedade sob a dominação e a exploração daqueles que detêm o poder político.” (OSÓRIO, 2014, p. 81, grifo do autor).

Para além desta manifestação, entretanto, é preciso definir uma segunda instância do ideológico na forma estatal. Se é verdade que a organização política ao redor do Estado torna improvável a conversão da acumulação de forças pelas classes dominadas neste campo em mudanças estruturais quanto ao funcionamento do modo de produção, por conta dos limites inscritos aprioristicamente na sua ossatura material, resta saber quais obstáculos se impõe à busca das classes dominadas de vantagens econômicas através do Estado, sem ameaçar a exploração capitalista como tal. O ponto fundamental a considerar é que o Estado não é capaz de moldar livremente as relações de produção como mero influxo decisões políticas produzidas em seu interior. Para manifestar-se no plano econômico, as decisões políticas devem conduzir o Estado a engajar como se fosse um particular em relações econômicas com os indivíduos privados organizados previamente no mercado sob as formas sociais capitalistas. A sua capacidade concreta de ação no plano econômico depende, então, da concentração prévia de riquezas, que fluem para o tesouro público através de uma entre duas formas: o Estado pode agir indiretamente no mercado, participando na acumulação dos capitalistas individuais em seu território através da imposição de tributos e encargos, ou pode agir diretamente, engajando em relações econômicas de exploração da mais-valia de forma equiparada a um capitalista individual, o que inclui também as suas atividades financeiras de contração de empréstimos privados via expansão da dívida pública.

De uma forma ou de outra, a capacidade econômica do Estado aparece organicamente vinculada aos próprios arranjos da reprodução do capital, fazendo com que a acumulação capitalista funcione como um ponto de referência da política estatal⁵⁵. Por isso, ainda que as condições políticas se apresentem favoráveis aos anseios da classe trabalhadora, o conteúdo e a estabilidade das suas conquistas permanecem determinados pelo fato de que o Estado não pode limitar a acumulação ou extrair mais do que uma “parcela de equilíbrio” do mais-valor

⁵⁵[...] como o poder estatal depende do processo de acumulação capitalista, sem ser ele mesmo capaz de organizar este processo, o interesse supremo e mais geral dos detentores do poder do Estado consiste em manter as condições de exteriorização de seu poder através da constituição de condições políticas que favoreçam o processo privado de acumulação. Histórica e empiricamente vemos que essa conexão entre as condições do exercício do poder estatal e a acumulação privada se impõe sob as formas mais variadas e distintas na política. No entanto, essas formas têm em comum que o interesse do Estado autônomo em preservar as condições para o exercício público do poder (e em consequência, o interesse na continuação da acumulação) não se baseia, de modo algum, nem em quaisquer alianças entre o aparelho estatal e certas classes ou camadas, nem no acesso privilegiado dos membros da classe capitalista aos centros de decisão do Estado. Este acesso privilegiado, quando ocorre, não é a causa, mas sim o reflexo institucional da dependência estrutural da atividade em relação ao funcionamento da acumulação. Desse ângulo, não são fundamentalmente os agentes do processo de acumulação que estão interessados em instrumentalizar o poder estatal, mas, ao contrário, são os agentes do poder estatal que - a fim de assegurar sua própria capacidade de funcionamento - obedecem, como seu mandamento mais alto ao imperativo da constituição e consolidação de um "desenvolvimento econômico favorável." (OFFE; RONGE, 1984, p. 124).

disponível nas tramas da acumulação capitalista. Caso avance para além deste limite, a intervenção destrói os arranjos distribucionais de que depende a circulação do capital, vulnerabilizando a sua própria base financiamento. Impõe-se, portanto, um mecanismo de reciprocidade e disciplina a partir do qual a crise de acumulação comuta-se em uma crise de do Estado. Por conta disso, as composições de força e os projetos de sociedade concorrentes na esfera do político assumem como um requisito necessário à sua articulação com estratégias para a manutenção e/ou expansão do nível geral da atividade econômica, não somente como uma manifestação da infiltração de interesses específicos de classe na órbita estatal, mas como requisito para a própria reprodução econômica do seu aparato (HARVEY, 2013, p. 170).

Este relacionamento deve ser ponderado junto ao fato de que o Estado assume para si o exercício de funções econômicas nas diferentes fases do capitalismo e nas diferentes formações econômicas e sociais histórica e temporalmente situadas. A flexibilidade do espaço disponível para a ação estatal em favor das classes dominadas não é sempre a mesma. Uma vez que o Estado participa da construção de determinada ordenação material das relações produtivas, movimentando o seu aparato para garantir os pressupostos ideais da acumulação em dado sentido, desenvolve com ela uma interdependência cada vez maior. Formas de atuação antes inexistentes podem então se tornar pressupostos necessários para a reprodução de determinados setores ou atividades do capital, e a perspectiva da sua interrupção pode expor o sistema econômico a consequências agudas. Esta rede de compromissos é variável tanto em modalidade quanto ao nível de relevância para o padrão de reprodução do capital, e engloba desde a presença do Estado como financiador da produção, concedendo subsídios, assumindo empreendimentos onerosos ao capital e concedendo proteção tarifária contra a competição externa, até as ações que foram tipicamente identificadas como concessões à classe trabalhadora no Estado de Bem-Estar Social - a qualificação da força de trabalho, a manutenção de sistemas públicos de saúde, previdência e educação, etc⁵⁶.

Ante a este quadro geral, na situação de dependência o problema do Estado deve incorporar o fato de que a ordenação material da unidade nacional não é entrecortada somente pelas relações entre as classes internas, mas também pela participação constitutiva do capital e dos Estados imperialistas que mantêm sobre aquela formação econômica e social uma

⁵⁶ “[...] o papel do Estado na reprodução do capital exige políticas econômicas e formas de intervenção diferentes de acordo com o padrão concreto de reprodução do capital. De todo modo, porém, a intervenção está marcada pelos interesses hegemônicos do capital. Assim, o paradigma keynesiano (ou sua versão cepalina) de gasto público, emprego estatal e criação de demanda no mercado interno foi adequado para o capital na etapa madura do modelo industrializante, enquanto as variantes neoliberais são apropriadas para um modelo econômico que defende – pelo menos em termos ideológicos – o livre mercado.” (OSORIO, 2014, p.82-83).

considerável influência. O resultado desta dinâmica é a restrição da soberania enquanto capacidade de autodeterminação do Estado dependente quando comparado com os situados em formações econômico-sociais dominante no sistema mundial – na medida em que são Estados desenvolvidos, centrais e imperialistas. Esta *subsoberania* se expressa nas relações de poder que subjazem o Estado através do fato de que fica fragilizada a possibilidade de integração das classes dominantes ao redor de projetos propriamente nacionais. Isto ocorre porque, para a TMD, um projeto político com capacidade concreta de romper as relações de dominação que constituem a dependência deve ser necessária e simultaneamente antimperialista e anticapitalista. Do contrário, a necessidade das classes dominantes locais de reproduzirem-se enquanto tais fará com que os projetos políticos tipicamente defendidos por elas assumam uma feição associada/subordinada aos interesses externos, fragilizando qualquer perspectiva do seu compromisso com o ideário de emancipação nacional (OSÓRIO, 2014, p. 206-207).

A existência da solidariedade entre o interno e o externo sob a condição de dependência não implica, entretanto, que esta relação não comporte conflitos. O seu desvelar histórico se dá nos termos de uma cooperação antagônica, que expressa a correlação de forças em um espaço restrito no qual as classes internas negociam a autonomia relativa para seus interesses sem contestar em âmbito estrutural a subordinação a qual estão sujeitas. Neste marco, o Estado representa um campo fundamental de disputas, porque o seu papel de representação da comunidade nacional impõe obstáculos aos interesses externos, os quais só podem integrar a disputa política através de meios indiretos. O monopólio relativo que as classes internas detém sobre o aparato estatal permite-lhes acumular forças neste campo e utilizá-lo como alavanca política para assumir uma posição mais favorável para a sua dependência⁵⁷. A cooperação antagônica explica, portanto, os atritos provenientes da política estatal quando o arranjo das classes dominantes internas e as atividades econômicas das quais extraem sua base material assumem tendências expansionistas, contrariando parcialmente os interesses que emanam das potências hegemônicas. Entretanto, estas disputas invariavelmente não colocam em questão a continuidade da dependência, ratificando a imbricação entre o capital nacional e o estrangeiro na manifestação dos esquemas complexos de acumulação globalizada de capital no território.

⁵⁷ “[...] a dimensão subsoberana do Estado do capitalismo dependente implica a subordinação/associação do capital e das classes dominantes locais frente ao capital e às classes soberanas do mundo desenvolvido e imperialista, situação que não deve ser interpretada como um obstáculo, mas, ao contrário, como uma condição de vida das classes dominantes locais, o que não exclui possíveis conflitos.” (Osório, 2014, p. 206).

Em meio a esta disputa pelo poder entre as classes dominantes internas e externas, a inserção das classes dominadas em relação ao papel do Estado é dada fundamentalmente pela superexploração. Diferentemente dos países centrais, onde a intensidade da acumulação permite ao capital ordenar através do Estado certas concessões econômicas às classes dominadas como forma de administrar o nível de conflitividade social, no capitalismo dependente a debilidade da acumulação implica que a “parcela de equilíbrio” extraviada para a aplicação em atividades “improdutivas” torna-se extremamente reduzida, vulnerabilizando qualquer tentativa de redistribuição social que logre elevar as condições de vida da classe trabalhadora a níveis aceitáveis. Isto não significa dizer, no entanto, que o Estado nos países dependentes seja atrofiado. Ao contrário, a sua capacidade de concentrar em si excedente e redistribuí-lo entre atividades e setores econômicos permite-lhe assumir uma posição estratégica que será via de regra canalizada para impulsionar a estrutura produtiva interna, privilegiando os interesses incluídos nos projetos conjunturalmente hegemônicos. Isto significa a prevalência de Estados fortes e interventores, ainda nos períodos em que a ideologia econômica aponta o contrário⁵⁸.

A vulnerabilidade da capacidade do Estado de organizar a coesão horizontal entre as classes em um panorama onde a própria acumulação assume traços excludentes gera uma situação de crise permanente que deverá ser adereçada através de mecanismos alternativos para garantir a reprodução geral da sociedade. Esta solução ocorre no âmbito do próprio Estado através do exercício férreo do poder político, que sobrecarrega o uso do aparato repressivo como instrumento de administração da ordem. O autoritarismo e a violência substituem os expedientes ideológicos comumente presentes nos Estados centrais, a exemplo da ampliação de suas funções econômicas de bem-estar, que cumprem papel relevante na organização dos pressupostos à acumulação daqueles países e ao mesmo tempo mistificam o caráter classista da forma política. Esta tendência fascista é evidenciada pela presença recorrente de regimes autoritários, como é o caso do ciclo das ditaduras militares por toda a América Latina. Entretanto, a violência institucionalizada não pode ser reduzida aos regimes de exceção, pois ela assume uma função permanente nas sociedades dependentes, que deve subjazer mesmo os regimes políticos formalmente democráticos surgidos anos 80 e 90, após o processo de redemocratização da região (OSÓRIO, 2014, p. 207).

⁵⁸ Nas palavras de Osório (2014, p. 207-208): “A debilidade produtiva do capitalismo dependente tem seu correlato no forte intervencionismo estatal, como força para impulsionar os projetos hegemônicos, mesmo em situações que a política econômica e o discurso predominante pretendam apontar para o fim da intervenção estatal. A matriz Estadocêntrica é de particular importância na história político-econômica da região, tanto de forma aberta como de modos mais ou menos encobertos.”

3.2 Elementos para a crítica da TMD à “Nova Estratégia de Desenvolvimento”

O Novo Desenvolvimentismo se estrutura através de alguns eixos centrais que encerram a sua visão particular sobre a condição do capitalismo periférico e sobre a possibilidade do desenvolvimento. Em uma primeira dimensão, celebra a utopia do desenvolvimento enquanto um horizonte possível na periferia do capitalismo e situado ao nível das nações, sendo estas compreendidas como unidades políticas, econômicas e culturais autônomas que ingressam no ambiente competitivo do mercado mundial. Depois, lança as diretrizes mais gerais do esforço necessário para atravessar desde a condição de subdesenvolvimento para a de desenvolvimento: a realização das Revoluções Capitalista e Nacional. Permanecem como sustentáculos desta transição o nacionalismo, o industrialismo e o estatismo, todos estes elementos enfeixados na construção de um pacto entre classes capaz de fornecer condições para a hegemonização de um projeto político voltado à promoção do desenvolvimento nacional. Este anteparo teórico, então, converge para a definição de qual deve ser o conteúdo deste projeto na conjuntura atual – esta questão, que corresponde ao ponto alto da elaboração Novo Desenvolvimentista, é dada em seus termos pela “Nova Estratégia de Desenvolvimento” (BRESSER-PEREIRA, 2006, 2016b).

A “Nova Estratégia de Desenvolvimento” é constituída de dois momentos principais. Ela reúne um diagnóstico geral das causas da estagnação econômica e dos resultados da conjuntura neoliberal no capitalismo brasileiro, que se estende desde meados da década de 1990. Sobre este diagnóstico, projeta um plano de ação voltado para a construção de uma sociabilidade e de um padrão de reprodução do capital capaz de restituir à nação sua progressão histórica rumo à condição de desenvolvimento – a estratégia propriamente dita. Como o Estado Nacional é visto como o local privilegiado onde constrói-se a direção dos processos econômicos e sociais, administrando os obstáculos e os limites das atividades privadas, tanto as causas quanto as soluções ao problema conjuntural serão enviesadas nos termos da sua atuação. A direção da política econômica do Estado ou do conjunto de instrumentos que compõe o seu aparato torna-se o lugar-comum onde desembocam as teses e os principais debates incluídos na esfera do Novo Desenvolvimentismo. Seu objetivo natural, portanto, é o de influenciar a construção da agenda governamental, privilegiando certos interesses em detrimento de outros sob a justificativa do seu papel estratégico para o desenvolvimento nacional.

Nesta leitura, o ponto de inflexão da trajetória econômica brasileira estaria situado entre as décadas de 70 e 80, quando o modelo de industrialização por substituição de importações começa a mostrar sinais de esgotamento. O esgotamento é dado pelo fato de que o crescimento econômico até ali se pautara na expansão do mercado interno, e este já não comportava sustentação às taxas de expansão da capacidade industrial, dada as suas limitações em termos de economia de escala. Além disso, a política econômica deste modelo criou um ambiente econômico protecionista que fora importante para subsidiar o nascimento da indústria, insulando-a da concorrência externa, mas que perdia sentido após a sua consolidação. O efeito da proteção econômica do Estado sobre a indústria madura seria a acomodação dos agentes econômicos, que tinham suas taxas de lucro garantidas pela reserva de mercado e por isso abandonavam o impulso natural pela modernização e ampliação da sua competitividade. Seria inclusive um dos efeitos desta tutela estatal o fortalecimento das pressões inflacionárias, que representam o repasse das perdas dos capitalistas engajados na produção interna ao consumidor através da elevação sistemática dos preços, possibilitada pelo contexto de baixa concorrência (BRESSER-PEREIRA, 2010; 2016a).

A outra figura relevante do esgotamento da industrialização por substituição de importações é a agência do desequilíbrio externo. Aqui, a tese fundamental é a que estabelece aquele modelo de industrialização periférica uma tendência crônica ao déficit de transações comerciais. Isto porque as necessidades de importação da indústria, que se manifesta tanto em relação a matérias-primas quanto aos bens de capital sem equivalente interno, não são compensadas pela exportação de mercadorias, já que o modelo é encabeçado pela produção voltada para o mercado interno. Isto faz com que a economia desenvolva grande dependência das divisas internalizadas através do mercado de gêneros primários, que contribui com a maior parte das exportações. Enquanto estes gêneros permanecem valorizados no mercado externo, há fluxo de divisas suficientes para financiar a atividade industrial. Entretanto, na superveniência de crises e baixas agudas nos termos de troca, como foi o caso da conjuntura que se seguiu ao choque do petróleo nos anos 70, a fragilidade do equilíbrio torna-se evidente, drenando as reservas externas da economia e pressionando rumo à crise financeira e cambial (BRESSER-PEREIRA, 1978, 2016c).

Dadas as anomalias geradas pelo exaurimento do modelo de industrialização por substituição de importações na economia, tornava-se patente a necessidade de um ajuste estrutural no modelo econômico. O caminho elegido pela sucessão de coalizões dominantes até os anos 1980, entretanto, foi o de insistir na estratégia vigente, ampliando de forma

inconsequente o gasto público e flexibilizando o seu elemento nacionalista para financiar tanto as necessidades de investimento quanto os desequilíbrios frequentes no setor externo da economia através do recurso à poupança externa disponível no mercado internacional. Esta escolha é contextualizada pela alta disponibilidade líquida dos países desenvolvidos no período e pela dominância da ideologia liberal no plano internacional, que refletia a mudança de estratégia dos países imperialistas para os termos neoliberais do capitalismo dominado pelas finanças. O discurso liberalizante propagado desde os países ricos pressionava os países periféricos para que abrissem suas economias aos fluxos financeiros internacionais, contemplando os interesses do capital imperialista por oportunidades lucrativas de investimento e postulando como contrapartida o efeito benéfico pretensamente gerado pela internalização destes capitais para a complementação da poupança interna e a consequente aceleração do desenvolvimento (BRESSER-PEREIRA, 2002, 2006, 2016a; BRESSER-PEREIRA; NAKANO, 2003).

O resultado do caráter cada vez mais dependente do modelo econômico em conjunto com a sua incapacidade de adereçar os problemas estruturais da economia foi o endividamento progressivo do Estado. Apesar disso, a orientação do projeto de desenvolvimento teria permanecido focado nos interesses da nação, consubstanciados no crescimento econômico liderado pela expansão do setor produtivo. Um momento importante deste fato teria sido o ajustamento da estratégia econômica a partir de 1969 para o modelo que subsidiou o “Milagre”, pautado na exportação de manufaturados. A breve experiência com o modelo *export-led* teria evidenciado a lucidez da equipe econômica do governo, comandada pelo economista Antônio Delfim Netto, que antecipou a conclusão sobre o amadurecimento do parque industrial brasileiro e o exaurimento da ISI. A diretriz da economia no período expressou uma visão compartilhada pelo Novo Desenvolvimentismo de que o imperativo da nova fase da acumulação seria a necessidade de inserir a indústria moderna no mercado internacional, competindo por novos mercados e aproveitando-se da economia de escala (BRESSER-PEREIRA, 2016c).

Apesar dos resultados da política exportadora, foi inevitável a eclosão da crise do desenvolvimentismo na década de 1980, cujo principal fator era o superendividamento da economia e os efeitos sobre ela dos fatores exógenos, com a queda dos preços das commodities, na sequência dos choques do petróleo, e a explosão da dívida pública com a drástica elevação da taxa de juros do tesouro americano em 1979, já que os seus títulos estavam via de regra indexados às taxas de juro correntes no mercado internacional. A crise

da dívida pública vulnerabilizou o Estado e com ele a base de poder das classes formadoras da coalizão dominante desenvolvimentista, abrindo espaço para a sobreposição de seu projeto de sociedade aos interesses correntes no plano internacional. A materialização destes interesses deu-se pelos planos de ajuste construídos pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Tesouro Americano, os quais antes de solucionarem de forma duradoura as causas da crise desmantelaram o aparelho estatal e abriram caminho para o aprofundamento da conexão entre o espaço nacional e os fluxos financeiros internacionais. Esta conexão assumiria sua forma plena na década de 1990, quando em meio à crise econômica e a hiperinflação, o neoliberalismo assume tez hegemônica e passa a constituir o mastro da política econômica (BRESSER-PEREIRA, 2002, 2003A; BRESSER-PEREIRA; GOMES, 2009).

No diagnóstico que faz o Novo Desenvolvimentismo, a conjuntura neoliberal no Brasil trouxe acertos e erros. O combate à inflação na conjuntura de descontrole do início dos anos 1990 afigurava realmente como um imperativo, e além disso a reforma do Estado e a abertura comercial seriam medidas importantes de ajuste, desde que realizadas de forma organizada. O aparelho estatal teria se expandido no período tecnoburocrático a níveis que punham a perigo a responsabilidade fiscal, e a competição deveria ser restaurada no plano interno para combater a acomodação das empresas, instaurada sob o já injustificado protecionismo das políticas de substituição de importações. Entretanto, estas reformas vieram acompanhadas da profilaxia econômica difundida pelo “Segundo Consenso de Washington”, segundo a qual o caminho do desenvolvimento dependeria, de um lado, do rígido controle da inflação e do déficit público, e, de outro, da radical abertura financeira dos países subdesenvolvidos, pondo abaixo as barreiras institucionais à ação dos capitais especulativos (BRESSER-PEREIRA, 2002, 2006, 2016c; BRESSER-PEREIRA; NAKANO, 2003)⁵⁹.

Nesta visão, os expedientes receitados permitiriam não só retomar a estabilidade econômica naqueles países, como também adereçar os problemas de insuficiência da poupança interna através do recurso à poupança externa disponível no mercado internacional, acelerando o seu desenvolvimento. Ao mesmo tempo, o ambiente de liberdade financeira seria importante para promover um mecanismo de disciplina sobre os Estados locais, garantindo o seu compromisso com a responsabilidade fiscal. As suas ações seriam avaliadas pelo comportamento “racional” do fluxo internacional de investimentos, que reagiria através

⁵⁹“De acordo com a abordagem de Washington, as causas da crise latinoamericana eram basicamente duas: (1) o excessivo crescimento do Estado, traduzido em protecionismo (a estratégia de industrialização por substituição de importações), excesso de regulação, e empresas estatais ineficientes e em número excessivo; e (2) o populismo econômico, definido pela incapacidade de controlar o déficit público e de manter sob controle as demandas salariais tanto do setor privado como do setor público.” (BRESSER-PEREIRA, 2016c, p. 308);

dos movimentos de recepção ou fuga de capitais. Seguindo esta cartilha, o sentido das reformas institucionais a partir da década de 90 radicalizariam a tendência de liberalização comercial e financeira, adotando como estratégia o movimento já iniciado nos anos 80 de crescimento com poupança externa. Em regime complementar, após a estabilização econômica com o plano real, o centro da política econômica passaria a pautar-se na adoção do tripé macroeconômico formado por “superávit primário”, “câmbio flutuante” e “política de metas de inflação” (BRESSER-PEREIRA; GOMES, 2009; OREIRO, 2012a).

Embora levante objeções às medidas do receituário neoliberal, o desacordo da estratégia Neodesenvolvimentista é tão somente parcial. Ratificam a validade geral da importância dada à contenção fiscal, ao combate à inflação e à regência do câmbio pelo mercado, mas colocam que estes fatores não podem ser elevados a termos extremos, sem considerar ora as necessidades conjunturais do sistema econômico para manter o seu crescimento, ora as características histórico-estruturais dos países “em desenvolvimento” altamente endividados, como é o caso brasileiro. Além disso, contrapõe em termos absolutos a oportunidade e a conveniência da estratégia de “crescimento com poupança externa” no contexto brasileiro. Postulam ser essencialmente falsa a assertiva da insuficiência de poupança interna na nação para financiar seu próprio desenvolvimento, e que este apelo aos recursos externos acarretaria não somente a estagnação econômica experimentada no período neoliberal, como atenderia às custas do crescimento econômico os interesses específicos das parcelas rentistas do capital financeiro internacional, cujas atividades são as principais beneficiárias da política econômica.

A questão fundamental a considerar seria que a estratégia de desenvolvimento com poupança externa encontra nos países como o Brasil um contexto onde o endividamento já é elevado e estão ausentes os pressupostos necessários para a conversão da poupança externa disponível em investimento produtivo, notadamente a existência de baixas taxas de juros e de uma taxa de câmbio competitiva. O resultado deste arranjo seria a valorização artificial e ainda maior do câmbio, que se vê naturalmente apreciado pela ocorrência da “doença holandesa”, o aumento geral da capacidade de compra pelos atores internos no mercado internacional e, conseqüentemente, o desvio dos recursos internalizados desde a sua aplicação produtiva para a esfera do consumo. Assim, a ampliação do endividamento da economia não se converteria no incremento da capacidade produtiva – ao contrário, teria um efeito desestabilizador do sistema econômico, criando dependência sobre o refinanciamento da dívida pelos atores externos, incentivando o movimento de importação e o desequilíbrio das

contas externas, desestimulando o investimento produtivo e gerando pressões inflacionárias (BRESSER-PEREIRA; NAKANO, 2003; BRESSER-PEREIRA; GOMES, 2009; BRESSER-PEREIRA; MARCONI; OREIRO, 2009).

A política econômica praticada pelo governo para neutralizar estas consequências desta estratégia, por sua vez, ao invés de descender às “causas estruturais” do problema, estariam limitadas a aplicar automaticamente os pressupostos do receituário neoliberal, elevando a taxa básica de juros para conter as pressões inflacionárias e ajustando ainda mais o aperto fiscal. O efeito seria rigorosamente o oposto: o juro elevado e a contenção do investimento público implicariam na diminuição da propensão a investir, enquanto elevariam ao mesmo tempo o custo da dívida e a rentabilidade das aplicações financeiras. O diferencial do juro interno e externo, então, conduz a uma nova onda de internalização de recursos, que valorizam o câmbio, impulsionam o consumo e produzem novas pressões inflacionárias. Este ciclo passa a sustentar-se cronicamente porque a diminuição da taxa de juros pelas autoridades monetárias desencadeia a depreciação cambial e o crescimento inflacionário, induzindo um novo aumento da taxa de juros antes sua baixa possa causar pressões de demanda. Engendra-se, portanto, um comportamento de retroalimentação que conecta os problemas causados pela estratégia de crescimento com poupança externa e a política econômica do paradigma neoliberal (BRESSER-PEREIRA, 2009, p. 40-46).

Sob a luz destas conclusões, a proposta Novo Desenvolvimentista tenta se posicionar como uma espécie de “meio termo” entre o arranjo neoliberal e o “populismo econômico”, identificado como o conjunto de medidas de irresponsabilidade fiscal e cambial que levaram à crise econômica e do Estado experimentada nos anos 80⁶⁰. Na “Nova Estratégia de Desenvolvimento”, o papel de setor dinâmico da economia é concedido novamente à esfera produtiva, mais especificamente ao setor da indústria moderna, com os esforços estatais voltados para promover a concorrência internacional destas empresas. A orientação *export-led* do padrão de acumulação integraria a nação no movimento global de desenvolvimento, permitindo-lhe aproveitar a economia de escala para seus produtos, estimular o progresso técnico da produção e adereçar as tendências estruturais de desequilíbrio no balanço de

⁶⁰ Nas palavras de Bresser-Pereira (2010, p. 12): “O populismo econômico é a prática irresponsável de um governo sistematicamente gastar mais dinheiro do que recebe. O populismo econômico tinha origem não apenas nos déficits orçamentários (populismo fiscal) mas também nos déficits em conta corrente (populismo cambial); o populismo cambial (quando um câmbio apreciado provoca aumentos artificiais nos salários reais) foi originalmente identificado nos anos 1970 por Adolfo Canitrot (1975). No caso do populismo fiscal, o Estado gasta mais do que recebe e incorre déficits públicos recorrentes; no caso do populismo cambial, o Estado-nação gasta mais do que recebe e incorre déficits recorrentes em conta corrente. O resultado é geralmente uma crise do balanço de pagamentos, como Jeffrey Sachs (1990) demonstrou ao analisar e modelar episódios populistas.”

pagamentos através do acúmulo de superávits comerciais. Em termos da política econômica, enquanto permanecem centrais a contenção fiscal, a estabilidade dos preços e o controle do câmbio pelo mercado, ingressam como variáveis a baixa da taxa de juro a níveis equivalentes aos países em nível de desenvolvimento similar, o equilíbrio intertemporal no balanço de pagamentos e a contenção da valorização “artificial” da moeda nacional, administrando o câmbio para que alcance a faixa de “equilíbrio industrial”⁶¹.

No novo contexto, não existe a oposição radical do neoliberalismo em relação à intervenção estatal e às políticas de fomento. Ainda que o foco Novo Desenvolvimentista esteja sobre a manipulação dos preços macroeconômicos, aceita a hipótese da intervenção estatal através de outros meios, como por exemplo a política fiscal. Quanto a esta, o campo de disputa está fundamentalmente na sua interação com a noção de “macroequilíbrio” e com os determinantes eleitos para guiar a estratégia de desenvolvimento. Assim, qualquer dispêndio do Estado deve voltar-se para impulsionar o investimento produtivo e promover a competitividade internacional das empresas, ao mesmo tempo em que permanece como limite desta intervenção a ideia de responsabilidade fiscal, impondo um veto ao gasto que exceda o potencial de arrecadação da máquina pública. A partir desta interação, o Novo Desenvolvimentismo pretende compatibilizar a importância que assume no seu corpo teórico o Estado e seu aparato econômico enquanto centro de decisões e condução do processo de desenvolvimento com a mitigação da irresponsabilidade fiscal e do crescimento excessivo da máquina pública, os quais figuram no centro das críticas neoliberais à teoria e prática do Estado Desenvolvimentista.

A mesma ideia se aplica na administração pelo Estado da relação entre capital e trabalho. Na sua leitura histórica, enquanto o neoliberalismo caracterizou-se pela desvalorização dos salários ou sua valorização em ritmo muito abaixo do crescimento econômico, o “populismo fiscal” engajara em uma dinâmica perniciosa onde a marcha de valorização era excessiva, excedendo a taxa de crescimento. No novo padrão, os baixos

⁶¹ “Uma taxa de câmbio competitiva é aquela que se situa no “equilíbrio industrial”, ou seja, que corresponde à taxa de câmbio necessária para que empresas que utilizem tecnologia no estado da arte mundial sejam internacionalmente competitivas. O que é uma taxa de câmbio competitiva? Não é uma taxa de câmbio “relativamente desvalorizada” como pensei durante um certo tempo, mas a taxa de câmbio de “equilíbrio” industrial que defini ao desenvolver o modelo de “doença holandesa” baseado em duas taxas de câmbio de equilíbrio. Por que ela tende a se sobreapreciar? Porque, primeiro, a doença holandesa a puxa do equilíbrio industrial para a corrente. Segundo, porque as entradas excessivas de capital causadas especialmente pela equivocada política de crescimento com poupança externa, promovida mediante a elevação da taxa de juros para atrair capitais e mediante o aumento irresponsável das despesas do Estado, e também, em razão do uso de âncoras para combater a inflação, da política de elevação da taxa de juros para superar a “repressão financeira”, e do populismo cambial, apreciam ainda mais a moeda nacional, levando a taxa de câmbio para baixo do equilíbrio corrente, na área do déficit em conta corrente.” (BRESSER-PEREIRA, 2012, p. 10).

salários pagos na esfera produtiva nacional engajam na dinâmica econômica como um diferencial de competitividade das empresas em relação aos concorrentes desenvolvidos. Então, a sua manutenção em níveis baixos seria relevante em um primeiro momento de transição, quando se trata de recolocar o sistema econômico nacional nos rumos do crescimento. Após este momento, o ideal seria a valorização dos salários *pari pasu* aos resultados econômicos da acumulação, mantendo-a em níveis sustentáveis que não espelhem a estagnação observada no período neoliberal nem o excesso característico do “populismo fiscal” (BRESSER-PEREIRA, 2016b; OREIRO; MARCONI, 2016).

O pivô do controle sobre este equilíbrio, como não poderia deixar de ser, é o próprio Estado, que empenharia para isto políticas como a valorização do salário mínimo ou a promoção de serviços públicos universais, com foco na saúde e na educação. A inserção dos interesses das classes trabalhadoras na “Nova Estratégia de Desenvolvimento”, então, estaria primeiramente conectada à própria expansão econômica. Neste sentido, o benefício auferido é pretensamente o aumento do número de postos de trabalho formal disponíveis na esfera produtiva e a possibilidade de incremento salarial, sempre de forma subordinada à manutenção da competitividade externa da economia e a estabilidade do crescimento econômico. Depois, está subsumida à formação de uma Estado Social regido pelos imperativos da equidade social, que aparece comprometido com a garantia dos pressupostos para o ingresso em condições de equidade dos cidadãos no mercado de trabalho e a promoção de uma distribuição menos excludente do produto social. Este compromisso se manifestaria através da administração do equilíbrio entre o crescimento da taxa de lucro e dos salários e do oferecimento direto ou indireto pelo aparato público de uma rede de serviços de saúde e educação, que são do interesse do trabalhador, mas que possuem ao mesmo tempo papel estratégico em relação à acumulação, já que promovem a qualificação e a longevidade da mão-de-obra (BRESSER-PEREIRA, 2016b).

Em relação a este panorama, é possível identificar entre a análise dependentista e o diagnóstico que fundamenta a “Nova Estratégia de Desenvolvimento” algumas convergências. Ambas as correntes identificam na era neoliberal um evidente retrocesso das condições em que se desenvolve o processo econômico e social na periferia tomando como referência o período anterior da industrialização por substituição de importações. Este retrocesso é dado pela reorganização da dependência no novo padrão financeirizado e de especialização produtiva, que estreita o espaço de ação das classes internas no marco de sua subordinação e condiciona a inserção internacional dos países periféricos a papéis muito

menos dinâmicos. No plano das forças produtivas, em lugar do paradigma de industrialização dependente e diversificada, impõe-se um agudo processo de reprimarização da economia que destrói os setores de maior valor agregado. A liberalização também incide no aprofundamento do processo oligopolização e desnacionalização da produção. O marco institucional de proteção do trabalho é desbastado para dar espaço às novas formas mais precárias de exploração típicas da nova fase, notadamente a terceirização de serviços. Por fim, a dependência financeira é aprofundada, impondo um movimento de crônico endividamento dada a necessidade de financiar com capitais externos os desequilíbrios cíclicos – comerciais e correntes – nas contas nacionais (MARTINS; VALENCIA, 2001; CAMPOS, 2009; OSÓRIO, 2012b).

A estagnação econômica causada pela dinâmica exposta implica em consequências graves para a classe capitalista nacional associada a atividades produtivas, já que esta perde seu controle sobre o processo econômico em prol do grande capital financeiro e internacional, e permanece excluída dos benefícios compartilhados pelas classes rentistas ou pelas grandes corporações interessadas em utilizar-se do baixo custo do trabalho e da ampla disponibilidade de recursos naturais como forma racionalizar suas cadeias globais de produção. Entretanto, não há dúvida de que afeta também a classe trabalhadora, que sofre com a retração dos postos de trabalho causada pela desindustrialização, desencadeando ondas de desemprego e subemprego mais sensíveis nas fases descendentes do ciclo econômico, e com a precarização geral do trabalho, na esteira da inflexão do marco regulatório e do aumento do exército de reserva. Diferentemente do que surge no discurso neoliberal, o resultado dessa modernização conservadora é a ruptura do processo de valorização do trabalho e a recondução à superexploração. A agudez deste processo pode ser observada de inúmeras maneiras, e aparece de forma patente no comportamento comparativo entre os níveis históricos do salário mínimo legal (SML) e o salário mínimo necessário (SMN) – na estatística calculada pelo DIEESE, a partir da década de 80 a desvalorização abrupta do SML o levará a permanecer por mais de uma década em menos de 35% do poder de compra do SMN, entre os anos de 90 e 2005 (LUCE, 2013; ALVES, 2017).

Este recorte altamente desigual do neoliberalismo enquanto hegemonia de classe voltada para as parcelas mais altas da burguesia mundial e as suas consequências tanto em termos do aprofundamento da dependência quanto do rebaixamento do trabalho implicam na projeção de um caráter progressista às estratégias desenvolvimentistas quando comparadas ao *status quo*. A ênfase no fortalecimento das funções econômicas do Estado e na retomada do

crescimento produtivo, com suas consequências indiretas para o mundo do trabalho, são o que justifica no curto prazo e em termos conjunturais a preferência do pensamento marxista e de esquerda aos seus projetos políticos (MOLLO, 2015). Entretanto, a proposta nova desenvolvimentista se apresenta como um projeto supraclassista e antagônico às características neoliberais, capaz de levar a sociedade nacional não só ao crescimento econômico e à modernização, mas à panaceia do desenvolvimento – que é tratada como uma consequência direta de ambos os fenômenos. Esta inversão esconde não só a sua estreita vinculação a interesses de classe muito específicos, como também oculta as suas fragilidades e exacerba as potencialidades da “Nova Estratégia de Desenvolvimento”. Desde o ponto de vista da TMD, o que interessa destacar é precisamente quais os limites impostos a este projeto de sociedade e como podem ser compreendidos os seus preceitos em um ambiente de disputa entre as classes internas e externas pela distribuição do poder sob o domínio do padrão neoliberal.

Neste sentido, dando eco às limitações teórico-metodológicas do Novo Desenvolvimentismo, a “Nova Estratégia de Desenvolvimento” opera as suas proposições encapsulada em uma macroeconomia dissociada da história, que convenientemente ignora a materialidade da formação econômica e social enquanto encadeamento de relações sociais constituídas pela dependência e por ela condicionadas para viabilizar sua interpretação apologética da acumulação capitalista⁶². Através deste expediente, o problema do desenvolvimento aparece reduzido a um conjunto de “ajustes” na política econômica, cujos efeitos e interações com as relações sociais de dependência e segregação social, reificadas em séculos de progressão histórica, não são problematizadas. Ao contrário, a sua manifestação é substituída por parâmetros e categorias construídas a partir de suas próprias expectativas, as quais aparecem no discurso como supostos integrantes da realidade. O resultado é a produção de uma visão de mundo profundamente economicista e endogenista, que fratura os fenômenos das suas causas e por isso pode encerrar seu debate na manipulação de instrumentos econômicos para “[...] superar os entraves ao crescimento e conciliar as exigências do equilíbrio macroeconômico com os objetivos da política industrial e as necessidades orçamentárias da política social.” (SAMPAIO JUNIOR, 2012, p. 680).

Contra essa visão, em um primeiro momento é necessário inverter na ordem do discurso causa e consequência. Os distúrbios evidentes no ambiente macroeconômico

⁶² “Atendo se aos horizontes restritos da macroeconomia, cujos parâmetros se baseiam na suposição de que os fundamentos da realidade não sofrem alterações qualitativas, a perspectiva neodesenvolvimentistas fica impedida, como consequência de suas próprias escolhas epistemológicas, de examinar os fenômenos do desenvolvimento, cuja essência consiste em compreender a capacidade de a sociedade nacional controlar o processo de mudança social impulsionado pela acumulação de capital.” (SAMPAIO JUNIOR, 2012, p. 681).

brasileiro não decorrem somente da falta de conscientização das classes em relação às necessidades nacionais - que se manifestaria na direção do Estado como uma escolha equivocada de política econômica - e, por consequência, a sua reversão não depende da sua “educação ideológica”. Antes, aqueles distúrbios decorrem da incapacidade de ação do Estado frente ao capital financeiro, dado o seu posicionamento na trama de relações de subordinação acumuladas progressivamente nos períodos predecessores. Estas relações guardam profunda identidade com o caráter dependente da economia que se estabelece de forma cumulativa desde a sua formação. As contradições gestadas no ciclo industrializante foram responsáveis por colocar o capital estrangeiro como um ator-chave na condução do processo econômico como uma alternativa para solucionar a ausência dos pressupostos de sustentação da economia industrial do ponto de vista tecnológico e financeiro. Por sua vez, o superendividamento do Estado e a desregulamentação imposta depois da crise dos anos 80 redefiniram esta relação, asseverando a dependência pública e privada dos fluxos financeiros internacionais e compondo mecanismos de autodefesa que inviabilizam qualquer mudança radical no padrão de acumulação contra os interesses do mercado, opondo-lhes a ameaça da crise de financiamento (CAMPOS, 2009; SAMPAIO JUNIOR 2012).

Trata-se muito mais de definir como qualquer capacidade de condução endógena dos termos de seu próprio processo econômico é desbastada pela formação dependente da sociedade do que organizar a vontade política para assumir um projeto nacional de desenvolvimento. A capacidade de resistência dos interesses associados à ordem global e sua posição de poder na formação econômica e social devem necessariamente ser consideradas. Também devem ser considerados os nexos que atêm as classes e segmentos sociais elevados na “Nova Estratégia de Desenvolvimento” como pioneiros da promoção dos interesses nacionais com a ordem vigente. A realidade é que a subordinação proporcionada pela abertura financeira e comercial age como condição da inserção das classes dominantes internas na ordem mundial é regida pela acumulação comandada pelas finanças. Como característica deste modo de regulação, a extrema oligopolização da produção no plano externo é reeditada no plano interno com a anexação das empresas nacionais aos grandes conglomerados internacionais. Se de um lado este expediente implica na diminuição da sua autonomia, de outro abre caminho para a incorporação tecnológica, o acesso à capacidade financeira das matrizes globais e a sua inserção nas cadeias internacionais de comércio intracompanhia (CAMPOS, 2009; CASTELO, 2013).

Conforme se avança neste complexo de relações, tornam-se evidentes as fragilidades dos supostos à “Nova Estratégia de Desenvolvimento” em relação à existência de uma burguesia industrial, moderna, comprometida com a promoção do desenvolvimento nacional e sua oposição à ordem neoliberal e ao capital financeiro. Apesar dos esforços para demonstrar a oposição aos efeitos deletérios da ação e ideologia imperialistas no plano nacional, permanecem patentes sob o diálogo os vínculos de solidariedade entre as classes dominantes internas e a presença do capital internacional no sistema econômico, acumulada principalmente nos setores mais dinâmicos, fato que na visão Novo Desenvolvimentista não parece acarretar qualquer tipo de consequência. Novamente, a abstração dos nexos estruturais que explicam a trajetória política e econômica por detrás da reprodução do capitalismo selvagem e bárbaro na periferia do sistema mundial torna-se um recurso discursivo para viabilizar a ilusão de um processo de acumulação possível e desvinculado de suas contradições (CASTELO, 2013)

Os interesses e as estratégias do bloco formado pelas classes dominantes internas e externas com o capital internacional desaparecem da estruturação da vulnerabilidade externa estrutural, e aquela aparece como o resultado puro e simples da valorização cambial e seu impacto nos interesses da produção industrial. Como argumenta Sampaio Júnior (2012, p. 682):

Perdem-se os elos inextrincáveis entre presença dominante do capital internacional, vulnerabilidade externa estrutural, desindustrialização e especialização regressiva das forças produtivas. Desaparecem os nexos entre burguesia dos negócios, especulação mercantil e financeira como base da acumulação capitalista, dependência estrutural da exportação de commodities e revitalização do latifúndio e do extrativismo — estruturas típicas da economia colonial. Por fim, a opção por ficar na superfície dos fenômenos impede que se vejam os vínculos indissolúveis entre burguesias rentistas, discriminação contra o investimento produtivo, ajuste fiscal permanente, limites estruturais à expansão do mercado interno e precariedade das políticas públicas.

Se é evidente que o ambiente macroeconômico marcado pelo câmbio valorizado e altas taxas de juro violenta a competitividade externa das empresas situadas no território, a trajetória histórica demonstra de forma patente a permanência desta vulnerabilidade mesmo sob outros regimes de acumulação, notadamente sob o período do Subimperialismo brasileiro durante a ditadura militar. Este fato projeta dificuldades sobre as expectativas Novo Desenvolvimentistas quanto aos efeitos da transição a um regime *export-led* enquanto solução ao desequilíbrio externo da economia. Não são apresentados sinais de que as características estruturais advindas da falência do modelo de exportação tenham sofrido alterações

significativas. O fato é que permanece o caráter dependente da indústria interna, aprofundado pelos movimentos de desnacionalização e especialização produtiva. Como consequência, também permanece a pressão que este caráter impõe sobre o equilíbrio externo, dados os movimentos de importação de insumos e bens de capital na conta comercial e as transferências de renda como remessas de lucros e dividendos, pagamentos de juros ou royalties na conta corrente.

A principal contradição, no entanto, resta sobre os efeitos da “Nova Estratégia de Desenvolvimento” sobre as perspectivas das classes dominadas. Neste ambiente as propostas Novo Desenvolvimentistas assumem um caráter ainda mais inconsistente. Partem do pressuposto de que o crescimento econômico e a modernização são a chave para a diminuição da desigualdade social implícita à utopia do desenvolvimento. A questão fundamental seria aliar uma política de crescimento com mecanismos distributivos mais eficientes manejados de forma racional pelo Estado Nacional. Quando se descende o nível de abstração, no entanto, esta proposta esbarra no impacto da elevação dos salários (direta ou indiretamente) sobre os custos de produção e, através deles, sobre a competitividade externa das empresas. Então, o viés social da “Nova Estratégia de Desenvolvimento” deve ser matizado sob o discurso da contenção salarial no curto prazo, enquanto um “sacrifício” oferecido pela classe trabalhadora para promover no médio e longo prazo o interesse coletivo. O compromisso com a condição de vida do trabalhador é deslocado para o tempo futuro, nos termos do aumento gradual, condicionado ao crescimento econômico e à recomposição da taxa de lucro das empresas.

Ademais, propõe-se a expansão do papel social do Estado, através do estabelecimento de uma rede de serviços públicos em benefício do trabalhador e que sejam convenientes para a acumulação – notadamente saúde e educação. Esta proposição também esbarra em um menor nível de abstração com a defesa férrea da contenção fiscal permanente herdada do prescricionário neoliberal. Perde-se de vista a ligação ontológica entre o caráter dependente do Estado e a capacidade econômica inferior que lhe é inerente, dada a deficiência da acumulação interna cumulada ao papel que a poupança pública deve assumir no subsídio da economia e no pagamento de rendas ao capital rentista, com a precariedade geral das políticas públicas. Estas contradições estruturais são apagadas do problema do desenvolvimento para dar luz a um *deus ex machina* capaz de solucionar a desigualdade social por um simples trânsito da vontade política, através da pretensa incorporação na coalizão dominante os interesses econômicos do trabalho urbano. Note-se que, à exemplo de todas as experiências desenvolvimentistas brasileiras, a ênfase no trabalho urbano esconde um silêncio nauseante

quanto à condição da população camponesa, sujeita à barbárie ancestral que se manifesta hodiernamente na permanência da estrutura latifundiária assentada na superexploração do trabalho e na perpetuação das formas contemporâneas de trabalho escravo.

Na sua dialética do subdesenvolvimento, a TMD se esforça para entregar uma concepção crítica e materialmente fundada dos processos típicos das sociedades dependentes, aliando as condições em que se desenvolve o processo econômico com a agência das classes na dimensão das práticas sociais. É neste sentido que assume importância fundamental a exogenia econômica para fornecer o substrato sobre o qual erige-se a superexploração da força do trabalho, dada a transição do antagonismo entre capital e trabalho desde a primeira para a segunda fase de circulação no ciclo do capital. A baixa relevância do consumo do trabalho para os capitalistas que produzem para o exterior significa que o rebaixamento do trabalhador a um nível inferior à sua subsistência tem pouco ou nenhum impacto para suas expectativas de conversão das mercadorias em equivalente universal, formatando uma tendência extremamente conservadora à manifestação política dos seus interesses. Este traço, vinculado à distribuição regressiva da renda e o foco da produção em artigos suntuários para a maior parte da população, conduz o traço fundamental da produção dependente, que é a sua dissociação das necessidades da maior parte da população. Imaginar o cálculo tático da ação política da classe trabalhadora para formatar um novo padrão de reprodução do capital perpassa, portanto, pela reversão no máximo possível deste panorama, com o intuito de propiciar a acumulação de forças através da interdependência objetiva entre capital e trabalho.

Ao propor um modelo econômico onde o dinamismo da acumulação é voltado para fora, ademais das contradições já apontadas, a “Nova Estratégia de Desenvolvimento” não soluciona o impasse gerado pela dissociação das fases do capital e das esferas alta e baixa do consumo – muito pelo contrário, as assevera. Projetando as consequências deste fato sobre uma compreensão materialista e crítica do Estado como um *locus* de interações políticas de classe, recortadas pela posição objetiva que estas detêm no processo produtivo e pela parcialidade do próprio terreno institucional a favor das classes dominantes, isto significa impor-lhe um afastamento ainda maior quanto aos interesses das classes dominadas. A sustentação da tese Novo Desenvolvimentista acerca da inserção do trabalho no seu projeto de sociedade, então, passa a embasar-se em um puro idealismo que encontra pouco ou nenhum eco nas condições materiais em que se constitui e convive o antagonismo das classes. Nisto, equivale a projetar uma espécie de humanização das classes capitalistas,

que devem conscientizar-se e conceder mais do que o estritamente necessário para a manutenção do domínio e da exploração da classe trabalhadora como simples induto de sua solidariedade.

Evidentemente, esta visão é afastada por qualquer interpretação crítica e marxista da realidade, tendo em vista que as contradições entre as classes no capitalismo são objetivas. Se o aprofundamento da exploração surge como a contrapartida necessária da sobrevivência do capitalista no modo de produção em geral, a superexploração do trabalho assume esta função no capitalismo dependente, exaurindo o espaço de manobra das classes dominantes para manejar os termos ideológicos de sua dominação através de concessões econômicas ao trabalho sem pôr a perigo a sua particular inserção na ordem global de divisão do poder. Este traço é particularmente asseverado sob a vigência de um regime organizacional pautado no controle financeiro das corporações, onde a sua estrutura diretiva é subordinada à pressão permanente pela entrega de resultados que ocasionem a valorização de seus ativos financeiros com vistas a atender as necessidades especulativas dos seus acionistas. O mais coerente é incorporar como chave de interpretação dos termos em que se dá este conflito a tensão permanente pela acumulação das formas de exploração e a desestruturação de toda e qualquer prerrogativa de proteção ao trabalho. Este é um traço cujas consequências são mais visíveis no capitalismo dependente, mas que se manifestam de forma geral no paradigma organizacional pós-fordista inerente à globalização neoliberal e também podem ser observadas na difusão da superexploração mesmo nas economias centrais e imperialistas.

O fetichismo Novo Desenvolvimentismo tenta conciliar o inconciliável agregando os “aspectos positivos” do neoliberalismo e do desenvolvimentismo, enquanto tenta dissociar ambos os fenômenos de seus “aspectos negativos”. O resultado é uma falácia que para além das suas idiosincrasias teóricas e ideológicas acaba por criar um conjunto de reflexões que enquadram-se perfeitamente na pauta neoliberal, desnudando-se de qualquer aspecto crítico e original capaz de sustentar uma ruptura (e resultados) particularmente afastados daqueles entregues pelo *status quo*, limitando-se a atenuar os seus fatores mais polêmicos, especificamente em relação aos interesses emanados das parcelas mais dinâmicas (e poderosas) do capital associado à esfera produtiva. Nas palavras de Sampaio Júnior (2012, p. 680):

Na prática, a terceira via torna-se uma espécie de versão ultra light da estratégia de ajuste da economia brasileira aos imperativos do capital financeiro. O diferencial do neodesenvolvimentismo se resume ao esforço de atenuar os efeitos mais deletérios da ordem global sobre o crescimento, o parque industrial nacional e a desigualdade

social. Não se questiona a possibilidade de a igualdade social e a soberania nacional serem simplesmente antagônicas com a estabilidade da moeda, a austeridade fiscal, a disciplina monetária, a busca incessante da competitividade internacional, a liberalização da economia.

Com efeito, apesar do discurso pseudocrítico, as prescritivas Novo Desenvolvimentistas concedem igual importância à organização da economia para a proteção dos interesses do capital financeiro e o seu confisco permanente sobre o produto social. A política econômica de contenção fiscal e promoção da economia exportadora continua a conectar-se com o imperativo de formação dos vultuosos superávits primários, que não cumprem outra função senão aquela de remunerar em moeda forte os empreendimentos do capital estrangeiro e do grande capital nacional a ele associado. Estes não têm contestada a sua dupla hegemonia, que se manifesta não só na liderança das transações financeiras de cunho especulativo com ativos da dívida pública e com a moeda, mas também na condução dos principais setores da produção interna, que se localizam o na exploração voraz dos recursos naturais e nos setores industriais mais lucrativos ou capital-intensivos conectados à demanda do mercado global.

Nestes termos, o Novo Desenvolvimentismo e a sua “Nova Estratégia de Desenvolvimento” não constituem para os descaminhos do capitalismo dependente qualquer possibilidade real de rompimento com as relações de subordinação que imprimem a esta forma do modo de produção seus traços de selvageria e barbárie, mas tão somente uma expressão ideológica, aliciadora e conjuntural da agência política no interior do bloco de relações entre as classes dominantes. Esta agência política busca organizar em seu braço espiritual os termos da cooperação antagônica com a potência hegemônica, consubstanciada no capital financeiro nacional e internacional, para negociar uma posição mais vantajosa em meio à sua subordinação, sem contestar em nenhum momento a continuidade da subordinação como tal. Esta aquiescência é demonstrada na incorporação das principais diretrizes econômicas que regem o padrão neoliberal como linhas mestras incontestadas no Novo Desenvolvimentista. Em termos concretos, o que parece estar em jogo é somente a posição ocupada neste quadro restrito de dominação pela burguesia industrial, que busca acumular forças para reverter os aspectos que lhe são mais prejudiciais na condução da política econômica e angariar assim maior autonomia, instrumentalizando para isto a disputa pela hegemonia sobre o Estado Nacional e o apoio político das classes dominadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa pretendeu investigar quais limitações podem ser aferidas na forma como o “Novo Desenvolvimentismo”, ideologia política e econômica de notoriedade no cenário nacional, situa o Estado ante o seu modelo teórico de “Desenvolvimento Econômico com Equidade Social”, utilizando para isto a categoria da dependência como teorizada pela Teoria Marxista da Dependência (TMD). Para tanto, partiu da compreensão de que apesar das duas matrizes teóricas desenvolverem as suas principais contribuições de forma deslocada no tempo e para conjunturas diferentes, ambas fornecem uma leitura da processualidade histórica do capitalismo brasileiro e se conectam por uma problemática comum: discutem a possibilidade e os limites do capitalismo na periferia do sistema mundial. Além disso, entende-se que no interior desta problemática, cada uma das vertentes adota como ponto de partida vértices completamente opostos: se o Novo Desenvolvimentismo celebra a “Utopia do Desenvolvimento” como horizonte de modernidade a ser perseguido pelas nações periféricas industrializadas, a TMD descarta a possibilidade do desenvolvimento neste eixo, defendendo a via revolucionária como única saída a situação de “Subdesenvolvimento”.

Para que a investigação aqui proposta se realizasse, primeiramente o esforço se deu em isolar no interior da bibliografia dependentista as categorias que orientam esta corrente de pensamento. Neste movimento, estabeleceu-se a dependência como um traço estrutural que acompanha o desenvolvimento histórico do capitalismo na periferia. Este traço deriva do fato de que as formações econômicas e sociais dependentes se constituem ao redor de relações econômicas controladas desde fora de seu território, as quais permitem uma integração parcial à modernidade capitalista e, ao mesmo tempo, impõe uma inserção subordinada na divisão internacional do trabalho. A dependência, então, internaliza-se e passa a condicionar o processo global de diferenciação social, fazendo com que a reprodução da sociabilidade dentro do marco das relações capitalistas deva reproduzir consigo – e de forma ampliada – a própria dependência. Como consequência, a trajetória social das sociedades dependentes assume o caráter particular de um capitalismo “*sui generis*”, com características próprias que não podem ser equiparadas às do capitalismo em sua forma “pura”, como desfilado pelas nações precursoras da revolução industrial. Desmistifica-se, assim, toda afirmação de que o “subdesenvolvimento” seja uma fase ou etapa em um processo linear de evolução que desembocaria eventualmente nas formas do

capitalismo central, como é típico das ideologias que assumem como horizonte a “utopia do desenvolvimento”.

Ademais, a Dependência conecta-se por vínculos dialéticos irreduzíveis com o modelo de desenvolvimento dos países centrais, idealizado pela “utopia do desenvolvimento”. Estes vínculos são dados pelo fato de que o papel cumprido pelas nações dependentes no mercado mundial permitiu (e sustenta) a especialização progressiva das nações imperialistas em atividades capital-intensivas e dinâmicas, que consolidam sua posição de dominância como centro difusor dos padrões mundiais de produtividade em consumo. O encaixe entre nações com níveis desiguais de produtividade do trabalho, abundância de capital e monopólio tecnológico em um ambiente de mercado engendra uma dinâmica também desigual de divisão do produto social, onde aquelas que adquirem dominância passam a apropriar-se gratuitamente do trabalho não pago produzido fora de seu território. As diferentes formas pelas quais ocorre esta espoliação são reunidas pela TMD na categoria dos mecanismos de transferência de valor. Estes mecanismos não incidem de forma homogênea em cada caso ou conjuntura, mas variam em função da conjuntura e das formas preponderantes de acumulação em cada uma das fases do capitalismo mundial – podem enquadrar-se nesta categoria as relações de intercâmbio desigual entre nações, a remessas de lucros auferidos pelas atividades de exploração das empresas multinacionais e transnacionais, o pagamento de royalties pelo uso da propriedade intelectual, o pagamento de juros ao capital financeiro internacional, entre outros.

Se o valor transferido das nações mais débeis passa a integrar o ciclo do capital nas nações centrais, contribuindo para contrarrestar as consequências do caráter contraditório do capitalismo naquele eixo, para os países dependentes ela significa a fratura do seu ciclo do capital, impossibilitando que ele se reproduza sem recorrer a artifícios de compensação. Como não pode reagir à perda de valor aumentando de forma endógena a produtividade do trabalho, o capital interno recorre ao trabalhador, extraindo dele a cota adicional de trabalho não pago de que necessita para reproduzir-se. Este processo de compensação é o que a TMD designa por “superexploração da força do trabalho”, e pode ocorrer de diversas maneiras. Na mais comum delas, o capital simplesmente rebaixa o nível geral dos salários, pagando ao trabalhador abaixo do valor inerente à força de trabalho por ele dispendida durante a produção. Entretanto, também pode configurar-se pelo aumento do desgaste do trabalhador no processo de trabalho, a salários constantes. Neste caso, é a intensidade ou a jornada de trabalho que são aumentadas, agravando a condição de saúde do trabalhador e retirando

silenciosamente a força de trabalho que deverá dispende durante toda a sua vida laboral. Em qualquer dos casos, configura-se a transformação do fundo de consumo do trabalhador em fundo de acumulação do capital, contrarrestando a perda de valor decorrente das relações de dependência.

A sociedade fraturada pela superexploração irá construir-se com profundas desigualdades sociais, gerando um quadro onde uma elite cosmopolita inserida em padrões de consumo equivalentes ao centro do capitalismo mundial convive com uma legião de empobrecidos, excluídos e superexplorados, os quais devem lutar para sanar suas expectativas mais básicas de consumo. Esta dualidade na composição social imporá novas fraturas no processo de reprodução do capital. O empobrecimento da população trabalhadora diminuirá seu potencial de participação como consumidora na fase de realização da produção, impondo uma tendência de que o mercado se desenvolva privilegiando como eixo dinâmico o consumo das classes dominantes locais e a demanda externa. Isto significa que não se formam da mesma maneira os vínculos de solidariedade entre o capital e o consumo do trabalho no mercado interno que podem ser observados no capitalismo central. Como a expectativa de consumo para o capitalista está no mercado externo ou na esfera alta do consumo, o antagonismo entre capital e trabalho constituído na fase da produção transita intocado para a fase de realização. Do ponto de vista político, a consequência é a abertura de espaço para a reiteração da superexploração, já que nestas condições ela gera pouco ou nenhum impacto para a dinâmica econômica.

Em contrário às teorias desenvolvimentistas originais, a TMD se concentrará em demonstrar que estas relações fundamentais não serão suprimidas com o desenvolvimento das forças produtivas, a exemplo do advento da industrialização na periferia – pelo contrário, elas continuam a reger o processo social, agora transmutadas para adequar-se à complexificação do sistema mundial. A industrialização periférica não reedita os traços de uma industrialização orgânica, e se perfaz com múltiplos laços de solidariedade com o capital internacional. Esta solidariedade se dá fundamentalmente pela participação dos grandes conglomerados internacionais como fornecedores de bens de capital e financiadores dos projetos industriais periféricos. Primeiro, a disponibilidade de acesso aos bens de capital para a economia industrial através do mercado externo faz com que permaneçam atrofiados na periferia os setores correlatos, engendrando uma industrialização incompleta. Por conta disso, impõe-se novamente a dependência através das relações de monopólio sobre as condições técnicas da produção mantidas pelos atores posicionados no centro geopolítico.

Depois, a internalização do capital externo, geralmente de forma associada ao capital nacional, implica não só na construção de laços patrimoniais que se converterão finalmente em novos mecanismos de transferência de valor, mas também na alienação do controle corporativo sobre a trajetória das empresas, que passarão a pautar-se nas estratégias globais dos grandes “players”.

O panorama social de concentração e distribuição regressiva da renda impactará também no desenvolvimento da produção de bens de consumo manufaturados, com o direcionamento de sua parcela dinâmica para atender à esfera alta da circulação, através da produção de valores de uso que se manifestam nitidamente suntuários em relação à capacidade econômica da classe trabalhadora. A incorporação tecnológica nestas atividades não incidirá no barateamento da cesta de consumo do trabalho, e não se traduzirá na geração de mais-valia relativa pela desvalorização real da sua força, impondo aos olhos do capitalista a necessidade do aumento da massa de mais-valia obtida via a superexploração. A sobreposição da incorporação tecnológica sobre uma base de superexploração da força trabalho, então, elevará a produtividade do trabalho, mas, sem aliviar a pressão imposta sobre o trabalhador para ampliar a massa de mais-valia extraída, apenas aprofunda a concentração de renda e a redundância do trabalho vivo, contribuindo para a expansão do exército industrial de reserva e do subemprego. Formula-se um panorama onde a produção é lançada a patamares superiores enquanto acentua-se ao mesmo tempo a pauperização das massas, alimentando a crescente incompatibilidade entre a escala da produção e o mercado interno, e frustrando completamente a expectativa desenvolvimentista de um desenvolvimento autônomo ancorado no desdobramento deste.

Além disso, o interesse do capital internacional em contribuir com a industrialização nos países dependentes não se expressa por reproduzir ali o mesmo processo e as mesmas estruturas esposadas pelo capitalismo central. Os grandes grupos econômicos que movimentam estes fluxos estão orientados por uma estratégia global de encadeamento produtivo, a partir da qual lhes interessa deslocar as etapas inferiores da produção industrial, geralmente com menor aplicação tecnológica, grande dependência do trabalho e/ou de matérias-primas, para o mundo subdesenvolvido, enquanto mantém concentradas no centro as etapas avançadas ou estratégicas do desenvolvimento produtivo. A partir deste movimento, é dado a estes grupos aproveitar as vantagens comparativas geradas pela escala de desigualdade do desenvolvimento capitalista em nível mundial. Em relação aos países periféricos, esta vantagem se manifesta no baixo custo do trabalho e organização do

trabalho, a disponibilidade e abundância de matérias-primas, a desorganização jurídico-política e as políticas protecionistas do Estado, que se convertem tanto em benefícios ao capital investido no território quanto às mercadorias produzidas, que podem acessar os mercados consumidores domésticos livres das barreiras alfandegárias. Assim, a modernização que se dá nestes termos corresponde ao ingresso em uma nova divisão internacional do trabalho com forte caráter seletivo que exclui em suas raízes a perspectiva do desenvolvimento endógeno, reproduzindo uma estrutura subordinada em relação as etapas superiores da produção e superexploradora no eixo capital-trabalho.

A assunção destes pressupostos evidenciou eixos relevantes da análise dependentista. Primeiro, a filiação Marxista contribui não só com a perspectiva de classe, mas também com o rol categorias econômicas provenientes da teoria do modo de produção capitalista e a visão dialética do mundo social. Juntos, estes fatores viabilizam a percepção da processualidade histórica das formações nacionais desde um ponto de vista complexo e totalizante, entrelaçando não só os elementos internos e externos que interferem nesta dinâmica, mas também as dimensões do político e do econômico. Este trânsito teórico permite à TMD dar um passo adiante em relação as visões desenvolvimentistas para sacramentar a dependência como uma condição orgânica das sociedades nacionais na periferia do capitalismo, afirmando que esta atravessa não só a organização do mercado dentro de certos parâmetros contrastantes com as nações centrais (como no binômio economia primária / economia industrial), mas também os próprios agentes históricos, seus interesses e práticas. Deste ponto de vista, impõe-se uma crítica fundamental à perspectiva da “nação” e dos “projetos nacionais”, onde a dependência e o imperialismo são tipicamente identificados como um inimigo externo da sociedade nacional. É evidente que a situação de dependência impõe consequências gravosas às classes dominadas nos países hospedeiros, mas se as classes dominantes internas são com ela complacentes não pela falta de consciência (alienação), mas porque a prática é coerente com seus interesses objetivos de reproduzir-se enquanto classes dominantes, desaparece a complementariedade que deveria fundar o papel nelas projetado na luta pelo “capitalismo autônomo”.

O mesmo pode ser dito quanto à relação horizontal entre as classes. Enquanto a visão desenvolvimentista concentra-se todos os seus esforços a partir do suposto de que a situação de “subdesenvolvimento” pode ser superada, criando por contraste uma visão utópica do que seria o “desenvolvimento” e das suas potencialidades para os interesses antagônicos das classes, a visão crítica sobre os processos internos de produção da vida material sob o

capitalismo permitem enxergar o desenvolvimento como naturalmente limitado e contraditório em relação aos interesses da classe trabalhadora. O resultado, em um primeiro momento, é uma crítica da utopia do desenvolvimento como a mera implantação do “capitalismo avançado” na periferia. Há muito se dissolveu a imagem propagada nos “anos dourados” do Pós-II Guerra de um capitalismo central isento de contradições. Ademais da exploração de classe como um traço irredutível do modo de produção, avançam até mesmo sobre as principais potências mundiais as ondas de precarização do trabalho, de desemprego e de miséria que por décadas foram associadas somente às nações subdesenvolvidas. Mais importante, entretanto, é a negação de qualquer possibilidade concreta de reproduzir os traços apresentados pelo capitalismo central na periferia sem antes romper com os laços constitutivos da dependência, já que estes laços impregnam as estruturas produtivas, conduzindo a acumulação pela via da transferência de valor, de um lado, e da superexploração, de outro.

Como consequência, qualquer expectativa de transmutação do desenvolvimento nas bases do processo econômico em uma melhora substantiva dos padrões de vida da classe trabalhadora - através, por exemplo, da modernização tecnológica da produção - aparece ontologicamente limitada pela superexploração. Isto não significa afirmar a indiferença entre formas diferentes de conduzir a acumulação no capitalismo. Ao contrário, admite-se que existem formas mais ou menos perversas de relação do capital com a força de trabalho, do que se pode inferir objetivos relativos para a luta da classe trabalhadora na dissolução de padrões de reprodução que favoreçam diretamente e de forma mais intensiva o rebaixamento do trabalhador. Entretanto, significa explicitar que esta luta sempre ocorrerá em um espaço estreito e bem definido de possibilidades, sempre e quando ela assume como pressuposto a manutenção das relações de produção dominantes. Este espaço, que existe em qualquer instância do modo de produção, obviamente apresenta-se muito mais limitado nas nações periféricas, onde os frutos do trabalho social, ainda que sejam produzidos em volumes crescentes pelo sistema econômico nacional, permanecem confiscados em primeira ordem pelas necessidades do capital nacional e internacional, os quais perseguem seus interesses em regime de solidariedade e devem sempre privilegiar a sua reprodução ampliada. Evidentemente, o espaço de manobra para pretensões redistributivas da classe trabalhadora é residual, mesmo são estabelecidas conjunturas política ou economicamente favoráveis, que permitam a acumulação de forças pela classe trabalhadora em espaços sociais relevantes.

A aplicação destes fundamentos sobre o discurso Novo Desenvolvimentista permitiu evidenciar importantes divergências e fragilidades. Nesta visão, não se assume propriamente uma perspectiva de classe - a categoria das classes sociais será utilizada tão somente para referir-se a grupos diferenciados por critérios econômicos (proletariado urbano, burguesia industrial, burguesia rentista, burocracia estatal), com baixo grau de problematização sobre as relações que constituiriam a base desta diferenciação ou de seu papel na orientação da prática social a cada um destes grupos. O lugar de destaque será dado para a perspectiva da nação e do desenvolvimento enquanto um “Projeto Nacional”. Como pressuposto, incorpora-se a noção de que existem neste nível de análise interesses nacionais e supraclassistas, que devem ser priorizados em relação aos pontos de vista particulares dos diferentes grupos, com o intuito de proporcionar benefícios comuns. Além disso, assume-se a dependência como um elemento externo corporificado no imperialismo e na sua ideologia de dominação – o liberalismo econômico – que é propagandeada para as nações periféricas como caminho do desenvolvimento quando na realidade promoveria a desorganização de seus instrumentos de ação coletiva, favorecendo os interesses econômicos das nações ricas.

A ausência da perspectiva de classe e a projeção do imperialismo como elemento externo no Novo Desenvolvimentismo levam esta corrente teórica a incorrer nos mesmos problemas de seus predecessores. Há uma nítida supervalorização do desenvolvimento capitalista, que aqui é identificado como uma meta nacional e supraclassista ante a configuração do mercado mundial enquanto um suposto ambiente competitivo entre nações. O próprio conceito de desenvolvimento, para esta corrente, pulveriza as contradições do modo de produção ao afirmar se tratar de um processo onde compatibiliza-se o crescimento econômico capitalista com a elevação sistemática e sustentada dos padrões de vida da população. A possibilidade da sua ocorrência na periferia é assumida como um pressuposto, sem profundas reflexões acerca das contradições manifestas pelo capitalismo no seu eixo central ou sobre o caráter dependente das estruturas sociais na periferia. Ante a perspectiva do desenvolvimento, ocorre também a subvalorização do antagonismo entre capital e trabalho nas estruturas dependentes, afastando de plano a teoria da superexploração e defendendo-se que os baixos salários poderiam ser mitigados pela conjunção entre o crescimento econômico sustentado movido pelas parcelas modernas e dinâmicas do capital interno.

De outro lado, há também uma nítida supervalorização dos antagonismos entre os agentes identificados com os interesses imperialistas, neste caso as frações das classes

dominantes internas e externas ligadas ao capital financeiro, e os agentes a quem se concede um papel de liderança na promoção dos interesses nacionais, notadamente a burguesia industrial e as frações das classes dominantes ligadas ao capital produtivo. A ausência de uma problematização profunda no diagnóstico Novo Desenvolvimentista sobre os problemas internalizados pela modernização inorgânica e coligada ao capital estrangeiro, típica da periferia industrializada na integração mundial dos sistemas produtivos, e sobre os arranjos organizacionais imperantes no capitalismo financeirizado impede que sejam postos em questão os múltiplos vínculos de solidariedade que são estabelecidos entre o capital produtivo e o capital financeiro, tornando muito menos nítidas as cisões de interesse entre estas frações. Parece pouco importar que a acumulação produtiva no território seja avançada em um panorama de crescente desnacionalização, onde atuam como principais agentes as corporações transnacionais e o capital nacional a elas associado, impondo sobre as decisões econômicas uma lógica externa atinente às grandes cadeias internacionais da produção. Também não incomoda aqueles interlocutores que sejam no panorama atual as próprias corporações transnacionais as principais detentoras de ativos financeiros, superando os fundos de pensão nesta condição, e passando a auferir a maior parte de seus lucros a partir de atividades não operacionais, muitas vezes especulativas (CASTELO, 2009, p. 80-81).

Antes de imergir nestas questões estruturais, o Novo Desenvolvimentismo permanece apenas no nível das discussões macroeconômicas, tributando a escolhas equivocadas de política econômica tomadas desde a direção estatal o malfadado caminho da nação. Naturalmente, será também naquele plano que concentrará seus esforços na construção de um receituário para superar os entraves que enxerga para o desenvolvimento nacional. Nesta inversão de causa e consequência, não consegue enxergar que os distúrbios evidentes no ambiente macroeconômico brasileiro não decorrem somente da falta de conscientização das classes em relação às necessidades nacionais e, por consequência, que a sua reversão não depende apenas da sua “educação ideológica”. O que sugere a análise dependentista é que estes distúrbios são mais um resultado da própria incapacidade de ação do Estado frente a reconfiguração da acumulação no eixo do sistema mundial, expressando seus reflexos na ordem interna através das pressões advindas do seu posicionamento subordinado na trama de relações acumuladas nos períodos precedentes. Torna-se explícita, então, a tendência do Novo Desenvolvimentista em tomar o Estado como uma entidade neutra, ahistórica e externa ao processo social. É evidente que estes pressupostos não se

sustentam, pois se trata de uma instituição concreta que se constitui em meio à rede de relações econômicas que formam os caminhos da acumulação interna, mantendo com elas vínculos fortes de interdependência. Porque estas relações são caracterizadas pelas limitações impostas pela dependência, limita-se conseqüentemente a capacidade de ação do Estado para a determinar de forma autônoma os rumos do processo social.

É por conta disto que, na interpretação dependentista, a ideia de soberania enquanto uma capacidade intrínseca de autodeterminação encontra uma aplicação restringida aos Estados Dependentes, quando comparado com aqueles situados nas regiões dominantes do sistema. Estes gozam apenas de uma “*subsoberania*”. Isto porque, ademais dos vínculos de subordinação direta do próprio Estado em relação ao capital internacional, como ocorre pela necessidade de refinar a dívida pública, as relações materiais de poder que dão sentido à sua ação são atravessadas pelos vínculos irredutíveis de subordinação das classes dominantes locais ao capital controlado pelos países imperialistas. A necessidade de as classes dominantes locais reproduzirem-se enquanto tais faz com que os projetos políticos dominantes assumam sempre uma feição associada/subordinada aos interesses externos, impedindo que possam integrar-se ao redor de projetos propriamente nacionais. Os conflitos de interesse eventualmente existentes entre os vértices, então, devem ocorrer nos termos de uma cooperação antagônica, onde a correlação de forças entre dominador e dominado ocorre em um espaço restrito no qual o capital interno negocia a autonomia relativa para seus interesses, mas sem contestar em âmbito estrutural a subordinação a qual está sujeito.

O conjunto das limitações teóricas apresentadas permite finalmente concluir acerca da natureza do projeto Novo Desenvolvimentista para a sociedade brasileira. Não se trata de um projeto capaz de romper com os laços da dependência, e nem de contestar de forma substancial a posição de dominância do capital financeiro internacional no padrão de reprodução. Constitui-se somente como um emissário da insatisfação de parcelas do capital excluídas do presente padrão de dominação, dando voz a objeções que se enquadram completamente nos marcos da cooperação antagônica entre o capital interno e o capital internacional, sem contestar os termos da dominação. Nestes termos, o que sugere a proposta Novo Desenvolvimentista é uma composição entre as frações dominantes para alterar entre elas a distribuição do fruto do trabalho social, com pouco potencial emancipatório para as classes dominantes. A estas, pode oferecer concessões econômicas em troca do apoio político às pretensões da coalizão Novo Desenvolvimentista. Entretanto, ainda que fossem implementadas as promessas desta coalizão em relação ao

restabelecimento da acumulação produtiva no novo padrão, permaneceriam os termos da inserção desfavorável à classe trabalhadora: o padrão de reprodução permanece marcado pela exogenia econômica, pela alienação dos centros de tomada de decisão, pela proeminência das grandes corporações transnacionais no espaço econômico nacional e pela mediação entre os interesses em jogo por um Estado de Classe capturado pelo profundo compromisso com a manutenção das condições gerais da acumulação.

REFERÊNCIAS

- ALVES, G. Trabalho e reestruturação produtiva no Brasil: precarização do trabalho e redundância salarial. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 188-197, dez. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v12n2/08.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2017.
- ARRIGHI, G. **O longo século XX**. Tradução de Vera Ribeiro. São Paulo: Ed. Unesp, 1996.
- BAMBIRRA, V. **Teoria de la dependencia: una anticritica**. México, DF: ERA, 1978.
- BIANCHI, A. O marxismo fora do lugar. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 9, n. 16, p. 177-204, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2010v9n16p177/12309>>. Acesso em: 18 abr. 2017.
- BIELSCHOWSKY, R. Cinquenta anos de pensamento da cepal. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). **Cinquenta anos de pensamento da CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- BOITO JÚNIOR, A. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1999.
- _____. A burguesia no governo Lula. In: BASUALDO, E. M.; ARCEO, E. (Comp.). **Neoliberalismo y sectores dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales**. Buenos Aires: CLACSO, ago. 2006. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20101101023845/basualdo.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2017
- BRESSER-PEREIRA, L. C. **Estado e subdesenvolvimento industrializado: esboço de uma economia política periférica**. São Paulo: Brasiliense, 1977.
- _____. **O colapso de uma aliança de classes: a burguesia e a crise do autoritarismo tecnoburocrático**. São Paulo: Brasiliense, 1978.
- _____. Financiamento para o subdesenvolvimento: o Brasil e o Segundo Consenso de Washington. In: CASTRO, A. C. (Org.). **Desenvolvimento em debate: painéis do desenvolvimento brasileiro I**. Rio de Janeiro: MAUAD : BNDES, 2002. v. 2.
- _____. Macroeconomia do Brasil Pós-1994. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 21, n. 40, p. 7-38, 2003a. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/1984/TD131.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 14 out 2016
- _____. O Segundo Consenso de Washington e a quase-estagnação da economia brasileira. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 23, n. 3, p. 3-34, 2003b. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/91-1.pdf>>. Acesso em: 22 abr 2017.

_____. **O conceito de desenvolvimento do ISEB discutido.** São Paulo: Ed. FGV, ago. 2004a. (Textos para Discussão, n. 137). Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v47n1/a02v47n1.pdf>>. Acesso em: 17 abr. 2017.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Novo desenvolvimentismo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 17 set. 2004b. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1909200411.htm>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

_____. Do ISEB e da CEPAL à Teoria da Dependência. In: TOLEDO, C. N. (Org.). **Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB.** Rio de Janeiro: Revan, 2005.

_____. O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 5-24, jul./set. 2006. Disponível em: <https://gvpesquisa.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/bresser_-_novo_desenvolvimento_e_a_ortodoxia.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2017.

_____. **Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina.** São Paulo: Ed. FGV, 2010. (Texto para discussão, 274). Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/7726/TD%20274%20-%20Luiz%20Carlos%20Bresser%20Pereira.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 27 abr. 2017.

_____. Brasil, sociedade nacional-dependente. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 93, p. 101-121, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n93/n93a08.pdf>>. Acesso em: 27 abr. 2017

_____. Reflexões sobre o novo desenvolvimentismo e o desenvolvimentismo clássico. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 237-265, abr./jun. 2016a. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v36n2/1809-4538-rep-36-02-00237.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2017.

_____. Teoria Novo-Desenvolvimentista: uma síntese. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 19, p. 145-165, jul./dez. 2016b. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/2016/311-Sintese-Teoria-Novo-Desenvolvimentista-CCF.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2017.

_____. **A construção política do Brasil: sociedade, economia e Estado desde a Independência.** 3. ed. São Paulo: Ed. 34, 2016c.

_____.; GOMES, C. O regime de metas de inflação no Brasil e a armadilha da taxa de juros/taxa de câmbio. In: OREIRO, J. L.; PAULA, F. L.; SOBREIRA, R. (Org.). **Política monetária, bancos centrais e metas de inflação.** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009. v. 1.

_____.; MARCONI, N.; OREIRO, J. A doença holandesa. In: _____. **Globalização e competição: por que alguns países emergentes têm sucesso e outros não.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

_____.; NAKANO, Y. Crescimento econômico com poupança externa? **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 23, n.2, p. 3-27, 2003. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/90-1.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2017.

CAMPOS, F. A. **A arte da conquista**: o capital internacional no desenvolvimento capitalista brasileiro (1951-1992). 2009. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

CARCANHOLO, M. D. (Im)precisões sobre a categoria superexploração da força de trabalho. In: ALMEIDA FILHO, N. (Org.). **Desenvolvimento e dependência**: cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília, DF: Ipea, 2013.

CARCANHOLO, M. D. **Vulnerabilidade econômica do Brasil**: abertura externa a partir dos anos 1990. São Paulo: Idéias e Letras, 2005.

CARVALHO, F. J. C.; SICSÚ, J. Controvérsias recentes sobre controles de capitais. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 163-184, 2004. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/Terceiros/Cursos/2011/Carvalho,Fernando_Cardim_2006_Controversias_recentes_sobre.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2017.

CASTELO, Rodrigo. O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano. **OIKOS**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 71-91, 2009. Disponível em: <<http://www.revistaoikos.org/seer/index.php/oikos/article/view/132/111>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

_____. O canto da sereia: socialliberalismo, novo desenvolvimentismo e supremacia burguesa no capitalismo dependente brasileiro. **Em Pauta**, v. 11, n. 31, p. 11-138, 2013. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/7562/5499>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

CURADO, M. Industrialização e desenvolvimento: uma análise do pensamento econômico brasileiro. **Economia & Sociedade**, Campinas, v. 22, n. 3, p. 609-640, dez. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ecos/v22n3/02.pdf>>. Acesso em: 18 jun. 2017.

DIAS, M. F. **Do estruturalismo da Cepal à Teoria da Dependência**: continuidades e rupturas no estudo do desenvolvimento periférico. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

DUMENÍL, G.; LEVY, D. **A crise do neoliberalismo**. Tradução de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2014.

FILGUEIRAS, L. **História do Plano Real**. São Paulo: Boitempo, 2000.

_____. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: BASUALDO, E. M.; ARCEO, E. (Comp.). **Neoliberalismo y sectores dominantes: tendencias globales y experiencias nacionales**. Buenos Aires: CLACSO, ago. 2006. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20101101023845/basualdo.pdf>>. Acesso em: 15 jun 2017.

FIORI, J. L. **O vôo da Coruja: para reler o desenvolvimentismo brasileiro**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

FONSECA, P. C. D. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. **Pesquisa e Debate**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 225-256, 2004. Disponível em: <http://professor.ufrgs.br/pedrofonseca/files/genese_e_precursores_do_developimentismo_no_brasil.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2017.

FRANK, A. G. **Latin America: underdevelopment or revolution**. London: Monthly Review Press, 1969.

_____. Desenvolvimento do subdesenvolvimento latino-americano. In: PEREIRA, L. (Org.). **Urbanização e subdesenvolvimento**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FRISTCHE, M. Apresentação. In: SICSÚ, J.; PAULA, L. F.; MICHEL, R. (Org.). **Novo-desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social**. Barueri: Manole; Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2005.

FURTADO, C. O Subdesenvolvimento revisitado. In: AGUIAR, R. F. (Org.). **Essencial Celso Furtado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

GENNARI, A. M. Globalização, neoliberalismo e abertura econômica nos anos 1990. **Pesquisa & Debate**, São Paulo, v. 13, n. 1(21), p. 30-45, 2001. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/pur/files/2011/04/Globaliza%C3%A7%C3%A3o-e-neoliberalismo-abertura-econ%C3%B4mica-no-Brasil-anos-90.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

GUIMARÃES JÚNIOR, M. C. P.; LOPES, T. C. O desenvolvimento desigual e combinado - paralelos entre as obras “História da Revolução Russa” de Trotsky e “Dialética da Dependência” de Ruy Mauro Marini. **Rebela: Revista Brasileira de Estudos Latinoamericanos**, v. 6, n. 2, p. 396- 410, maio/ago. 2016. Disponível em: <<https://rebela.emnuvens.com.br/pc/article/view/267/660>>. Acesso em: 10 dez. 2017

GURRIERI, A. Vigencia del Estado planificador en la crisis actual. **Revista de la CEPAL**, Santiago de Chile, n. 31, p. 201-208, abr. 1987. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/11659/031201217_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 12 maio 2017.

HADLER, J. P. T. C. **Dependência e superexploração: os limites das reflexões de Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini sobre a problemática do desenvolvimento dependente**. 2013. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.

_____. **O novo imperialismo**. Tradução de Abigail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. **Os limites do capital**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Boitempo, 2013.

HERMANN, J. Reformas, endividamento externo e o “milagre econômico”. In: GIAMBIAGI, F. et al. (Org.). **Economia brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

HERMANN, J. et al. Ascensão e queda da política fiscal: de Keynes ao “autismo fiscal” dos anos 1990-2000. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 34., 2006, Salvador. **Anais....** Niterói: ANPEC, 2006. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2006/artigos/A06A152.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2017.

HILFERDING, R. **Finance capital: a study of the latest phase of capitalist development**. London: Routledge & Kegan Paul, 1981.

JAGUARIBE, H. **Introdução ao desenvolvimento social: as perspectivas liberal e marxista e os problemas da sociedade não repressiva**. Brasília, DF: FUNAG, 2013.

KAY, C. André Gunder Frank: from the 'development of underdevelopment' to the 'world system'. **Development and Change**, Oxford, v. 36, n. 6, p. 117-1183, 2005.

KORSCH, K. Fundamentos de una teoría revolucionaria de las crisis. In: _____. et al. **Derrumbe del capitalismo o sujeto revolucionario?** México: Pasado y Presente, 1978.

KÓSIK, K. **A dialética do concreto**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LÊNIN, V. **Imperialism, the highest stage of capitalism**. Moscow: Progress Publishers, 1974.

LOUREIRO, F. P. A aprovação da lei de limitação de remessa de lucros no governo Goulart e o empresariado nacional e estrangeiro (1961-1964). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 36, n. 71, p. 155-177, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v36n71/1806-9347-rbh-36-71-00155.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2107.

LUCE, M. S. **A Teoria do Subimperialismo em Ruy Mauro Marini**. 2011. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

_____. Brasil: nova classe média ou novas formas de superexploração da classe trabalhadora? **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v.11, n.1, p. 169-190, jan./abr.

2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tes/v11n1/a10v11n1.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2017.

MACHADO, H. A resignificação da dependência no novo-desenvolvimentismo brasileiro. **Ponto de Vista**, Rio de Janeiro, n. 9, p. 1-39, set. 2013. Disponível em: <<http://neic.iesp.uerj.br/pontodevista/pdf/Ponto%20de%20Vista%20N.9,%20setembro%202013.pdf>>. Acesso em: 18 out. 2017.

MARINI, R. M. Estado y Crisis en Brasil. **Cuadernos Políticos**, México (Cidade), n. 13, p. 76-84, jul./set. 1977.

_____. La acumulación capitalista dependiente y la superexplotación del trabajo. **Cuaderno Universitario**, El Dorado, n. 2, p. 1-10, 1981. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/043_acumulacion_superexplotacion.html>. Acesso em: 10 maio 2017.

_____. La crisis del desarrollismo. In: _____. et al. (Org.). **La teoría social latinoamericana**. Tomo 2 (Subdesarrollo y dependencia). México (Cidadad): El Caballito, 1994.

_____. Dialética da Dependência. In: SADER, E. (Org.). **Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini**. Petropolis: Vozes, 2000.

_____. Sobre a Dialética da dependência. In: STÉDILE, J. P.; TRASPADINI, R. (Org.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

_____. O ciclo do capital na economia dependente. In: FERRERIA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. et al. (Org.). **Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARINI, R. M. **Subdesenvolvimento e revolução**. 5. ed. Florianópolis: Insular, 2014.

MARTINS, C. E.; VALENCIA, A. S. Teoria da dependência, neoliberalismo e desenvolvimento: reflexões para os 30 anos da teoria. **Lutas Sociais**, São Paulo, v.7, p. 115-129, mar. 2001. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18781/13965>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução de Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **O capital: crítica da economia política: o processo de produção do capital**. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. L. 1.

MATTEI, L. Gênese e agenda do Novo Desenvolvimentismo brasileiro. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 33, n. 1(130), p. 41-59, jan./mar. 2013. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/PDF/130-3.PDF>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

MESZAROS, I. **The power of ideology**. London: Zed Books, 2005.

MOLLO, M. L. R. Desenvolvimentismo, inclusão social e o papel do Estado. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 19, p. 131-149, jul./dez. 2016. Disponível em: <http://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs-2.4.8/index.php/cdes/article/view/8/pdf_1>. Acesso em: 15 jun. 2017

_____.; AMADO, A. M. O debate desenvolvimentista no Brasil: tomando partido. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 1, p. 1-28, abr. 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ecos/v24n1/0104-0618-ecos-24-01-00001.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

_____.; FONSECA, P. C. D. Desenvolvimentismo e novo-desenvolvimentismo: raízes teóricas e precisões conceituais. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 33, n. 2 (131), p. 222-239, abr./jun. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v33n2/a02v33n2.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

OCAMPO, J. A. La crisis latinoamericana de la deuda a la luz de la historia. In: _____. et al (Org.). **La crisis latinoamericana de la deuda desde la perspectiva histórica**. Santiago de Chile: CEPAL, 2014.

OFFE, C.; RONGE, V. Teses sobre a fundamentação do conceito de Estado Capitalista e sobre a pesquisa política de orientação materialista. In: _____. et al. **Problemas estruturais do estado capitalista**. Tradução de Bárbara Freitag. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

OREIRO, J. L. Novo-desenvolvimentismo, crescimento econômico e regimes de política monetária. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 26, n. 75, p. 29-40, 2012a. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v26n75/03.pdf>>. Acesso em: 12 mai. 2017.

_____.; MARCONI, N. O Novo-Desenvolvimentismo e Seus Críticos. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 19, p. 167-179, jul./dez. 2016. Disponível em: <http://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs-2.4.8/index.php/cdes/article/view/10/pdf_1>. Acesso em: 17 mai. 2017.

_____.; FEIJO, C. A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 219-232, jun. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572010000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 29 jun. 2017.

OREIRO, J. L.; SICSÚ, J. PAULA, L.F. Controle da dívida pública e política fiscal: uma alternativa para um crescimento auto-sustentado da economia brasileira. In: FEIJO, C.; FERRARI FILHO, F.; CARVALHO, F. J. C. (Org.). **Agenda Brasil: políticas econômicas para o crescimento com estabilidade de preços**. Barueri: Manole, 2003.

OSÓRIO, J. **Explotación redoblada y actualidad de la revolución**. México (Ciudad): Itaca : UAM-Xochimilco, 2009.

_____. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERRERIA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. et al. (Org.). **Padrão de reprodução do capital**: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. Fundamentos da Superexploração. In: ALMEIDA FILHO, N. (Org.). **Desenvolvimento e dependência**: cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília, DF: Ipea, 2013.

_____. **O Estado no centro da mundialização**: a sociedade civil e o tema do poder. Tradução de Fernando Correa Prado. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

PAULA, L. F. R. Una Alternativa en Materia de Política Económica para el Brasil pos Fernando Henrique Cardoso. **Diálogo Político**, Buenos Aires, n. 2, p. 53-80, 2003. Disponível em: <<http://www.luizfernandodepaula.com.br/ups/alternativa-de-politica-economica-para-brasil.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2017.

_____. Repensando o desenvolvimentismo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 47-58, jul./set. 2006.

PAULANI, L. M. **Brasil delivery**: servidão financeira e estado de emergência econômico. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____.; PATO, CGG. Investimentos e servidão financeira: o Brasil no último quarto de século. In: PAULA, J. A. (Org.). **Adeus ao desenvolvimento**: a opção do governo Lula. São Paulo: Autêntica, 2005.

PAZELLO, R. P. Contribuições metodológicas da teoria marxista da dependência para a crítica marxista ao direito. **Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 7, p. 540-574, 2016. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/21633/15909>>. Acesso em: 10 dez. 2017

PFEIFER, M. Bresser-Pereira e o Pacto Neodesenvolvimentista. **Temporais**, Brasília, DF, ano 13, n. 26, p. 11-36, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/6066/4946>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

PINTO, A. Natureza e implicações da heterogeneidade estrutural. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). **Cinquenta anos de pensamento da CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

POULANTZAS, N. **Poder político e classes sociais**. Tradução de Francisco Silva. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

PRADO, F. C. **A ideologia do desenvolvimento e a controvérsia da dependência no Brasil**. 2015. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

PRESBICH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). **Cinquenta anos de pensamento da CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SALM, C. Estagnação econômica, desemprego e exclusão social. In: SICSÚ, J.; PAULA, L. F.; MICHEL, R. (Org.). **Novo-desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social**. Barueri: Manole; Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2005.

SAMPAIO JÚNIOR, P. S. A. **Padrão de reciclagem da dívida externa e política econômica do Brasil em 1983 e 1984**. 1988. Dissertação (Mestre em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1988.

_____. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 112, p. 672-688, out./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n112/04.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

SANTOS, T. **Teoria da dependência: balanço e perspectivas**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2000.

_____. El desarrollo latinoamericano: pasado, presente y futuro: un homenaje a André Gunder Frank. **Tendencias**, San Juan de Pasto, v. 7, n. 2, p. 139-166, 2006. Disponível em: <<http://www.revistas.unam.mx/index.php/pde/article/view/29237/27181>>. Acesso em: 8 dez. 2017.

_____. **Imperialismo y dependencia**. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2011. (Claves Políticas de América, n. 5).

SICSÚ, J. Flutuação cambial e taxa de juros no Brasil. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 22, n. 3, p. 132-137, 2002. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/PDF/87-8.PDF>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

_____. **Planejamento estratégico do desenvolvimento e as políticas macroeconômicas**. Brasília, DF, IPEA, 2008. (Texto para discussão, 1346). Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1346.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2017.

_____.; PAULA, L. F.; MICHEL, R. Porque novo-desenvolvimentismo? In: _____.; _____.; _____. (Org.). **Novo-desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social**. Barueri: Manole; Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2005.

SILVA, J. C. F.; MICHEL, R. A macroeconomia da concentração de renda e da estagnação. In: SICSÚ, J.; PAULA, L. F.; MICHEL, R. (Org.). **Novo-desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social**. Barueri: Manole; Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2005.

STUCHI, C. G. **Fundamentos para uma Teoria Realista do Estado**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2015.

TAVARES, M. C. O Processo de substituição de importações como modelo de desenvolvimento na América Latina: o caso do Brasil. In: CORREA, V. P.; SIMONI, M. (Org.). **Desenvolvimento e igualdade**. Rio de Janeiro: IPEA, 2011.

TOJAL, S. B. **Teoria geral do estado**: elementos para uma nova ciência social. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

TOLEDO, C. N. **ISEB**: fábrica de ideologias. 2. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.